

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Dissertação de Mestrado

***A Abertura Política e os Movimentos Sociais
em Porto Alegre (1979-85)***

Dissertação apresentada junto ao Programa
de Pós-Graduação em História da UFRGS
como requisito parcial à obtenção do grau
de Mestre em História, sob a orientação do
Professor Doutor **CESAR AUGUSTO
BARCELLOS GUAZZELLI.**

VÂNIA FONSECA SOARES

PORTO ALEGRE, FEVEREIRO DE 2002.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Cesar Guazzelli, pela atenciosa e dedicada orientação e por ter acreditado neste trabalho; ao Prof. Paulo Vizentini, por me oportunizar, durante o bacharelado em História e em disciplinas do Mestrado, estudar história política; à Prof^a Sônia Ranincheski, que, com dinamismo e simpatia orientou meus primeiros passos na iniciação científica; ao Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo e à Prof^a Sandra Pesavento pelo tempo que, como estagiária e bolsista, respectivamente, pude pesquisar sobre história de Porto Alegre; à Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades da UFRGS; ao Memorial e ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Porto Alegre; ao Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Minha gratidão e ternura para aqueles que partilharam comigo os momentos bons e os difíceis desta caminhada: meu grandioso pai Nelson e minha grandiosa mãe Marilda, Cândida, Mônica, Lucas, e o meu querido Milton.

Agradecimentos especiais também para essa turma, em ordem alfabética: Adriana Santos, Alexandre Lobo de Sousa, Alfredo Dantas Filho, Bartolo Perez, Cândida Soares Perez, Carlos Perrone Jobim Júnior, Cleunir Bresolin, Eduardo Arraché, Eliane Catarina de Souza, Fabian Filatow, Janaína Peretta Soares, Jorge Barcellos, Luciane Chiesa de Souza, Marcelo Bernardes de Azevedo, Maria Cecília Kasperbauer, Maria da Graça Cristo, Maria Inês Lopes, Marisa Nonnenmacher, Paulo Strauch, Rita de Cássia Amaro e Simone Pacheco.

SUMÁRIO

Lista de Siglas

Resumo

Abstract

Introdução _____ p.12

Capítulo I: Abertura política e movimentos sociais _____ p.21

I.1 Aspectos gerais _____ p. 21

I.2 Movimentos Sociais e Estado _____ p.26

I.3 As práticas coletivas como potencial de mudança _____ p.30

I.4 Os novos movimentos sociais _____ p.34

I.4.1 Direitos Humanos _____ p.37

I 1.4.2 Movimento Ecológico _____ p.41

Capítulo II: Porto Alegre e os movimentos reivindicativos, articulação sobre direitos humanos e a preocupação com o meio ambiente (1979-82) _____ p.47

II.1 Aspectos gerais _____ p.47

II.2 Porto Alegre e o contexto político: eleições de 1982 _____ p.55

II.3 Porto Alegre e os movimentos reivindicativos na “abertura” _____ p.57

II.4 Movimento pelo Direitos Humanos em Porto Alegre _____ p.70

II.5 Movimento Ecológico em Porto Alegre _____ p.79

Capítulo III: O movimento pelas diretas, a campanha por uma nova constituição e os novos rumos (1983-85)	p.95
III.1 Movimento dos trabalhadores e a articulação pelas diretas	p.97
III.2 Movimento pelas diretas em 1984	p.103
III.3 Movimento Ecológico	p.108
III.4 Os debates sobre a Constituinte	p.114
III.5 Movimento Direitos Humanos e Constituinte	p.118
Conclusão	p.122
Anexos	p.130
Referências Bibliográficas	p.135
Cronologia	p.139

LISTA DE SIGLAS

ADFG-Associação Democrática Feminina Gaúcha

AGAPAN-Associação Gaúcha de Proteção Ambiental

ARENA-Aliança Renovadora Nacional

BNH-Banco Nacional de Habitação

CCDH- Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

CIDH- Comissão Interamericana dos Direitos Humanos

CGT-Confederação Geral dos Trabalhadores

CMPA-Câmara Municipal de Porto Alegre

CNBB-Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNTI- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Indústrias

CORSAN- Companhia Rio-Grandense de Saneamento

CPERS- **Centro do Professores do Estado do Rio Grande do Sul**

CPI-**Comissão Parlamentar de Inquérito**

CUT-Central Única dos Trabalhadores

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DMAE-Departamento Municipal de Água e Esgotos

DOPS- Departamento de Ordem Política e Social

Fetrave- Federação dos Trabalhadores do Vestuário

FIERGS- Federação das Indústrias do estado do Rio Grande do Sul

FMI-Fundo Monetário Internacional

IAB-Instituto dos Arquitetos do Brasil

INPC -Índice Nacional de Preços ao Consumidor

LSN-Lei de Segurança Nacional

MCV-Movimento do Custo de Vida

MDB- Movimento Democrático Brasileiro

MDUMA -Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NMS- Novos Movimentos Sociais

OAB -Ordem dos Advogados do Brasil

ONU-Organização das Nações Unidas

PC do B-Partido Comunista do Brasil

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PDDUA-Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

PDS-Partido Democrático Social

PDT-Partido Democrático Trabalhista

PIB-Produto Interno Bruto

Pidesc-Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Planasa-Plano Nacional de Saneamento

PMDB-Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUMA-Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PP-Partido Popular

PT- Partido dos Trabalhadores

PTB-Partido Trabalhista Brasileiro

SBPC-Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEMA-Secretaria Especial do Meio Ambiente

Site-Sistema de Tratamento dos Efluentes Líquidos

TRT-Tribunal Regional do Trabalho

TST-Tribunal Superior do Trabalho

UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UICN-União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais

UNESCO-Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

Este trabalho tem como tema os movimentos sociais na “abertura” política (1979-85). O objetivo principal é analisar como se desenvolveram os movimentos sociais- tanto os reivindicativos como os “novos”- no processo de redemocratização, com ênfase em Porto Alegre.

Esta dissertação possui, além das fontes bibliográficas, a pesquisa em jornais do período e uma fonte primária peculiar: os pronunciamentos dos vereadores da capital gaúcha (1979-85). Através do Arquivo Histórico da Câmara foi pesquisada uma vasta documentação sobre a “abertura”.

Como escreve Laclau, o modelo reducionista de classe dominante e classe dominada não pode mais servir de modelo explicativo para a evolução histórica, já que o século XX apresentou profundas alterações na composição da sociedade.

Os novos movimentos sociais- NMS- distinguem-se dos chamados reivindicativos pela abrangência de suas lutas já que extrapolam questões trabalhistas e de apelos setorializados, como categorias profissionais específicas. Assim, o movimento em prol dos direitos humanos e o movimento ecológico aparecem como portadores de ideais universais. Em Porto Alegre, o seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias é um marco do movimento em prol dos direitos humanos, assim como o surgimento da Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN) o é para o movimento ecológico.

Os movimentos reivindicativos estão apresentados em quatro greves: do magistério estadual, dos bancários de Porto Alegre, dos trabalhadores da construção

civil e dos operários das indústrias do vestuário. Nas duas primeiras participaram importantes lideranças, que aumentaram seu poder de representação no cenário da política gaúcha ao longo dos anos.

A reforma partidária foi um dos pontos de mudanças na “abertura”. Um caso interessante para análise foram as eleições de 1982 para governadores dos estados. A fragmentação partidária, estratégia do governo para dividir a oposição, teve êxito na maioria dos estados brasileiros. São Paulo e Rio de Janeiro tiveram como vitoriosos opositores. No Rio Grande do Sul os situacionistas ganharam as eleições.

A Campanha pelas Diretas Já envolveu multidões em todo o país, ocasionando os maiores comícios da história brasileira. Em Porto Alegre mais de 200 mil pessoas se reuniram no Largo da Prefeitura: exigiam eleições diretas para Presidente da República.

Os projetos para uma nova constituição para o Brasil se desenvolveram quase que paralelamente à Campanha pelas Diretas. Vários setores da sociedade- sindicatos, ordens profissionais, juristas, setores da Igreja e intelectuais- envolveram-se na elaboração da campanha em prol da nova constituição brasileira. Em Porto Alegre, importantes instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio Grande do Sul (OAB-RS), contribuíram para o debate nacional.

ABSTRACT

This treatise has, as a topic, social movements in the political “abertura”- opening (1979-85). The main purpose is to analyze how our social movements evolved –both the “claiming movements” as well as the “new movements” – in the redemocratization process, particularly in Porto Alegre.

This essay has, besides bibliographic sources, research on period newspaper and a peculiar primary source: pronouncements of councilmen of the capital (RS). Through the “Arquivo Histórico da Câmara (The City Council Historic Archives), a vast documentation search was conducted on the “Abertura”.

Like Laclau writes, the reductionist model of “ruling” and “dominated” classes cannot serve as a key model to historic evolution, since the 20th century showed profound changes to society’s make up.

The “new social movements”(NMS) differ from the so called “claiming movements” for the reach of its fights, since it went beyond labor disputes and sectarian appeals, like specific professional categories. So, the human rights movement and the ecological movement arise as universal ideals. In Porto Alegre, the kidnaping of uruguayans Lilian Celiberti and Universindo Dias is a landmark in the human rights movement; just as the emergence of Gaucho Association for the Environmental Protection (AGAPAN) is to local environmentalism.

The “claiming movements” are revealed in four strikes: the state teachers’, Porto Alegre’s bank employees’, construction workers’ and the clothing industry employees’. The first two, as a matter of fact, were made up of important leaderships, whose representation power in the gaúcho political scene was increased.

A reform in the party system was one of the changing points in the “Abertura”. An interesting case for analysis were the 1982 elections for state governors. “Political fragmentation”, a government strategy to divide the opposition, was victorious in most Brazilian states. In São Paulo and Rio de Janeiro, oppositionists succeeded. In Rio Grande do Sul, “situcionistas” (the Staus Quo) won the elections.

The “Pelas Diretas Já”* campaign embraced vast crowds throughout the country, causing the largest rallies in Brazilian history. In Porto Alegre, more than 200 thousand people gathered in the Largo da Prefeitura square: they demanded direct elections for president.

Plans for a new Brazilian constitution were made almost at the same time as the “Pelas Diretas Já” campaign. Various sectors of our society- labor unions, professional guilds, jurists, the Church and intellectuals- embraced the campaign for the making of a new constitution for Brazil. In Porto Alegre, important institutions like the gaucho branch of The Order of Lawyers of Brazil (OAB-RS) made contributions to this national debate.

* a grassroots movement for direct elections in Brazil.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a “abertura” política e os movimentos sociais no período de 1979-85, com ênfase para o processo ocorrido em Porto Alegre.

Nesse contexto é importante perceber como evoluíram os movimentos sociais, tanto os chamados reivindicativos como os “novos”: greves, manifestações públicas, comícios, movimento ecológico, direitos humanos, entre outros. Como se articularam tais mobilizações no período da chamada “abertura”?

A história política, principalmente a partir da década de 1980, foi um movimento de renovação, já que o contato com outras disciplinas, principalmente com a ciência política, desempenhou um papel central. Os contatos com a sociologia, a lingüística e a antropologia também frutificaram. Existe uma atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre grupos cuja finalidade primeira não era, aparentemente, política; tais como organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas.¹

Ao analisarmos como se deu uma determinada eleição, como a de 1982 no Rio Grande do Sul, por exemplo, as pesquisas realizadas pelos cientistas políticos são de

¹ RÉMOND, René(org.) *Uma História Presente*. IN: RÉMOND, René.*Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e Ed. FGV, 1996.p.13-36.

grande relevância. Amostras, perfis demográficos, dados oficiais, todos estes instrumentos contribuem para fornecer, além dos dados e análises, maior credibilidade à pesquisa do historiador. A sociologia também contribui muito para o desenvolvimento da nova história política. No caso do tema deste trabalho, os estudos sobre sindicalismo que o sociólogo Cattani realizou no Rio Grande do Sul no início dos anos oitenta foram de grande utilidade para se obterem informações, dados e análises.

No primeiro capítulo a análise é mais teórica, abordando alguns aspectos gerais do período de transição, delineando os avanços e os limites dos movimentos sociais. A importante inter-relação entre movimentos sociais e Estado também está presente, salientando-se nesse item a presença de uma certa instabilidade crônica nos países latino-americanos, como o Brasil, quanto a elementos que possibilitem a acumulação, a distribuição e o desenvolvimento econômico-social.

O estudo das práticas coletivas como potencial de mudança aborda o papel do sindicalismo na “abertura” e levanta outras formas de associativismo e de ações coletivas que proliferaram ao longo dos últimos 20 anos, como o movimento ecológico e aquele em prol dos direitos humanos.

Os movimentos sociais representam no contexto brasileiro de transição democrática uma espécie de retorno de atores sociais ao cenário político. Sua trajetória, ao longo desse período, abre uma janela através da qual visualizamos esse imenso arcabouço vivencial que denominamos de sociedade, imprimindo também nosso olhar de cientistas.

O final dos anos 70 e o início dos 80, a que cronologicamente este estudo se refere, apresentou no Brasil um campo de abertura para os movimentos sociais. A Lei de Anistia, para citar um acontecimento marcante, significou, como é sabido, um grande marco de luta popular contra o regime ditatorial.

A liberalização do sistema institucional militar como um todo trouxe para muitos brasileiros, entre eles intelectuais, a possibilidade de retornar ao país, alguns inclusive com planos de contribuir com mudanças no regime.

Os sindicatos, que até então estavam impossibilitados de organizar manifestações de insatisfação contra o governo, como as greves, começavam a reestruturar-se, a formar centrais, a discutir suas situações e necessidades mais abertamente.

Antes de analisarmos os novos movimentos sociais (NMS) dos quais este trabalho trata- movimento ecológico e movimento pelos direitos humanos- cabe salientar que os limites entre distintos NMS são imprecisos, e as transições entre uns e outros são muitas vezes fluidas, tanto em termos de composição de pessoal- ativistas que trabalham simultânea e sucessivamente em dois ou mais movimentos diferentes- como em termos de conteúdos- temas que abordam dois ou mais movimentos sob perspectivas diferentes.

São novos os conteúdos dos NMS? Se não de todo, são indubitavelmente novas, ao menos, as linhas de conflito centrais. Pode se dizer que os NMS têm desenvolvido um modo de mobilização novo inconfundível, caracterizado pela referência imediata às necessidades e interesses dos afetados. Com procedimentos informais, com a descentralização e a democracia aplicadas às formas organizativas, vão conquistando espaços.

Dois dos mais conhecidos NMS estão, como já foi citado, incluídos neste trabalho: o movimento pelos direitos humanos e o movimento ecológico. Evidentemente, os direitos humanos não estão reunidos em um só movimento, bem como a luta ecológica; no entanto, o foco de interesse não será distinguir todos os modelos e limites de cada movimento, e sim expor certas preocupações que os NMS levantaram durante o período da “abertura”.

Quanto ao movimento pelos direitos humanos em Porto Alegre, ele buscou investigar as denúncias que diziam respeito a torturas, mas também fez referência às preocupações com o modelo econômico vigente, ao próprio regime político. Este movimento vai estruturar-se lentamente a partir de uma estratégia defensiva e buscando recuperar na sociedade a memória histórica das violações aos direitos humanos. Na América Latina, o projeto do movimento confundia-se com a luta pelo término das ditaduras. Dentro deste clima foi inaugurado em 1985 o escritório da Anistia Internacional em Porto Alegre, associação que reunia mais de 500 mil voluntários em todo o mundo na época.

Desde a I Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1972, o movimento ecológico tem ocupado seu espaço na opinião pública. Vinte anos antes, a preocupação pela deterioração do meio ambiente era tema de estudo e conversação para uma minoria de pessoas, quase sempre de países industrialmente desenvolvidos, com formação científica e vocação de naturalistas. Um fator importante para o desenvolvimento da questão ecológica no pensamento contemporâneo foi sem dúvida a consciência da existência de um limite natural que se choca com a persistência da cultura expansiva do capitalismo. Esse conflito não é apenas devido à limitação econômico-social do sistema, e sim à base natural de manutenção da vida sobre o planeta Terra.

A necessidade de organizar uma posição frente à destruição dos recursos da natureza foi, entre 1979-85, uma preocupação constante dos ecologistas. A implantação do III Pólo Petroquímico na Grande Porto Alegre gerou profundos debates sobre o destino que seria dado aos seus efluentes; o desejo de despoluir o “rio” Guaíba fez com que certos políticos e ecologistas denunciassem a todo instante o mau uso das verbas públicas para aquele fim; o uso de agrotóxicos preocuparam a sociedade e tiveram grande repercussão na imprensa. Cada vez mais os ecologistas deixavam de lado a imagem de serem somente protetores da natureza, como via alternativa, para entrarem nas discussões que envolviam planos institucionais como a implantação do Pólo e o Projeto Rio Guaíba.

De 1979 à 1982, período a que se refere o capítulo 2, os movimentos reivindicativos, como as greves, são tratados através de quatro manifestações marcantes

no Rio Grande do Sul: as greves do magistério estadual, dos bancários, dos trabalhadores da construção civil e do vestuário. Com grandes mobilizações, e inclusive com o apoio de vários setores da sociedade como no caso dos professores do estado, esses movimentos demonstraram um forte poder de organização e contribuíram para modificar instrumentos da ordem institucional, como a chamada Lei Antigreve.

No plano político, as eleições de 1982 para governadores dos estados foram bastante movimentadas. O pleito eleitoral de 1982 foi diferente das eleições anteriores. Em primeiro lugar porque, em duas décadas, foi a primeira vez que os executivos estaduais foram escolhidos através de eleições diretas. Em segundo lugar, pelo fato de as eleições se darem dentro de um padrão multipartidário. Em terceiro lugar, pela proibição da coligação entre partidos, aliada ao voto vinculado, o que, no Rio Grande do Sul, acabou redundando na derrota das oposições.² Jair Soares, candidato do Partido Democrático Social (PDS) ganhou as eleições por aproximadamente 20 mil votos, salientando a fragmentação da oposição entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista(PDT) e o Partido dos Trabalhadores(PT), como explicação para a sua derrota.

O capítulo 3 aborda os anos 1983 a 1985. Nesse período da história brasileira ocorre a movimentação pelas eleições diretas para presidente da República. Apesar de vencida a emenda Dante de Oliveira, o Brasil inteiro experimentou um grande entusiasmo pela redemocratização. Um dos ápices dessa euforia foram os gigantescos comícios ocorridos em diversas capitais brasileiras. Em Porto Alegre, o comício pelas diretas atraiu mais de 200 mil pessoas.

² BAQUERO, Marcello(org). *Abertura política e comportamento eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1984.

Em 1983 os trabalhadores organizaram um Dia Nacional de Protestos e Paralisações contra os pacotes, a recessão e o desemprego. O fato teve grande repercussão e assumiu um caráter político de confronto com o regime militar. O movimento pelas diretas em 1984 ganhou as ruas em Porto Alegre desde janeiro, com a “Caminhada Democrática” no centro da capital. O apoio de importantes instituições brasileiras como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) foi fundamental para o movimento ganhar legitimidade perante à sociedade.

No terceiro capítulo desta dissertação, o movimento ecológico aparece mais amadurecido, inclusive com planos de unificação e a idéia de um partido ecológico, nos moldes do Partido Verde alemão. Mesmo que o Partido Verde brasileiro só tenha se oficializado em 1986, pode-se dizer que o movimento ecológico como um todo passou por um período de maior comprometimento com outras lutas. A Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN) ampliava suas preocupações para questões que envolviam outras reivindicações sociais, como a luta pelo ensino gratuito em todos os níveis, a extinção da lei de Segurança Nacional e a defesa dos direitos humanos.

Sobre a campanha da Constituinte 1984/85 foram importantes as demonstrações de que a sociedade civil poderia promover debates que envolvessem amplos setores além dos jurídicos. Assim, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Indústrias (CNTI) organizou-se nacionalmente para discutir a elaboração da nova constituição.

No I Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores(CUT) em 1984 em São Bernardo, estado de São Paulo, estavam reunidos 5.267 participantes, que se

posicionavam, entre outras questões, favoráveis à Convocação de uma Constituinte exclusiva, com a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN). Defenderam a liberdade de organização partidária e sindical, o direito de greve e o controle dos gastos de campanha. A Constituição não incorporou muitas reivindicações das centrais de trabalhadores, como a não intervenção das Forças Armadas no processo político. No entanto, outras importantes reivindicações foram atendidas, como a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais.

A campanha da Constituinte levantou vários aspectos em prol dos direitos humanos: a denúncia da formalidade da Constituição de 1967 e de que a questão das diferenças sociais motivadas por gênero, etnia e condição econômica, entre outras, deveria ser enfrentada.

Uma das fontes desta pesquisa, até agora inédita, é o acervo do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Porto Alegre (AHCMPA). A Câmara tem funções legislativas, de fiscalização financeira e de controle externo do Executivo, de julgamento político-administrativo, desempenhando ainda atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão de assuntos de sua economia interna. Uma dessas funções, de controle externo da Câmara, implica vigilância dos negócios do Executivo em geral, sob os prismas da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e ética político-administrativa, com a tomada de medidas saneadoras que se fizerem necessárias.

Assim sendo, este trabalho utiliza os pronunciamentos dos vereadores da capital que atuaram no período de 1979-85. Este material foi criteriosamente selecionado no

Arquivo Histórico da CMPA e contém muitos comentários e posições dos vereadores sobre o que acontecia na época em torno dos movimentos sociais e do panorama político, desde a reforma partidária até o movimento pelas diretas.

Conforme escreve Maria Helena Capelato, com a “abertura” política os jornalistas encontraram espaço e motivação para rever o papel da imprensa na história. Os temas da liberdade e censura estão nos eixos das discussões.³ Foram consultados todos os números dos jornais Correio do Povo e Zero Hora, ambos de Porto Alegre, referentes ao período 1979-85.

O jornal, como fonte de pesquisa histórica, deve ser lido como um texto que merece uma leitura intensiva⁴ e devemos nos dispor a lê-lo fazendo perguntas que possam ser respondidas com o apoio de outras fontes, como a bibliográfica- tanto de trabalhos de pesquisa como de textos teóricos- para situar o objeto de nossa pesquisa num quadro maior de estudos sobre o assunto que se quer investigar.

³ CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/USP, 1988. Col. Repensando a História.

⁴ ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. Cadernos do PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, nº 13, p.19-29, dez.1995

CAPÍTULO I

Abertura política e movimentos sociais

I.1 Aspectos gerais

Os movimentos sociais têm se constituído, sobretudo nas duas últimas décadas, em objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas - história, sociologia, educação, serviço social, antropologia - e, nesse sentido, têm sido concebidos e analisados sob os mais diferentes aspectos e enfoques.

Essa diversidade de concepção e análise está presente tanto na definição de movimentos sociais, como nas diferentes tipologias existentes sobre eles. As imprecisões e ambigüidades conceituais, no entanto, não impedem o estabelecimento de critérios que garantam a objetividade na produção de conhecimentos necessários à construção de uma teoria ou de teorias sobre os movimentos sociais.⁵

O modelo reducionista de classe dominante e classe dominada passou por profundas modificações a partir da Primeira Guerra Mundial. As condições de vida e as novas formas de reprodução do capitalismo alteraram a composição da sociedade neste novo clima histórico. O capitalismo monopolista transformou-se e articulou-se mundialmente: a economia mundial adquiria uma dimensão política, o imperialismo.

⁵ QUEIROZ, Imar Domingos. *Movimentos sociais: esboço de uma reflexão*. In: Revista Educação Pública, Cuiabá, v.4, n.6,p.377-393, jun./dez.1995.

O segundo grande momento, segundo Laclau⁶, do avanço dessa ruptura com a concepção reducionista da sociedade tem lugar em torno das transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial. A primeira delas, a expansão do campo de luta democrática nos países de capitalismo avançado: a burocratização crescente da sociedade civil conduz a novas formas de luta antiautoritária, no interior das instituições, no seio da família, luta pela libertação feminina e das minorias nacionais, sexuais e étnicas. A segunda grande transformação do pós-Segunda Guerra foi o surgimento de movimentos de libertação nacional na periferia do mundo capitalista. Também aqui assistimos a formação de grupos sociais novos, irreduzíveis a uma pura compreensão em termos classistas.⁷

O objetivo aqui não será de determinar todos os aspectos conceituais dos movimentos sociais, e sim definir alguns dos múltiplos enfoques da realidade social em que se inseriram, pois é essa realidade que coloca os movimentos em constante processo de reavaliação. Apesar das limitações políticas dos movimentos sociais do período da transição, eles levantaram à cultura política tradicional um desafio que, se não levou diretamente à sociedade uma democracia plena, ao menos balançou os alicerces em que o regime político se fixava.

Existe uma discussão, como a proposta por Azevedo e Prates⁸, que distingue movimentos sociais de movimentos reivindicativos. Para os autores, os movimentos

⁶ LACLAU, Ernesto. *Tesis acerca de la forma hegemónica de la política*. IN: DEL CAMPO, Julio Labastida Martín(coord) *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina*. México: Siglo XXI, 1985.

⁷ LACLAU, Ernesto. Op.cit.p.30

⁸ AZEVEDO, Sérgio e PRATES, Antônio A P. *Planejamento Participativo, movimentos sociais e ação coletiva*. In: Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Vértice, 1991.

reivindicativos caracterizam-se pela definição de objetivos limitados e negociáveis no ambiente. Já movimento social refere-se àquelas manifestações coletivas que buscam assegurar ou transformar valores básicos que regulam a ordem institucional da sociedade.

No entanto parece ser mais consensual, quando se fala no conjunto dos movimentos sociais, principalmente quando falamos dos NMS, estarmos nos referindo àqueles que emergem, no Brasil, a partir dos anos 70 e cuja prática política está centrada na luta contra o autoritarismo, pela democracia de base, no respeito à diversidade e na solidariedade. Portanto, os movimentos reivindicativos urbanos existentes nos países latino-americanos, como as greves, parecem se adaptar ao conceito mais amplo de movimentos sociais.

Na América Latina, portanto, são tidos como movimentos sociais tanto os que lutam pelo acesso a bens e serviços de consumo coletivo, como os que se encontram na defesa da cidadania e direitos das minorias, os chamados NMS. Deste modo, percebe-se que o caráter reivindicativo latino-americano carrega, em sua significação mais profunda, o próprio momento histórico que se vive, no caso deste estudo, o período da redemocratização brasileira. Novos tempos históricos exigem novas modalidades de intervenção coletiva.⁹

⁹ Não se pode esquecer o fato que essa efervescência contribuiu em grande medida, ou ao menos tentou contribuir, para a configuração da atual Constituição da República(1988). Foram recolhidas 12 milhões de assinaturas às emendas populares, um processo inédito de co-autoria do texto constitucional.

Na Europa e Estados Unidos, porém, os NMS, categoria que será melhor analisada posteriormente, referem-se a questões bem nítidas: feminismo, ecologia, pacifismo e mobilizações contra usinas nucleares, por exemplo.. Nos países da América Latina, encontram-se ainda não atendidas muitas das necessidades básicas dos indivíduos, bem como os direitos mínimos de cidadania, e os movimentos sociais voltam-se a reivindicações dessa natureza, que no mundo do capitalismo mais avançado poderiam ser consideradas como antigas.¹⁰

O final dos anos 70 e os anos 80 formaram no Brasil um período intenso da retomada dos movimentos sociais urbanos, que sob o plano da “abertura” levantam a questão dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, da ecologia. O movimento dos trabalhadores através da retomada das lutas sindicais foi o de maior repercussão, já que buscava medidas mais imediatas e conquistas trabalhistas para alterar a curto prazo as formulações do Estado. No entanto, cabe ressaltar que o movimento pelos direitos humanos e o ecológico compuseram um importante quadro das mudanças que ocorriam no período, incluindo outros parâmetros para a discussão da “abertura”, para que esta não se restringisse a aspectos político-institucionais e trabalhistas.

No final do regime militar, a atividade oposicionista quanto aos setores populares se tornava cada vez mais evidente, as greves operárias de 1978 iam demonstrá-lo, e continuaria em vários setores nos próximos anos. Além do cenário político, estendiam-se manifestações, em muitos casos ligadas ao sindicalismo

¹⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. *O caráter dos novos movimentos sociais* IN: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs) *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.35-53.

que explorou bastante o tema da “abertura” para poder continuar se desenvolvendo. Em São Paulo eclodiu um grande movimento desse tipo, o dos metalúrgicos do ABC¹¹.

Nos primeiros anos do governo Figueiredo as greves de setores específicos de trabalhadores ocorreram em vários pontos do país. Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul e foco de interesse deste trabalho, assistiu a fortes movimentos reivindicativos, como dos professores do estado, dos bancários e dos trabalhadores da construção civil.

A reforma partidária concebida para dividir a oposição não surtira o efeito desejado. Continuava aberta a possibilidade de os diversos partidos de oposição se coligarem contra o governo. O vereador Antônio Cândido em 1980 referiu-se à conclamação de união dos parlamentares mais progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Trabalhista Brasileiro(PTB) e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) para o enfrentamento da atual conjuntura do País¹²

As greves no início dos anos oitenta começaram a existir de maneira organizada, deixando de ser apenas setoriais para serem orientadas por centrais de trabalhadores, onde iam tomando corpo grandes greves gerais. A campanha pelas eleições diretas em todos os níveis começou em 1983, mantendo os políticos em constante debate a respeito do tema. Em 1984 ocorreram manifestações pelas eleições diretas em vários pontos do país.

¹¹ ABC: refere-se às três cidades de grande desenvolvimento industrial da Grande São Paulo: Santo André, São Bernardo e São Caetano. O Movimento Democrático Brasileiro(MDB) há muito afirmava que a estratégia econômica do governo apresentava graves falhas. Em 1979 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro crescera a 6,8 %, a melhor taxa desde 1976. Mas a inflação disparara para as alturas dos 77 %, quase o dobro da taxa de 1978 .

¹² Pronunciamento dos vereadores, vereador Antônio Cândido(MDB). Câmara Municipal de Porto Alegre(CMPA), 08/5/1980.

I.2 Movimentos sociais e Estado

O Estado é o interlocutor obrigatório dos movimentos sociais, tendo nas políticas públicas um de seus campos de luta. Essa intervenção inclui, igualmente (e de forma necessária), as diversas frações do capital envolvidas na permanente construção dos diversos espaços sociais e no controle do Estado.

Trata-se, afinal, de um processo inerente às sociedades que vivem sob o domínio do sistema capitalista. A literatura mais recente indica que esses movimentos se caracterizaram, sobretudo nesse momento específico da “abertura”, por uma distância que só se explicaria historicamente em certas “situações de crise”, quando o Estado (e os interesses que representa) não se encontra em situação de domínio para ignorar ou responder (concreta ou retoricamente) às necessidades e pressões a ele dirigidas. A negociação assume obrigatoriamente espaços significativos na cena política.¹³

A relação dos movimentos sociais com o Estado apresenta uma trajetória que assume, ao longo do tempo, diversas metamorfoses, indo da relação filial perante aquele à negociação e, finalmente, à intervenção de forma mais organizada, no sentido da elaboração de políticas sociais, e uma gradativa gestão de espaços no meio urbano. Nos países latino-americanos em geral, é possível reconhecerem-se doses nem sempre equilibradas de autoritarismo e democracia que geram uma instabilidade política crônica, que têm influído seriamente sobre as possibilidades de acumulação, distribuição e desenvolvimento econômico.

Muitos são os fatores que incidem nessa problemática. Um deles, ninguém pode negar, é que grande parte das decisões centrais de política e atitudes econômicas

internas são articuladas fora do país em questão; por outro lado, como escreve Calderón¹⁴, o comportamento e a cultura política das elites tendem a ser rígidos, verticais e intolerantes, enquanto que os movimentos sociais não alcançam soluções para o problema de sua representatividade e ação sociopolítica. Para o autor, se os marcos institucionais democráticos são vitais para a própria sociedade latino-americana, a democracia estará comprometida se não estiver acompanhada por experiências reais de participação e democratização do poder.

Nos processos de democratização concorrem tanto forças e projetos impulsionados por elites partidárias e estatais, como múltiplas demandas de reconhecimento e de democratização a partir dos atores sociais; precisamente as normas institucionais em formação põem em evidência esses conflitos. Certos fatos indicam que há uma tendência nas nações latino-americanas de haver mais processos de restauração democrática que autênticos processos de reestruturação institucional, de onde podem fluir e expressar-se os diversos conflitos da sociedade e a mesma energia dos movimentos sociais.

O próprio renascimento do movimento sindical brasileiro no final da década de 70, um grande impulsionador da “abertura”, estava inserido num contexto histórico que envolvia uma tradição de partidos tutelados pelo Estado. Assim sendo, não era de se admirar que essas instituições fossem limitadas na experiência com a população. E talvez por isso mesmo tiveram dificuldades em assumir o seu papel específico. No

¹³ DIAS, Maria Esther Barbosa. *A Travessia dos Movimentos Sociais na Construção das Políticas Públicas*. Educação em Debate, Fortaleza, ano 20, n.35, p.45-50.1998.

¹⁴ CALDERÓN, Fernando. *Movimentos sociales y política. La década de los ochenta em Latinoamérica*. México: Siglo XXI editores, 1995.

entanto, interessante é perceber que a própria inabilidade de conduzir a população para as suas orientações demonstra que os movimentos sociais, para sobreviverem num período de redemocratização, ainda estavam adequando-se ao novo sistema.

Algumas vezes se atribui a morte de um movimento social ao fato de não ter um projeto. No entanto, essa posição pode ter um contraponto. Sempre existe um projeto, sob a forma de uma visão de mundo, entre as assessorias ou as lideranças que dão sentido e direção ao movimento. Usualmente podemos pensar que as conquistas fortalecem um movimento. Mas nem sempre isso é verdadeiro, pois, em vários casos, ocorre uma acomodação após a conquista da reivindicação e um refluxo da organização. Também temos registro de casos em que a derrota serviu de elemento revitalizador de energias ao movimento, criando condições para ele crescer.

No Brasil, os operários, depois de transitarem por vários momentos de subordinação, oposição e orientação estatal, encontram-se, durante a redemocratização, ante a crise do modelo proposto pelo “milagre brasileiro” e assiste ao começo de uma etapa de crise profunda dos modelos econômicos propugnados desde o Estado.

Um fato que se destaca entre os operários brasileiros com respeito ao resto da América Latina é a complexidade de suas distintas formas de comportamento sociopolítico, tanto em termos de sua relação com o sistema democrático nacional, como em relação com os processos internos de democratização, unificação e independência sindical, somados a uma crescente preocupação classista por alcançar um modelo de industrialização nacional relativamente independente. Também se deveria agregar, como componente, a busca de um sistema de inter-relações mais complexo ao

conjunto das forças sociais da sociedade brasileira, onde as temáticas das orientações meramente classistas, como as de reajuste salariais, constituem eixos substanciais de suas oposições internas.

Recentes estudos, como o de Sílvio Costa¹⁵ e Fernando Calderón demonstram as características complexas e fragmentadas do sindicalismo brasileiro, onde se visualizam aspirações de unidade sindical e autonomia com respeito ao Estado. Em síntese, durante o período de redemocratização, os trabalhadores brasileiros ainda se encontravam buscando definições sobre variados temas, como as eleições diretas, a organização nos lugares de trabalho, a democratização da vida, a autonomia sindical com respeito a partidos e Estado e a relação democrática com as forças políticas.¹⁶

O discurso do regime militar definia o espaço das competências, contribuindo para alijar atores do cenário, criando uma clivagem entre sociedade civil e sociedade política. Sob a justificativa de um necessário crescimento econômico, fazia emergir os profissionais da política pautados pelo modelo de ação burocrática. Fazer política era, portanto, atributo de elite, interessada em manter a ordem por mediação do Estado, árbitro por excelência dos conflitos sociais. Durante o período da redemocratização, o surgimento de um discurso de afirmação institucional baseado no recurso da estrita legalidade não impediu a proliferação de práticas de contestação, que acenavam a distância entre o país legal e o país real. Nesse contexto foram surgindo gradativamente

¹⁵ COSTA, Sílvio. *Tendências e Centrais Sindicais. O Movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994*. Goiânia:Ed.UCG, 1995.

¹⁶ CALDERÓN, Fernando. Op.cit.

críticas advindas de diferentes setores da vida social, as quais eram explicitadas em programas, linguagens e experiências inovadores.¹⁷

I.3 As práticas coletivas como potencial de mudança

A democracia que se buscava alcançar ainda estava muito atrelada às questões do Estado e as articulações entre os movimentos eram mais aparatos de defesa de interesses do que a criação de uma pluralidade social. Pouco ainda se teorizou sobre esse período histórico e as análises que existem quase não se ocupam das práticas coletivas, problema bastante complicado supondo-se que a produção teórica não é a-histórica, e sim tem que adequar-se, reavivar-se, destruir-se e reconstruir-se a partir das mudanças históricas.¹⁸

No caso brasileiro é interessante observar que somente em agosto de 1983 a Central Única dos Trabalhadores(CUT) foi criada. E quando já havia iniciado o período da assim chamada Nova República, é que foi fundado em Cascavel, Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra(MST), em 1985. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), hegemônica por setores reformistas e que buscavam, ao contrário da CUT, a reunificação do movimento sindical, seria criada em março de 1986. Essas organizações, cronologicamente, aparecem intrinsecamente relacionadas à redemocratização.

¹⁷ BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. *Movimentos sociais ontem e hoje*. In: REIS, Elisa et al (orgs) Pluralismo, espaço social e pesquisa. São Paulo: Hucitec, 1995.

¹⁸ CALDERÓN, Fernando. Op. cit.

Apesar de todos os problemas, tanto internos como a questão da situação externa do país frente aos seus credores internacionais, os trabalhadores organizam uma importante instituição, a CUT, cujos estatutos provisórios definem como objetivos da Central: uma sociedade sem exploração e democrática; a construção da democracia; a unidade de classe, respeitando as convicções políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas. Entre outros objetivos propõe a unidade com os movimentos populares nas iniciativas destinadas a conquistar as liberdades democráticas e favorecer os interesses das classes trabalhadoras.¹⁹

É de suma importância salientar que, como escreve Cattani²⁰, a denominada “abertura” não foi obra de estrategistas ou da elite empresarial ou política, mas sim uma conquista dos trabalhadores e de segmentos democráticos da sociedade civil, levada no bojo das lutas do “novo sindicalismo”. Para Cattani, o adjetivo “novo” é impróprio, podendo ser substituído por “recente”, uma vez que os trabalhadores não estavam inovando e sim retomando práticas sindicais já desenvolvidas em décadas passadas. No entanto, como o termo já está consagrado quando nos referimos ao movimento sindical do período da “abertura”, preferimos mantê-lo.

A movimentação dos trabalhadores, mais do que qualquer outro acontecimento, alterou o tradicional cenário da política brasileira, onde as lideranças sindicais passaram a desempenhar papéis importantes. Outras formas de associativismo e de ações coletivas proliferaram ao longo dos últimos 20 anos: grupos ecológicos e feministas, movimentos

¹⁹ COSTA, Sílvio. Op.cit.

²⁰ CATTANI, Antônio David. *Trajetórias Sindicais- O Esgotamento de um Padrão de Militância*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, v.15, p.187-209.1992

pelos direitos humanos, movimentos religiosos... Mas tanto por critérios qualitativos como quantitativos, o movimento sindical foi o que causou maior impacto sobre a sociedade como um todo.

O renascer dos movimentos sociais na década de 70 foi um ponto de convergência de um processo de interação entre diversas instituições (entidades profissionais, setores da Igreja, partidos de esquerda) e mobilizações sociais originadas de diferentes setores da sociedade. As estratégias políticas aí produzidas baseavam-se fundamentalmente na tentativa de modificação das instituições autoritárias e criação de formas variadas de comunicação entre política e setores populares. A crítica às instituições vigentes recuperava a supremacia de um projeto “popular” marcado por uma recusa aos poderes governamentais, vistos como instâncias tradicionais de dominação política e econômica. Como escreve Irllys Barreira²¹, trata-se de um momento que sinaliza uma espécie de reencontro da sociedade com seus ideais. Uma das perspectivas de atuação partidária nos movimentos sociais foi tornar as lutas e reivindicações visíveis, utilizando a estratégia de denúncia.

Os movimentos sociais ligam-se fortemente a uma conjuntura de mudança ou crise que dá realce à dinâmica da vida social. A ênfase na trajetória de distintos grupos em processo de mobilização abriu uma espécie de janela, através da qual foi visualizado esse imenso arcabouço vivencial freqüentemente ausente nas análises que priorizam categorias estruturais amplas. Pensar o período de reconstrução democrática sob a ótica dos movimentos teve o sentido de descortinar o percurso de sujeitos coletivos

²¹ BARREIRA, Irllys. Op.cit.

emergentes que Eder Sader²² (1988) nomeou de “novos personagens em cena”. A presença marcante de mobilizações sociais, percebidas como categoria de sujeitos múltiplos, apontava uma sociedade em processo de reconstrução. Esta se percebe no âmbito da busca de direitos sociais, condições de vida dignas, sintetizadas em uma referência fundamental: a luta pela cidadania.

É necessário salientar que as discussões sobre esse tema ocorrem num terreno escorregadio, pelo fato de serem os movimentos sociais espaço projetivo de mudanças, esperanças e desesperanças. “Perda de vigor”, “avanço”, “recuo”, “cooptação” são expressões muitas vezes utilizadas por estudiosos da temática, que fazem uma caracterização dos movimentos sociais tendo como referência um ideal de passado ou futuro.

No entanto, a ênfase na radicalidade ou pontualidade das lutas não é revelável apenas empiricamente, considerando-se que diferentes posturas teóricas produzem conclusões diferentes acerca da análise das condutas coletivas de caráter conflitual. A questão da imprevisibilidade das ações, não obstante os limites de cada situação, está sempre colocada.²³

A forma como se desenvolveram os movimentos sociais no período de redemocratização criou um eco de ações reivindicativas como foi o Movimento do Custo de Vida (MCV). O MCV participou ativamente na organização das greves de março/abril e de outubro de 1979, colaborando na mobilização e na coleta de mantimentos e de dinheiro para os grevistas. Seu meio de pressão mais eficaz foi sua

²² SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1988.

presença enquanto massa física ou figurativa através das assinaturas, delegações ou votos. A principal diferença do MCV com relação às típicas organizações de bairro consiste em que o MCV não trabalhava uma temática do bairro, não articulava o problema da moradia em si (posse do terreno urbano) ou algum problema de infraestrutura, como água, luz, transporte (consumo coletivo), mas o consumo individual. Ao contrário do que pode sugerir a palavra, essa é uma temática de dimensões sociais muito mais amplas que o consumo coletivo: enquanto este remete ao Estado (em uma relação dependente dos favores do Estado), o consumo individual remete ao mercado, e, com isso, aos mecanismos centrais de distribuição capitalista. Ao mesmo tempo, conflui automaticamente com a temática do salário, remetendo por essa via à esfera da produção.²⁴

I.4 Os novos movimentos sociais(NMS)

Os movimentos sociais tendem a caracterizar-se por um elevado grau de pluralismo e diferenciação interna, por uma multiplicidade de correntes, tendências e formas de ação. Alguns movimentos sociais se caracterizam por um forte grau de organização (por exemplo, o movimento operário); em outros a organização nem sempre é evidente.

²³ BARREIRA, Irllys. Op. cit.

²⁰ EVERS, Tilman. *Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida*. In: SOUZA, Herbert José de. et al. Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80. Petrópolis: Vozes, 1982.

Quanto aos objetivos, os movimentos sociais não são “revolucionários” no sentido de implicar uma subversão total da estrutura, mas exigem que se promovam (ou impeçam) transformações de estruturas sociais. Nisso se diferenciam de outros fenômenos coletivos, como as correntes culturais ou os movimentos religiosos.

Para procurar definir os novos movimentos sociais (NMS), buscaremos identificá-los. Tratam-se de movimentos próprios das sociedades industriais avançadas, que se desenvolveram em quase todos os países ocidentais a partir de meados dos anos sessenta. 1968 é um ano emblemático, ao nos referirmos ao movimento estudantil (englobado dentro de um mais amplo movimento de protesto juvenil), o novo movimento feminista e o movimento ecologista, para citar apenas alguns mais representativos. O que têm em comum esses movimentos com respeito a outros fenômenos sociais, e o que os distingue destes?

Em primeiro lugar, tratam-se de movimentos pela sobrevivência e pela emancipação. Seus objetivos podem ser esboçados com a fórmula “uma humanidade livre e justa sobre uma terra habitável”²⁵. Parece vago mas é suficiente para distinguir os novos movimentos sociais de outros movimentos contemporâneos como os reivindicativos.

Os movimentos reivindicativos, como os que aconteceram no Brasil durante a chamada “abertura”, coordenavam sua luta se referindo a problemas da produção capitalista e às implicações trabalhistas que daí resultavam, como a questão salarial. Em

²⁵ RIECHMANN, Jorge, Buey, Francisco Fernández. *Redes que dan Libertad. Introducción a los nuevos movimientos sociales*. Barcelona: Paidós, 1999.

contraste, os NMS, embora menos enfáticos, centram-se sobretudo nos problemas da reprodução social. Alain Touraine²⁶ observou que os NMS já não são sistemas de defesa dos trabalhadores frente aos patrões das indústrias, e sim em defesa do público frente aos aparatos de gestão que tem o poder de estruturar a demanda em função de seus interesses.

Porém, precisamos salientar que os NMS também afetam a produção social através das lutas contra o militarismo e o patriarcado, por exemplo. No entanto, os NMS ainda não desenvolveram uma proposta socioeconômica alternativa global, coerente e suscetível de obter ampla adesão da população. Trata-se de um conjunto de movimentos que se encontram em seus inícios.

O fato desses movimentos voltarem-se para questões muito imediatas e localizadas e apresentarem igualmente reivindicações parciais não impossibilitaria a unidade nacional e impediria qualquer projeto político mais global de transformação social? Isso estaria contribuindo para uma situação que alguns denominaram divórcio ou descolamento entre a sociedade civil e o Estado. Não há dúvida de que de imediato isso ocorre. Porém, essa crescente proliferação desses grupos de base vem criando um lastro social muito importante, o qual teve uma primeira grande manifestação, segundo supõe Ilse Scherer-Warren,²⁷ na mobilização pelas eleições diretas. Por outro lado, o distanciamento dessas organizações de base em relação ao Estado e aos partidos políticos (principalmente os tradicionais) também poderá ser temporário. Na

²⁶ TOURAINE, Alain. *El post-socialismo*. Madrid: Editorial Planeta, 1982b(1980).

²⁷ SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit.p.48.

medida em que estes atendam ao respaldo popular, terão cada vez mais de levar em conta as aspirações desses novos movimentos sociais. Portanto, cremos que esse descolamento entre sociedade civil e Estado é apenas provisório, até que os partidos sintam-se compelidos a se modernizar da mesma forma que os movimentos sociais que lhes darão e buscarão seu apoio.

I.4.1 Direitos Humanos

A Declaração Universal dos Direitos do Homem foi adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 1948. Na Assembléia Geral das Nações Unidas, realizada em 16 de dezembro de 1966, firmou-se o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), juntamente com o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, com o objetivo de reafirmar e assegurar o caráter de obrigação dos estados signatários e membros da Organização das Nações Unidas(ONU) em relação ao cumprimento, na íntegra, da Declaração Universal. Especialmente em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais, permanecia, até então, um sentimento de desobrigação e tais direitos eram vistos muitos mais como conceitos ou princípios ideais a ser atingidos, mas sem o compromisso de ser atendidos pelos estados signatários da Declaração. A partir do Pidesc, portanto, não poderia haver

dúvidas sobre a obrigação dos estados nacionais de atender aos direitos econômicos, sociais e culturais, incluindo-se aí o Brasil.²⁸

Os movimentos pelos direitos humanos, então, apelam como princípio aglutinador e extensivo da prática política do Pidesc, com um sistema de valores fundamentais: a vida, a justiça, buscando exigências éticas de fundamentos humanitários. Em princípio, nos períodos de ditadura e de autoritarismo estatal, têm sido intentos defensivos ante situações de agressão aos direitos humanos elementares.

Assim, a partir de uma estratégia defensiva, vai-se estruturando lentamente na sociedade um consenso social amplo e capaz de convocar setores heterogêneos que questionam e desqualificam a dominação ditatorial. Com efeito, em boa parte dos países latino-americanos, os movimentos de direitos humanos foram a brecha pela qual começou a renascer o movimento popular, recuperando a memória histórica das lutas populares, na medida em que, frente a um discurso ditatorial aniquilador do político, souberam generalizar uma revalorização daqueles elementos de luta, como o projeto de liberação e transformação social que os pais e familiares dos presos, perseguidos e desaparecidos assumem em boa medida.²⁹

²⁸ Relatório Azul 1999/2000. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

²⁹ SONDEREGUER, Marc. El movimiento de derechos humanos en Argentina(1976-1983).

O movimento pelos direitos humanos em Porto Alegre começa a organizar-se de maneira efetiva a partir de 1980 em decorrência do seqüestro, ocorrido em 1978, dos militantes uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias, com seus dois filhos menores. Foi uma operação internacional que, segundo alguns setores da sociedade opositoras ao governo, envolveu policiais brasileiros e gerou comoção em todo país.³⁰

Os direitos humanos surgem junto com uma revalorização da democracia como construção, não como algo já dado e preexistente. Interessante percebermos que, se o “palco propulsor” dos movimentos em prol dos direitos humanos é a luta pela democracia, eles extrapolam esse espaço substancial que necessita participação, de aprofundamento e ainda uma defesa permanente dos valores da vida e da paz, frente às contínuas tensões e contradições da sociedade. Como escreve Calderón³¹, se trataria de um retorno a partir da origem ética do conceito de democracia, somados a mais todos os conteúdos resgatados da memória histórica popular.

No governo Ernesto Geisel (1974-79) houve uma grande campanha internacional na defesa dos direitos humanos. Com a posse do presidente do governo norte-americano, Jimmy Carter, em janeiro de 1977, essa questão também entrou nos planos das relações Brasil-Estados Unidos. Ernesto Geisel, em entrevista ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) assim comenta tal questão:

³⁰ Relatório Azul. 1999/2000. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

“Tínhamos, desde o último governo do Getúlio, um acordo militar com os Estados Unidos. Em função desse acordo, eles mantinham uma missão militar e outra naval no Brasil, nos proporcionavam facilidades para a frequência de oficiais brasileiros em suas escolas militares e, bem assim, nos supriam com algum material bélico. O Brasil podia comprar ou receber armamentos dos Estados Unidos por preços especiais. A Marinha comprava navios que o americano desclassificava, já não usava mais, os recondicionava e trazia para cá.

Com a história dos direitos humanos, surgiram pelo mundo afora organizações não-governamentais, como a Anistia Internacional, que começaram a querer influir nesses problemas. O senado americano resolveu estabelecer que todo auxílio que o governo americano prestasse na área militar dependeria de uma prévia apreciação da situação dos direitos humanos no país interessado.”³²

Em marcante contraste com as normas dos governos republicanos anteriores, a administração democrata de Carter começou por forjar uma nova relação de colaboração com as nações da América Latina e o Caribe; relação que repousava sobre a firme consagração dos direitos humanos, à democratização, ao maior desenvolvimento econômico e industrial e à não-intervenção.

Nas eleições presidenciais norte-americanas de 1981, na qual venceram os republicanos com Ronald Reagan, a plataforma vencida do partido democrata era a de reafirmar o compromisso de proteger os fundamentais e universalmente reconhecidos direitos humanos em todas as Américas, mediante o pedido de ratificação, pelo senado, da Convenção norte-americana sobre os Direitos Humanos, assinado pelo presidente Carter em junho de 1977.

³¹ CALDERÓN, Fernando. Op. cit. p.70-71.

³² D'ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso(orgs) *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. p.349-350.

Durante o governo Reagan, as divergências anteriores, com relação ao relacionamento Brasil-EUA, eram relativamente neutralizadas pelas próprias mudanças que estavam ocorrendo internamente no Brasil. Por um lado, o processo de abertura política e redemocratização, não obstante seu limites, alterava substancialmente a situação dos direitos humanos. A abertura também ampliava o número de atores domésticos capazes de influir na formulação da política externa e, por consequência, facilitava a defesa de interesses norte-americanos “desde dentro”. Por outro lado, o desenvolvimento da indústria bélica brasileira afastava a possibilidade de bloqueio e orientava as relações militares bilaterais mais em termos de cooperação do que de assistência.³³

No Brasil, em março de 1979, o então ministro da Justiça Petrônio Portella anunciou que convocaria o Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, que estava desatualizado desde o final do governo Médici (1969-74), e anunciou também que visitaria os principais presídios do país, para examinar o tratamento aos presos e suas condições de funcionamento. As correspondências ao Ministério da Justiça denunciando maus tratos, que eram controladas pela Subchefia do Gabinete e pela Assessoria para Assuntos Penitenciários, seriam tratadas agora pelo Conselho e somente as decisões em relação aos processos ocorreriam na Justiça.³⁴ Tal procedimento denotava o quanto a pressão pela investigação dos crimes cometidos durante a ditadura estava

³³ VIZENTINI, Paulo. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

presente no período da “abertura”, a ponto de reeditarem antigos conselhos para atender à demanda de pedidos.

Os movimentos de direitos humanos apelam, como princípio aglutinador de sua prática política, a um sistema de valores fundamentais: a vida, a verdade, a justiça, buscando ética de fundamentos humanitários. Esta representatividade responde em parte a existência de um “vazio político”, que, frente a desmobilização popular, gera uma utopia profundamente mobilizadora e com um forte potencial democratizador. Os movimentos pelos direitos humanos foram, durante o período da redemocratização brasileira, a brecha que contribuiu para a evolução dos movimentos sociais.

I.4.2 Movimento Ecológico

Antes da Primeira Guerra Mundial já havia tentativas de compreender os problemas ambientais, especialmente nos países do Norte. Interessante perceber como o movimento operário relacionou-se com a ecologia. A contaminação do ar, água e alimentos afetava minimamente, no século XIX, as populações economicamente favorecidas e que desfrutavam de uma qualidade de vida infinitamente superior à de bairros mais próximos das fábricas e oficinas. A reivindicação por melhores condições de higiene e habitação- que poderíamos, segundo Riechmann e Buey, chamar de “ambientalismo

³⁴ Correio do Povo, 30/3/1979. Porto Alegre.

operário”- foi um dos eixos de atuação do nascente movimento operário.³⁵

Mas foi na década de 1970 que as preocupações se avolumaram. Em 1972 houve a Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente, patrocinada pela ONU. Esta conferência resultou em um importante documento que traçava um balanço sobre os problemas ambientais e buscava soluções. Desde então várias organizações internacionais (World Commission, Clube de Roma, Fundação Bariloche, Comissão Brandt) têm orientado suas preocupações com os problemas ambientais.³⁶

Em fins de 1973 o choque petrolífero é detonante de uma grave crise econômica, que cresce há alguns anos, e põe em pauta a questão energética em toda a sua gravidade. Os planos de nuclearização que desenvolvem a maioria dos governos ocidentais provocaram a intensa resposta de um ecologismo politizado e radicalizado.

Sem nos aprofundarmos nessa questão, o movimento ambientalista deve-se ao fato de que, mais do que qualquer outra força social, ele tem demonstrado notável capacidade de adaptação às divulgações na mídia.

³⁵ RIECHMANN, Jorge, Buey, Francisco Fernández. Op.cit.

³⁶ RODRIGUES, Gerson Luis de Almeida. O movimento ecologista e as políticas ambientais no estado do Rio Grande do Sul (1980-1990). Porto Alegre, 1993. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A partir do final da década de 70 e início dos 80, os problemas ambientais estão colocados na ordem do dia, pois sua emergência traz questões que necessitam de soluções urgentes para salvar o planeta. O crescimento populacional acelerado e a explosão do consumismo predatório, através da acumulação crescente de bens materiais e do consumo progressivo de energia, estaria baseado numa falsa concepção de infinitude da natureza.

O movimento ecológico pode ser analisado como um dos mais importantes NMS. Como já analisamos anteriormente, os “novos” reconhecem e prosseguem as lutas dos movimentos reivindicativos em outro terreno: a luta contra a dominação patriarcal e a desativação das ameaças globais (guerra, crise ecológica). A história contemporânea não pode reduzir-se à história do Modo de Produção Capitalista, pois as dimensões de gênero, ecologia e relações interpessoais constituem insubstituíveis contextos explicativos da presente situação mundial. Pode-se pensar, como o filósofo eco-socialista Fireder Otto Wolf, que a questão ecológica possui uma centralidade estratégica para as forças de emancipação, por duas razões: a primeira é a urgência e a magnitude da crise ecológica; a segunda, que nenhum setor específico da sociedade é em si mesmo o portador da questão ecológica, pois esta é universal, atravessando quase por igual a questão de gêneros, as diversas divisões sociais, todas as etnias e formações sociais do planeta.³⁷

³⁷ RODRIGUES, Gerson Luis Almeida. Op.cit. p.2

Os recursos que parecem ser limitados, como a água potável e o ar puro, com o passar dos anos estão se tornando mais escassos, reflexo da exploração intensiva desde os primórdios da industrialização. Um agravante do problema é que existe um desequilíbrio socioecológico, isto é, os recursos para atender as necessidades básicas da população, especialmente em países do chamado Terceiro Mundo, estão sendo distribuídos desequilibradamente, acentuando-se uma forma de “poluição da miséria”.³⁸

Em realidade, a sociedade industrial tem dado origem, quase desde seus inícios, a reações que denunciavam alguns dos efeitos destrutivos ligados aos processos de urbanização e industrialização: em alguns casos, tais reações se reduziam a uma dissidência intelectual de alguns escritores, em outros casos chegavam a misturar-se a correntes culturais ou movimentos sociais. Este rico passado de crítica civilizatória, sem dúvida marginal perante à poderosa corrente central do produtivismo até há vinte anos, foi redescoberto e em alguns casos reatualizado pelos movimentos ecologistas dos anos setenta e oitenta.

No início da década de 1980 o movimento ecológico brasileiro parecia voltar-se às causas que levam à preservação da natureza mediante o sistema institucional. Isto é, mais do que apresentar um sistema alternativo de vida, como os “hippies” dos anos 60-70, os ecologistas dos anos oitenta resolveram (amparados por um período rico de debates

devido a redemocratização brasileira), levantar suas bandeiras de luta e procurar influenciar as instituições. Foi assim que em Porto Alegre assistimos aos fervorosos debates entre ambientalistas, como Lutzenberguer, e representantes do governo, como no caso do Projeto Rio Guaíba e quando da implantação do III Pólo Petroquímico.

Dentro desse princípio de aproximação das instituições oficiais, em 1981 o consulado da República Federal da Alemanha em Porto Alegre convidou Michael Bothe, professor da Universidade de Hannover e autoridade em ecologia, para proferir conferência sobre direito ecológico universal. Em entrevista ao jornal Correio do Povo, Bothe analisou os progressos alcançados pelo mundo nos últimos vinte anos na afirmação de uma consciência ecológica e alertava que era chegado o momento de as nações criarem organismos jurídicos com poder de polícia para fiscalizarem a aplicação das normas internacionais de proteção ambiental.³⁹

Em meados de 1981, o governador do estado do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza, enviou à Assembléia Legislativa um projeto dispondo sobre o destino final dos efluentes líquidos do III Pólo Petroquímico. O documento informava que tais efluentes seriam despejados no Rio Guaíba, à altura do bairro Belém Novo, de Porto Alegre. Líderes da oposição e dirigentes de entidades de defesa do meio ambiente manifestaram-se contrários ao lançamento no Guaíba, por

³⁸ RODRIGUES, Gerson Luis Almeida. Op.cit. p.2

³⁹ Correio do Povo, 24/5/1981.Porto Alegre.

entenderem que os dejetos, apesar de tratados, contribuiriam para poluir as águas do rio. Tais acontecimentos levavam o movimento ecológico a cada vez mais interferir no sistema institucional.

A Comissão Nacional sobre problemas ambientais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) formada por representantes da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente (AGAPAN), da Associação Democrática Feminina Gaúcha(ADFG), do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), além de estudantes de Ciências, condenavam a implantação do Pólo Petroquímico de Triunfo. Segundo o secretário da comissão, Alfredo Aveline, o Pólo era um exemplo de planejamento centralizado e, portanto, inadequado. O ecologista e químico José Lewgoy, também membro da comissão, questionava: *“se até agora nada foi feito em relação a tratamento de efluentes, como será possível a inauguração em 1982?”*⁴⁰

Durante o período da “abertura”, o que se pode perceber quanto ao movimento ecológico é, portanto, seu desenvolvimento e ampliação, devido a, principalmente, três aspectos já analisados: 1º) a preocupação crescente com a manutenção e conservação dos recursos naturais; 2º) o processo de redemocratização vai tornar mais viáveis os discursos oposicionistas em geral e isso também inclui os ecologistas; 3º) a inserção das reivindicações dos ecologistas nos debates que envolviam o sistema institucional, como o caso do Projeto Rio Guaíba e a implantação do III Pólo.

Para finalizar este capítulo, seria importante propor uma relação entre os movimentos reivindicativos, a reforma partidária e os NMS. Essa relação ajuda a compôr um quadro mais nítido do período, quando se trata dos movimentos sociais. As reivindicações das greves que iniciaram a "abertura" de certa maneira foram apoiadas pelos políticos que formavam os novos partidos, sem esquecer que a oposição partidária como um todo queria muitas mudanças no plano institucional. Os NMS, como o ecológico e o dos direitos humanos, salientavam o aspecto da luta universal, isto é, menos setORIZADA. Afinal, a denúncia de maus tratos entre seres humanos, a preservação do meio ambiente, entre outras bandeiras dos "novos", relacionam-se ao que há de mais essencial no planeta e por isso mesmo serviam como "contrapeso" de certos projetos políticos e instrumentos do poder, bastante hierarquizados e setORIZADOS.

⁴⁰ Correio do Povo, 06/8/1981. Porto Alegre.

CAPÍTULO II

Porto Alegre e os movimentos reivindicativos, articulação sobre os direitos humanos e a preocupação com o meio ambiente (1979-1982)

II.1 Aspectos gerais

Para estudar o processo da transição do período do autoritarismo para a democracia e articular com o desenvolvimento dos movimentos sociais, é necessário analisar alguns aspectos gerais que contribuem para esclarecer pontos importantes.

No plano social, o governo Figueiredo defendia o processo de “abertura” desde que firmemente controlado pelo governo. O processo de democratização tornava-se inevitável, mas a ordem deveria ser reconhecida como importante para os militares deixarem o poder certos de que sua imagem não estaria abalada.

A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era o partido do governo; o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição. A ARENA chegou a ser considerada por um de seus dirigentes como “o maior partido do Ocidente”, mas apesar de ser o partido do governo, não era governo. Era um simples instrumento da ditadura militar, da mesma forma que o MDB não passava de uma oposição consentida. A ARENA e o MDB foram concebidos pelos militares para dar ao regime uma fachada democrática. A ARENA manteve-se fiel ao seu papel. O MDB, por sua vez, tornou-se oposição de fato e, desde 1974, não parou de crescer.

O bipartidarismo tornara-se inconveniente ao regime, já que as eleições tendiam a possuir um caráter plebiscitário, no qual o regime era muitas vezes condenado. A emenda Constitucional nº 11, a mesma que eliminou o Ato Institucional nº 5, transformou o bipartidarismo em multipartidarismo, com o que o general Golbery do Couto e Silva⁴¹, ideólogo da Segurança Nacional, pretendeu dividir o partido oposicionista, tirando das eleições o seu caráter plebiscitário. A reforma partidária projetada no governo Geisel e realizada no governo Figueiredo tinha, na aparência, o objetivo de restabelecer o pluripartidarismo. Mas, na verdade, o intento era dividir a oposição e retirar das eleições o incômodo caráter plebiscitário de condenação da ditadura.

Outras mudanças também ocorreram na reforma: o governo determinou que as agremiações políticas deveriam trazer, no início do nome, a palavra “partido”. Esse artifício tinha dois objetivos: permitia ao governo livrar-se da sigla ARENA, desgastada pelos “anos de chumbo”, tornando-se Partido Democrático Social (PDS), e, ao mesmo tempo, obrigava o MDB a mudar a sua, a mais popular do Brasil. A oposição limitou-se a acrescentar a palavra “partido” à sigla, originando assim o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No começo dos anos 80, além desses dois partidos já comentados, surgiram o Partido Democrático Trabalhista (PDT), herdeiro do antigo populismo do tradicional Partido Trabalhista Brasileiro anterior a 1964, e de sua vocação carismática, agora assumida por Leonel Brizola; e o PTB, ressuscitado por Ivete Vargas, supostamente com o apoio de Golbery. Esta suposição foi reforçada pela

⁴¹ Conforme escreve Thomas SKIDMORE em sua obra Brasil: de Castelo a Tancredo (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988) Golbery fora o principal estrategista do governo no período militar. Quando chefiou o gabinete civil do governo Geisel (1974-79) propôs de forma gradual o processo de redemocratização. Reconhecia que o sistema bipartidário, criado em 1965, colocara o partido do governo (ARENA) na defensiva, por isso formulou a reorganização partidária de 1979 como medida preparatória para as eleições de 1982.

disputa que houve em torno da sigla: Leonel Brizola, que regressava do exílio, tinha planos de se apropriar dela; porém, na disputa, quem venceu foi Ivete Vargas, segundo conjecturas da época, em razão de apadrinhamentos.⁴²

Segundo Edgar de Barros, nesse novo espectro partidário que começou a ser definido no final de 1979, a única agremiação que destoava do jogo político tradicional era o Partido dos Trabalhadores (PT). Foi organizado pelo conjunto dos sindicalistas que surgiram nacionalmente junto com Luís Inácio da Silva, o Lula, militantes da Igreja, pequenas organizações de esquerda e personalidades históricas como Apolônio de Carvalho, além de outros intelectuais e artistas.⁴³

Independente do governo, por iniciativa de Tancredo Neves (que saíra do PMDB) e outros políticos igualmente conservadores e moderados, foi constituído o Partido Popular (PP), que pretendia, no entanto, apresentar-se como um partido de oposição confiável, a fim de ensejar a tão ambicionada alternância no poder.

Mas a reforma partidária concebida para dividir a oposição não surtira o efeito desejado, pois continuava aberta a possibilidade de os diversos partidos de oposição se coligarem contra o governo. Por isso, em 1981, Figueiredo baixou uma medida conhecida como “pacote de novembro”. Esta medida, além da dilatação anterior do mandato presidencial(1977), adiará as eleições para prefeitos e vereadores de 1980 para

⁴² Conforme o jornal Zero Hora de 03/01/1980, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) houve dois pedidos de registro do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).Brizola registrou seu PTB primeiro que Ivete Vargas (65 minutos antes). Dois meses mais tarde, o TSE arquiva pedidos de registro do PTB (de Brizola e de Ivete), anunciando que deveriam refazer o pedido. Afinal, era arriscar demais dar a Brizola, considerado um inimigo dos militares, uma sigla com tanto poder de atração.

⁴³ BARROS, Edgar Luiz de. *Os Governos Militares. O Brasil de 1964 a 1985. Os Generais e a Sociedade. A luta pela democracia.* São Paulo: Contexto, 1998.p.100.

1982, fazendo com que elas se integrassem às escolhas de deputados estaduais e federais, senadores e governadores estaduais (finalmente eleitos diretamente pela população). Foram proibidas as coligações partidárias, exigiu-se que os partidos apresentassem candidatos a todos os cargos eletivos e, principalmente, estabeleceu-se o voto vinculado, isto é, o eleitor era obrigado a preencher a cédula somente com nomes pertencentes a uma mesma agremiação, de vereador a governador. Na medida em que a antiga ARENA estava implantada em todos os minúsculos municípios interioranos e os partidos não-governistas ainda estavam sendo estruturados, era de se preverem grandes votações para o PDS.⁴⁴

A insatisfação social se manifestava tanto diante dos resultados do desmantelamento do “milagre econômico” no final de 1973, quanto diante do prolongado período de restrição às liberdades políticas, e já vinha se explicitando através do crescimento do voto nos candidatos da oposição nas eleições de 1974 nos grandes centros urbanos e do crescimento da participação da população em diversos órgãos da sociedade civil, inclusive partidos e sindicatos.

Embora sem se aprofundar nesse assunto tão importante para a história brasileira, seria interessante algumas considerações sobre a aprovação da Lei de Anistia em 29 de agosto de 1979. O movimento para aprovar tal medida havia começado na segunda metade da década de 70, reunindo

⁴⁴ BARROS, Edgar Luiz de. *Os Governos Militares. O Brasil de 1964 a 1985. Os Gerais e a Sociedade. A luta pela democracia.* São Paulo: Contexto, 1998.p.105

entidades do movimento estudantil e sindical, organizações populares, OAB, Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e setores da Igreja. Objetivava-se uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. A vitória, no entanto, foi considerada parcial, uma vez que a anistia não perdoava os participantes de “atos terroristas”, consoante texto legal, mas também liberava os militares acusados de assassinatos e torturas. E irrestrita também a anistia não foi já que não devolvia aos punidos os cargos e patentes retirados. Outro fator importante da anistia de Figueiredo foi a determinação inquestionável de que não se deveria, de modo algum, investigar agentes de órgãos de segurança implicados em violências, torturas ou qualquer ato ilegal contra presos políticos.

De toda forma, mesmo restrita, a anistia somada ao abrandamento das penas da Lei de Segurança Nacional permitiu a reabilitação de milhares de brasileiros punidos pelo regime militar e trouxe de volta ao país centenas de exilados, como Leonel Brizola e Luis Carlos Prestes.⁴⁵

II.1.2 Aspectos econômicos

⁴⁵ BARROS, Edgar Luiz de. Op.cit.

A partir da metade dos anos 70 a crise do “milagre brasileiro” tornava-se evidente. A concorrência com os produtores que possuíam mão-de-obra barata de outros países começou a perturbar a sustentação do “milagre”.

Outro fator definitivo para o desaceleramento da economia brasileira foi a questão do endividamento externo. Entre 1964 e 1981 a dívida externa aumentou 25 vezes. No decorrer de 1980 o público se inquietou com os efeitos da estratégia econômica que Delfim Neto lançara em dezembro de 1979.⁴⁶ A política de combate à inflação não obtivera êxito, subira além do previsto, chegando em 1980 a 110%, um recorde brasileiro. O ano de 1981 acabou sendo dedicado a uma espécie de tomada de contas. Pela primeira vez desde 1942 o PIB brasileiro acusava declínio de 1,6 %. Quanto ao balanço de pagamentos, os US\$11,7 bilhões de déficit em conta corrente foram quase completamente cobertos pelos US\$11,5 bilhões de capital importado a longo prazo. Embora pudesse ser a resolução dos problemas a curto prazo, esse dinheiro aumentava a já elevada dívida externa brasileira. Em apenas três anos o pagamento de juros da dívida mais do que triplicara (de US\$2,7 bilhões em 1978 para US\$9,2 bilhões em 1981).⁴⁷ Além disso, também contribuíram para a sangria de divisas do país as facilidades sobre remessas de juros, um verdadeiro convite ao capital especulativo. Ante a crise do mercado, começaram diversas multinacionais a investir na especulação financeira, de preferência a investir na produção.

⁴⁶ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Trad. Mauro Salviano Silva.

⁴⁷ Segundo o historiador Luis Roberto Lopez em seu livro História do Brasil(Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988), a evasão das divisas e a conseqüente sangria de recursos financeiros do país também foi um fator determinante para o fim do “milagre”. Estava ocorrendo um superfaturamento na compra de matérias-primas às matrizes. Um exemplo é o seguinte: em 1980, precisando de sulfato de gentamicina, as multinacionais de laboratórios farmacêuticos pagaram por ele, no mercado externo, 8000 dólares por quilo, quando o preço vigente era de 2300 dólares.

A compressão resultante do arrocho salarial implementado desde o início do regime militar aconteceu tão logo a abertura político-institucional deu seus primeiros sinais, notadamente a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Nesse contexto, a recuperação do poder aquisitivo dos salários foi adotada como uma das principais bandeiras de luta das oposições ao regime.

Na política brasileira havia grandes agitações e a oposição conquistava importantes espaços. Nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná venceu o PMDB; e no Rio de Janeiro, o PDT.

A redemocratização do país estava acontecendo justamente quando ocorria uma grande recessão. Os planos governamentais não estavam conseguindo manter um ritmo de crescimento; e o apelo aos credores internacionais provocava um aumento da dívida externa, somado a um encurtamento de nossa potencialidade de divisas. As duas crises do petróleo, 1973 e 1979, e logo depois o aumento dos juros do mercado do eurodólar fez com que os EUA radicalizassem a sua política monetária a partir de 1979, desencadeando uma recessão mundial. Quando o México entrou em severa crise em 1982 e pediu moratória, os banqueiros passaram a querer agir sob o julgamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) e não tratar isoladamente com o país credor.

II.1.3 A reorganização das esquerdas

Tradicionalmente, no Brasil, predominou, na esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), dirigido, até pouco antes

da reforma partidária, pelo legendário Luís Carlos Prestes. Este e outros partidos, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B), inspirados no pensamento de Marx e Lênin reivindicavam, cada qual para si, a tradição genuína e legítima do marxismo-leninismo. A reforma partidária de Figueiredo proibiu a legalização dos PCs.

O Partido dos Trabalhadores(PT) era coordenado pelo líder dos metalúrgicos Luís Inácio da Silva, o Lula, que desde 1978 comandava as mais importantes greves na região do ABC, São Paulo. O PT não reuniu apenas trabalhadores das fábricas paulistas mas também grande parte do movimento sindical rural e urbano, intelectuais, militantes eclesiais de base e setores da esquerda egressos do MDB. O PT é registrado em 1980.

Com o tempo novas lideranças- principalmente trabalhistas- começam a surgir em todo o país, o que irá gerar muitos desencontros com relação ao direcionamento do movimento sindical. A organização intersindical acontece entre 21 e 23 de agosto de 1981, é realizada a 1ª Conferência das Classes Trabalhistas em Praia Grande, São Paulo. Ali se formou a comissão pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores), fundada dois anos depois. Com o objetivo de unir as várias tendências do movimento trabalhista, a CUT apresenta uma proposta de organização sindical independente. Pela primeira vez consegue-se congrega trabalhadores do campo e da cidade. No entanto, por ser muito forte, os sindicatos dos metalúrgicos ficam de fora, privando a CUT de possuir um dos sindicatos mais expressivos da época.

Sob a ditadura militar, cresceram as dificuldades nos campos, com o desenvolvimento do capitalismo agrário e a generalização do assalariamento rural, traduzido no fenômeno dos “bóias-frias”⁴⁸ dos anos 70 e 80. Nas cidades, as camadas assalariadas foram engrossadas com grandes setores da antiga pequena burguesia-trabalhadores de serviços como médicos, professores, bancários, que perdiam parte de seu “status” anterior.

Esse realinhamento da sociedade brasileira - o desenvolvimento do setor operário e dos novos setores assalariados- condicionou desde então o desenvolvimento do movimento sindical brasileiro. Assim, embora com nítida continuidade em relação às décadas anteriores à ditadura, o movimento sindical que se seguiu ao regime militar apresentou também características próprias, novas.⁴⁹

As greves que se desenrolaram nos anos de transição política escaparam das previsões dos estrategistas do governo e por isso tornaram-se um símbolo de resistência. Ao colocar no centro das suas reivindicações, ao lado da questão do aumento salarial, a reivindicação da estabilidade no emprego, a questão do limite de 40 horas semanais de trabalho e a reivindicação do direito de representação sindical nas empresas, os metalúrgicos do ABC transcenderam o terreno estrito das funções sindicais e os seus

⁴⁸ Segundo José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira em sua obra didática *Brasil: uma história em construção*, vol. 2 (São Paulo: Editora do Brasil, 1996), na medida em que o Brasil foi assumindo os traços de um país capitalista, ao lado do processo de industrialização das zonas urbanas, e por causa da enorme concentração fundiária no campo, antigos lavradores foram se tornando pouco a pouco empregados em empresas rurais, assalariados permanentes ou temporários. Estes últimos, em maior número, são conhecidos pelo nome de trabalhadores volantes ou “bóias-frias”.

⁴⁹ RUY, José Carlos. Apresentação do livro de COSTA, Sílvio. *Tendências e Centrais Sindicais. O Movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994*. Goiânia: Ed. da UCG, 1995.

interesses mais imediatos, colocando na ordem do dia a reivindicação de direitos sociais e políticos que abarcam um conjunto bastante mais amplo dos setores populares brasileiros.⁵⁰

II.2 Porto Alegre e o contexto político: eleições de 1982

De 1980-83 o país enfrentou uma grande crise econômica⁵¹, o que fica evidente pela elevada inflação, pela profunda recessão, pelos altos índices de desemprego. No entanto, as greves que levaram um grande número de pessoas às ruas foram as de 1979. A partir de 1980 as greves tornaram-se mais restritas às empresas. Também devem ser levados em conta a conjuntura de crise e o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos. Em todo o Brasil, segundo boletins do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 1979 houve 246 greves, em 1980 esse número caiu para 144, em 1981 praticamente estagnou, 150; e em 1982 novamente 144.⁵²

A reforma partidária, vista a partir da possibilidade de os grupos sociais articularem-se em torno dos partidos políticos parece ser assunto bastante complexo e que necessitaria aprofundamento em pesquisa específica. No entanto, o que se pode perceber ao analisar a abertura em Porto Alegre sob o foco dos movimentos sociais é que um caminho foi aberto para a organização das diferentes posições. Embora a oposição não tenha ganho as eleições de 1982 no Estado do Rio Grande do Sul,

⁵⁰ MOISÈS, José Álvaro. “Qual é a estratégia do novo sindicalismo?” In: SOUZA, Herbert José de et al. *Alternativas Populares da Democracia: Brasil Anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982.

⁵¹ Conforme relatam autores como Edgard de Barros (op.cit) e Thomas Skidmore (op.cit). O ano de 1980 fechou melancolicamente com uma inflação de três dígitos: 110%. Em 1983, a inflação atingiu o incrível índice de 200%. A dívida externa, nesse mesmo ano de 1983, foi da ordem de 95 bilhões de dólares.

⁵² PEDROSO, Elizabeth M. K. *Movimento Sindical Urbano no Brasil (1850-1997)*. Trajetória, Características e Desafios. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 1998. p.67

percebe-se⁵³ que o grau de insatisfação com o sistema estava ficando bem mais nítido, já que em termos de somatório de votos de todos os partidos oposicionistas concorrentes, este superou aquele da situação. Tal levantamento também demonstrava que parte dos operários e de setores médios da população, apesar de votar, na sua maioria, na oposição, através do PMDB (voto útil⁵⁴), era forte eleitora do PDT; e que outra parte menor já pronunciava apoio ao iniciante PT. Esses fatos comprovavam que certamente a política situacionista estava com um desafio maior: além dos votantes do PMDB, havia simpatizantes do antigo trabalhismo, renovado por Brizola (PDT), e ainda os adeptos de um partido fundado em bases operárias e eclesiais, o PT. A diversificação da oposição trazia novos desafios para o governo, pois trazia também novas alternativas de projetos políticos.

Os pronunciamentos de alguns vereadores dos novos partidos revelaram apoio para o fortalecimento dos movimentos dos trabalhadores. Vereadores como Antônio Cândido, Antônio Holfeldt, Ana Godoy(PT), Brochado da Rocha e Valneri Antunes(PDT) demonstravam preocupação nos seus pronunciamentos com questões como salário mínimo e greves. Um exemplo sobre a greve geral de 1983:

“Independentemente de se ter conseguido ou não segurar o transporte coletivo, a observação de quem transita e acompanha certas áreas da cidade tradicionalmente movimentadas no dia-a-dia é de que a greve alcançou, fundamentalmente, um dos seus objetivos: a classe média desta cidade está parada. E se levarmos em conta que é, sobretudo, sobre a classe média que incidem os últimos pacotes, porque o trabalhador já vem sendo, ao longo dos últimos 20 anos, espoliado, nós verificamos que, efetivamente, há uma manifestação nova, e há uma manifestação importante. Os relatos que temos através da área de informações da central dos trabalhadores são que

⁵³FRANZOM, Carmem Marília D. *Partidos, Representação Política e Grupos Sociais*. In: BAQUERO, Marcello(org.). *Abertura Política e Comportamento Eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1984.

⁵⁴ Voto útil: A tese da existência de um voto da oposição, que se sobreporia às divergências ideológicas e programáticas entre os diversos setores oposicionistas.

a Av. Farrapos, centro da cidade e Av. João Pessoa estão com mais de 80% de seu comércio paralisados.”⁵⁵

Como a sociedade brasileira estava começando a viver o “processo de distensão política”, muito se debatia sobre ela nos meios acadêmicos e políticos. Teriam os grupos sociais reivindicativos naquela conjuntura a possibilidade de articularem-se e elaborarem seus objetivos projetando-os nos assuntos políticos?

Acompanhando o que ocorria nos principais centros do país desde o final dos anos setenta, teve início no Rio Grande do Sul uma crescente mobilização dos trabalhadores de diferentes categorias, estimulados por uma geração de líderes sindicais em torno de questões econômicas e também relativas à organização, à articulação e ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores. A mesma trajetória, no entanto, evidencia a fragilidade das conquistas alcançadas. Nem sempre o projeto dos trabalhadores forja garantias à categoria para que se prolonguem os benefícios conquistados. É inegável que a greve se constitui na expressão mais visível dos conflitos que permeiam as sociedades capitalistas.

II.3 Porto Alegre e os movimentos reivindicativos na “abertura”

O “novo sindicalismo” é a denominação do movimento em que os trabalhadores metalúrgicos de São Paulo, a partir de 1978, 79 e 80, começaram a reivindicar seus direitos mesmo fora das fábricas, além de iniciarem-se negociações diretas com os empregadores. A Igreja e profissionais da classe média também se solidarizaram com o movimento. Os sindicatos extrapolaram a questão da campanha salarial para reivindicarem autonomia sindical, isto é, desatrelarem o sindicato do Estado. Os focos de um sindicalismo mais combativo e autêntico, que já existiam antes de 1964, foram

⁵⁵ Pronunciamento ver^a Ana Godoy(PT), 20/7/1983. CMPA. Porto Alegre.

duramente reprimidos nesse momento. Por volta de 1968 é que um sindicalismo de oposição começa a tomar novamente terreno político. As greves de Contagem e Osasco são sua expressão máxima. Porém, será na década de 1970, a partir da organização dos metalúrgicos do ABC, que um movimento com esse caráter cultural e político “novo” surge. As seguintes orientações, segundo Ilse Scherer-Warren⁵⁶, têm sido atribuídas como norteadoras desse novo sindicalismo: autonomia sindical frente ao Estado; independência em relação aos partidos políticos e liberdade de escolha partidária de seus participantes; negociações diretas entre empregados e patrões sem intervenção governamental; mobilização pelas bases e criação de uma democracia interna ao movimento.

O movimento do “novo sindicalismo” paulista atraiu a atenção dos gaúchos. A atmosfera da “abertura” e os precedentes criados pelo movimento operário paulista, juntamente com o aumento da inflação (41% em 1978 e 77% em 1979), levaram os trabalhadores a agir.

Os funcionários públicos estaduais gaúchos e paulistas entraram em greve. Embora pouco eficaz quanto às reivindicações salariais, isso ajudou a transformar a atmosfera das relações trabalhistas (e conseqüentemente as políticas), e deu legitimidade aos protestos econômicos das categorias,⁵⁷ demonstrando grande poder de combatividade e organização coletiva.

⁵⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. Op.cit.p.43-44.

⁵⁷ SILVA, Lorena Holzmann da et al. *Rio Grande do Sul: organização, lutas e debates atuais no movimento sindical*. IN: SARTI, Ingrid et al. *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.74-88.

Em Porto Alegre, a Comissão Intersindical do Rio Grande do Sul passou a desenvolver intenso trabalho de apoio aos movimentos reivindicativos dos trabalhadores, através de manifestações e apoio material (oferecimento de espaço físico, coleta de fundos). Ofereceu os serviços do setor jurídico a movimentos e dispôs-se a realizar esforços de mediação. Promoveu manifestações públicas em apoio aos bancários (1979) e aos professores (1980).⁵⁸

Em todo o país, ao longo do ano de 1979, várias categorias profissionais entraram em greve. O governo brasileiro acenava com medidas de repatriamento dos exilados políticos, em termos de uma anistia, embora parcial, e conseguiu mobilizar considerável apoio da oposição. No entanto a “abertura” só estava sendo concedida controlando-se os trabalhadores. Formulavam-se políticas salariais que entravam em vigor para minimizar os conflitos sem realmente atender às reais garantias que os trabalhadores almejavam. O que os trabalhadores buscavam era alterar a famigerada Lei 4.330 de junho de 1964, a Lei de Greve, que proibia o direito de greve, e fixava os índices de aumentos salariais, que deixaram de ser feitos através da negociação entre operários e patrões.

Os exemplos mais significativos dessa problemática social em Porto Alegre são a minimização do atendimento às reivindicações do movimento dos professores estaduais, a repressão ao movimento grevista dos bancários de Porto Alegre, o caso dos trabalhadores da construção civil e a destruição das conquistas dos trabalhadores na Indústria do Vestuário de Porto Alegre.

II.3.1 Greve do magistério estadual

18.SILVA, Lorena Holzmann et al. Op.cit.

Em 3 de abril o magistério público(RS), em assembléia geral, decreta greve a partir de 05/4/1979, reivindicando 70% de aumento e piso de 3 salários mínimos. Um dia antes de os professores entrarem em greve, o governo estadual propusera 55% se os professores retornassem às aulas. No entanto, o magistério mantém a greve e o Governo suspende o diálogo até a volta às aulas.

No início do mês de abril de 1979 o presidente do Centro do Professores do Estado do Rio Grande do Sul(CPERS), Hermes Zanetti, disse que as pretensas medidas do governador Amaral de Souza não mudavam o estado das coisas e que o projeto de aumento salarial anunciado era muito vago.⁵⁹

A greve do magistério público, iniciada em abril de 1979, contava com a solidariedade de várias outras entidades da classe. Mesmo com a pressão do governo para que voltassem às salas de aula, os professores reuniram-se em 9 de abril de 1979⁶⁰, em duas assembléias gerais, no Auditório Araújo Viana, decidindo por manter a greve e tentar novas negociações com o Governo. A proposta foi estudada e votada pela quase unanimidade de cerca de 11 mil professores na segunda assembléia, iniciada às 19 horas e encerrada duas horas mais tarde. A decisão de continuarem em greve foi confirmada pela maciça votação dos professores, que não só levantavam os braços na hora de expressar seu voto como gritavam as palavras “greve” e “união” várias vezes, aplaudidos pela decisão adotada.

Os promotores iniciais do movimento, reunidos em torno do CPERS, salientavam a importância da tomada de posição da categoria diante do impasse surgido

⁵⁹ Zero Hora, Porto Alegre, 10/04/1979.

⁶⁰ Correio do Povo, Porto Alegre, 10/04/1979.

com a recusa do governo do estado de atender, a curto prazo, em especial a reivindicação de um aumento de vencimentos da ordem de 70%.

O governador Amaral de Souza adotou três medidas com vistas a equacionar a situação do magistério gaúcho: determinou a urgente promoção de professores, a nomeação dos concursados e o estudo da reivindicação do aumento postulado pela categoria. O grupo dos professores foi o primeiro dentre os servidores a ser recebido em prolongada audiência pelo chefe do Executivo.

O Sindicato dos Engenheiros, dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre, a Associação Gaúcha dos Sociólogos, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, os estudantes estaduais e universitários manifestaram apoio ao movimento dos professores. No jornal Correio do Povo de 6 de abril de 1979, os universitários da UFRGS emitiram a seguinte nota:

*“Os estudantes da UFRGS, representados pelas entidades abaixo assinadas, manifestam seu total apoio ao movimento de greve dos professores do Estado. Mais uma vez deixa claro ser insuportável as condições de vida dos trabalhadores brasileiros. A luta dos professores está estritamente vinculada à luta dos estudantes por melhores condições de ensino, pela reconstrução da União Nacional dos Estudantes(UNE) e pelas liberdades democráticas. É a luta dos oprimidos pelo fim da ditadura e pela construção de uma sociedade de igualdade e liberdade”.*⁶¹

Em meados do mês de abril o magistério, em Assembléia Geral, encerra a greve: 40% de aumento já concedidos, 15% de aumento a partir de junho de 1979 e 15% a partir de dezembro de 1979. No dia 18 de abril de 1979 os professores retornavam às aulas com a proposta de aumento

parcelado do governo, porém com um exemplo de organização quanto à movimentação da categoria, que realizou cinco grandes assembleias em abril. Elas foram o elo de ligação entre a direção e a base dos trabalhadores. Nelas iniciavam e terminavam as greves, ainda que, em certos momentos, elas tivessem exercido um papel meramente legitimador de decisões já tomadas pelas instâncias dirigentes do movimento.

Ainda que ilegais, as greves foram toleradas pelo governo. Desta forma, se para os grevistas tais movimentos se restringiram a um significado meramente econômico, para a sociedade, em geral, foram um teste que permitiu avaliar a disposição do regime para enfrentar a pressão social.

II.3.2 A greve dos bancários

A primeira fase da greve dos bancários foi iniciada em março de 1979. Reunidos em assembleia geral, 300 bancários decidiram entregar aos banqueiros um pedido de aumento de 30%, sem ser descontado do dissídio de novembro. A contraproposta do sindicato dos bancos foi a de um aumento de 20% a partir de junho, a ser compensado no dissídio de novembro, o que foi considerado inaceitável pela assembleia realizada em 10 de abril. Sete dias depois, o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre fez realizar nova assembleia para examinar nova proposta dos banqueiros. Portando cartazes e faixas que exigiam o aumento de 30%, 2.500 bancários pressionavam para que saísse a greve, porém a direção do sindicato não escondia a sua posição e afirmava,

⁶¹ Correio do Povo, 06/4/1980. Porto Alegre.

categoricamente, que seria um suicídio entrar numa greve que precisaria, no mínimo, da adesão da metade da categoria, ou seja, 7.500 bancários. Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, não deixou nenhuma dúvida quanto à sua posição quando disse: “... *com uma minoria, sempre seremos massacrados pela legislação vigente.*”⁶²

Olívio Dutra, ao analisar os movimentos sindicais brasileiros, disse que o ABC é o centro industrial mais desenvolvido do País, mas os movimentos sindicais de São Paulo-ABC, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul equivaliam-se na reputação de combatividade. Ressaltou ainda que nada adiantava os trabalhadores reivindicarem maiores salários enquanto o centro do poder não tivesse uma intervenção concreta dos trabalhadores. Tal argumento contribuiu para evidenciar a distância que havia entre o desejo de conquistas favoráveis aos movimentos sociais no período da assim chamada “abertura” e suas reais concretizações.⁶³

O recuo do movimento ficou manifesto na reunião do Conselho de Representantes, decidindo marcar a data para o início de uma nova campanha salarial, em julho, tendo em vista que os bancários pretendiam antecipar a data do dissídio para 1º de setembro, como ocorreria no resto do país. De fato, em agosto iniciavam-se novas mobilizações que marcaram, profundamente, o movimento bancário.

Apesar de não totalmente bem-sucedido em sua greve, o sindicato dos bancários conseguiu a retroação da data-base do dissídio da categoria. Foi uma vitória importante

⁶² SOARES, Marcos Flávio. *Relatório de Pesquisa: anotações preliminares sobre os movimentos grevistas no RGS*. Projeto banco de dados sobre sindicalismo no RGS. Mestrado em Sociologia. IESPE-PUC/RS, 1980.

do ponto de vista estratégico, pois colocou o dissídio dos bancários gaúchos no mesmo período em que se verificou o da categoria em outros estados. Isso, naturalmente, aumentou as possibilidades de articulação do movimento bancário entre as várias unidades da Federação.

Em 6 de setembro de 1979 o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, acionou o Decreto-Lei 1632 para intervir no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. O despacho ministerial, além de destituir toda a diretoria da entidade- que é acusada, no documento, de ter praticado ato de apoio à greve- nomeou uma Junta Governativa, que ficou incumbida de gerir os destinos do órgão classista enquanto perdurasse a “situação de anormalidade”.⁶⁴

Às 22h30min do mesmo dia, o presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olívio Dutra, juntamente com um membro do Comando de Greve, Felipe da Costa Nogueira, foram presos pela Polícia Federal. Ambos saíram do auditório Araújo Viana, onde recém havia terminado assembléia da categoria, que manifestou repúdio à intervenção do Sindicato. A assembléia foi dirigida por Olívio, tendo sido definida a continuação do movimento grevista. Segundo fonte da Polícia Federal, Olívio e Felipe estavam incomunicáveis. A prisão ocorreu por ambos terem infringido artigo da Lei de Segurança Nacional, que proíbe o incitamento à paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais.⁶⁵

A solidariedade ao movimento dos bancários comoveu muitos setores opositoristas ao governo. Quanto à ação do governo em substituir as diretorias dos

⁶³ Correio do Povo, 05/05/1979. Porto Alegre.

⁶⁴SOARES, Marcos Flávio. Op.cit.

sindicatos, houve pronunciamentos contundentes por parte da oposição, inclusive questionando até que ponto havia realmente iniciado a “abertura” do regime.

O apoio de Luís Inácio da Silva, o Lula, que viajou para Porto Alegre dia 10, as gestões da Intersindical(que buscava contato com as autoridades) e mesmo a intervenção dos políticos ligados ao MDB foram insuficientes para alterar o curso dos acontecimentos. O governo estava disposto a endurecer a questão e só admitia negociar quando os grevistas voltassem ao trabalho.

A intervenção no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre só terminou em julho de 1980. Foram destituídos quatro dirigentes (Olívio Dutra, Luiz Felipe da Costa Nogueira, Aquiles Mário Notti e Cância Alceu da Silveira Vargas) e reintegrados todos os demais diretores da entidade.

O saldo de greve em termos de atendimento às reivindicações foi negativo. Os bancários voltaram ao trabalho sem o aumento salarial reivindicado, sem a menor garantia de estabilidade e com ameaças de demissões em massa.

No entanto, o significado político do movimento ficou marcado pelo renascer das lutas reivindicativas da categoria. A “abertura” que o governo esboçava estava sendo posta em cheque de maneira bastante conflituosa e isto ocorria em todos os lugares do país onde as greves tomavam força. Buscou-se no período romper com o arbítrio dos empregadores contra o esforço de atuação sindical e ainda superar a fraqueza do sindicato como organismo de luta, alçando-o à condição de interlocutor

⁶⁵ Correio do Povo, Porto Alegre, 07/8/1979.

reconhecido no debate das grandes questões nacionais, principalmente as que afetam as camadas trabalhadoras.⁶⁶

Políticos da ARENA pronunciaram-se condenando os movimentos grevistas, como por exemplo:

*“(...) observo que no episódio do movimento paredista e do movimento reivindicatório do magistério gaúcho, mais uma vez estamos nos acostumando a constatar a presença de algumas pessoas que dentro ou fora dos movimentos procuram a eles se vincular, a eles se associar, a eles se unir, não com o propósito de colaborar na consecução dos objetivos reivindicatórios desse movimento, mas muito mais com o objetivo de agredir e contestar a Revolução de março de 1964”.*⁶⁷

Já a oposição do MDB contrariava essas argumentações e salientava que os intrusos nas greves eram elementos da polícia, como por exemplo:

*“peço o aparte para dizer que ontem, principalmente depois da passeata, umas seiscentas pessoas ficaram na Praça da Alfândega, em vigília pela anistia. E a minha preocupação maior era a de ficar, justamente, cuidando os intrusos, que não têm nada a ver com o movimento da anistia, nem com o movimento estudantil, nem com a classe operária. E de vez em quando se viam duas, três pessoas chegar com pedras nos bolsos, dizendo que era para se defenderem da polícia. Pois esses eram policiais, infiltrados, querendo provocar para poderem dar pau nos operários”.*⁶⁸

Como pode-se perceber nos pronunciamentos dos vereadores, as greves geravam posicionamentos divergentes quanto ao modo como se davam as mobilizações. Para a oposição ao governo, os intrusos nas movimentações eram agentes a serviço do próprio governo. Para os governistas, no entanto, os intrusos eram os agressores à “Revolução de 1964”.

⁶⁶ Correio do Povo, 01/08/1980.Porto Alegre

⁶⁷ Pronunciamento vereador Reginaldo Pujol, 05/4/1979. C.M.P.A.

⁶⁸ Pronunciamento vereador Antônio Cândido, MDB, 15/8/1979.C.M.P.A.

II.3.3 Greve dos trabalhadores da construção civil

A greve da Construção Civil de Porto Alegre que ameaçou estender-se para a grande Porto Alegre e teve reflexos nos trabalhadores de algumas cidades interioranas, como Caxias do Sul e Pelotas, foi uma das mais longas do período, indo do dia 13 ao dia 27 de agosto de 1979.

Em junho, o Sindicato da Indústria da Construção Civil decidia não conceder o aumento solicitado pelos 50.000 trabalhadores do setor, na Região Metropolitana de Porto Alegre. O setor apresentava um período de desaquecimento, isto aumentava o poder de barganha dos empregadores, já que era maior a oferta de trabalho. De fato, o movimento trouxe à tona a questão da exploração do trabalhador da construção civil, fruto da baixa qualificação de mão-de-obra e do processo, quase que permanente, de migração de regiões de menor para as de maior desenvolvimento predial.

Na Câmara de Vereadores, Antônio Cândido, um vereador que tinha sido eleito pelo MDB quando era engraxate na Praça da Alfândega, centro de Porto Alegre, assim se pronunciara:

“ se esses trabalhadores, a exemplo das principais capitais brasileiras que deram início às movimentações paredistas e aos movimentos de rua, hoje vêem este debilitado trabalhador de Porto Alegre, o pedreiro, que pertence a uma das classes mais exploradas deste país, enriquecer o Banco Nacional de Habitação(BNH), que é um dos maiores fenômenos de criação talvez universal, de explorar o povo. Criaram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) justamente para este Banco, mas tiraram a estabilidade do trabalhador brasileiro, transformando-o em simples escravo”⁶⁹.

⁶⁹ Pronunciamento vereador Antônio Cândido.MDB, 05/8/1979.CMPA.

Os resultados da greve que se desenvolveu através de assembléias da categoria, bastante tumultuadas, e sofreu grande repressão por parte do Estado, com o registro de várias prisões⁷⁰ foram satisfatórios no sentido de os trabalhadores conseguirem ver atendidas parte de suas reivindicações, com a obtenção de aumento salarial de 15% a 30%, piso salarial, pagamento de parte dos dias de greve, garantia de não punição aos grevistas, estabilidade por um ano para os membros do Comando de greve, fornecimento gratuito de equipamentos de segurança no trabalho.

II.3.4 Movimento dos trabalhadores das indústrias do vestuário

Em 1979 os trabalhadores do vestuário de Porto Alegre, no desenrolar do dissídio,⁷¹ realizaram uma importante greve (durou três dias), envolvendo toda a categoria. Nela ocorreu um acordo entre o patronato e os operários, favorecendo seu término. No entanto o patronato utilizou-se de recursos jurídicos para não alterar o “status quo”, recorrendo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Este não aceitou a decisão do tribunal local e retirou dos trabalhadores as principais conquistas do movimento.

No dia 05 de setembro de 1979 mais de 4.000 trabalhadores das indústrias do vestuário fizeram uma passeata no centro de Porto Alegre. Portando cartazes, as operárias se referiam às suas condições de vida e de seu salário: *Três mil cruzeiros: educação, transporte, vestuário, alimentação. Já pensou? Chega de exploração.*

⁷⁰ PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. *Movimentação grevista no RGS(1980-1983)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. IESPE-PUC/RS, 1984.

⁷¹ Denominação comum às controvérsias individuais ou coletivas submetidas à Justiça do Trabalho.

*Queremos dinheiro para comprar pão. Patrões: Nossos filhos passam fome. Greve por melhores salários*⁷²

Depois de uma reunião de duas horas e meia, os empresários que integravam o Sindicato das Indústrias do Vestuário resolveram nomear uma comissão com objetivo de estudar as 41 reivindicações apresentadas na tarde de 04 de setembro pelos trabalhadores. Cerca de 80 indústrias participaram da reunião, que se efetivou na Federação das Indústrias do estado do Rio Grande do Sul(FIERGS) e que foi convocada após encontro entre as direções dos sindicatos dos empregados e empregadores.

O reajuste salarial que a categoria pretendia era de 20% a partir de 1º de setembro de 1979, com incidência sobre aumento de 35% já concedido pelos patrões, mas sem descontos; 30% de aumento em fevereiro de 1980 e, por ocasião do próximo dissídio, um reajuste de mais de 10% sobre o índice oficial do Governo. O titular do Sindicato Patronal dos Trabalhadores do Vestuário, João Paulo Marques, acreditava que mais de 90% dos trabalhadores do setor tenham paralisado suas atividades, estimando em dez mil o número de pessoas que aderiram à greve.

O comércio manifestara-se contra as greves “reconhecidamente ilegais” e pedira ao governo que assumisse posição mais firme e adotasse medidas “*fortes e urgentes contra tais movimentos para que não fosse promovida a ‘escalada da anarquia’*”. Tais argumentos eram do presidente da Federação das Associações Comerciais de Porto

⁷² Correio do Povo, Porto Alegre, 06/9/1979.

Alegre, Elmiro Lindemann, após reunião de diretoria com o Sindicato Patronal dos Trabalhadores do Vestuário. Lindemann acrescentou que *“grupos de trabalhadores, de alguns setores, não estavam sabendo viver a democracia com responsabilidade”*. E acentuou que *“no meio trabalhador estão infiltradas pessoas com objetivos diversos das pretensões das categorias, procurando a todo custo confundir abertura política com agitação pública”*.⁷³

Por outro lado, as duas entidades do comércio enviaram ofício ao ministro do Exército, general Walter Pires de Almeida, apoiando sua manifestação de que as Forças Armadas assegurariam o máximo de segurança ao imenso esforço de realização dos objetivos governamentais. A Secretaria de Segurança, através de nota oficial, afirmou que *“seria garantido a todo cidadão o direito de trabalho, não permitindo que contra eles se exerçam quaisquer coações, ameaças ou violências. Esse direito ao trabalho, o governo do Estado, através de seus órgãos de segurança, tem o dever de garantir.”*

A informação garantia ainda que a secretaria não permitiria a ação de grupos organizados para impedir o acesso aos locais de trabalho, assegurando assim *“o direito de ir e vir garantido a todos os cidadãos.”* A nota encerrava com a manifestação de confiança na população do Rio Grande do Sul e pedia cooperação para que o clima de ordem, paz e trabalho fosse preservado para toda a comunidade gaúcha.⁷⁴

O que se percebe de tal argumentação de parte dos comerciantes é que a crise geral e as constantes greves que estavam surgindo deixavam setores patronais inseguros quanto ao normal andamento de seus negócios. As promessas de abertura, ao mesmo tempo que trazia um discurso sobre a democracia, abria a possibilidade de uma tensão social.

⁷³ Correio do Povo, 06/9/1979. Porto Alegre.

A movimentação da categoria dos trabalhadores do vestuário no período 1980-82 foi bem mais modesta. Em fevereiro de 1980 realizaram apenas uma “operação tartaruga” da qual participaram trabalhadores do Tevah, da Jack e do Arwan, reduzindo a produção em 60%. Além disso os trabalhadores realizaram apenas mais uma ameaça de greve no período 1980-82.

II.4. Movimento pelos Direitos Humanos em Porto Alegre

O movimento pelos direitos humanos em Porto Alegre vai adquirir um caráter organizacional forte a partir de 1980. Um impulso para o engajamento na luta pelos Direitos Humanos foi o seqüestro ocorrido em 1978 dos militantes uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias, com seus dois filhos menores. Uma operação internacional que teria envolvido policiais brasileiros e gerou comoção em todo país.⁷⁵

Assim se pronunciou o vereador Antônio Cândido

(MDB) em 10/01/1979:

“ A soberania nacional foi atingida, a bandeira brasileira enxovalhada com a entrada clandestina de policiais uruguaios em nosso território para perseguirem suas vítimas, com a cobertura da polícia gaúcha.(...) E mais uma vez pedimos aqui que as forças representativas democráticas deste estado, formem uma comissão de deputados estaduais, deputados federais do Rio Grande do Sul e vereadores de Porto Alegre e vão esses deputados e vereadores, vá

⁷⁴ Idem nota anterior.

⁷⁵ Relatório Azul. 1999/2000. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

*essa comissão falar com o Ministro do Exterior, com o ministro da Justiça e até com o Presidente Ernesto Geisel.*⁷⁶

No entanto, a questão sobre o envolvimento da polícia gaúcha era tratada de maneira diversa pelo vereador da ARENA, Vicente Dutra:

*“Alguns interessados em tirar proveito do ocorrido acusam o país, o regime, de que não há democracia neste país. (...) Não há envolvimento da polícia civil no caso do seqüestro dos uruguaios. Se houve, foi por parte de alguns policiais, por conta própria, por sua alta recreação.”*⁷⁷

À época, os militantes políticos uruguaios se encontravam clandestinos em Porto Alegre. A pedido do governo uruguaio, o Departamento de Ordem Política e Social(DOPS) gaúcho seqüestrou os dois ativistas e as duas crianças que os acompanhavam, entregando-os aos policiais do país vizinho, segundo informa a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos (CCDH) da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.⁷⁸O episódio motivou a Assembléia Legislativa a instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o envolvimento de policiais gaúchos no caso. O debate foi acirrado. Os

⁷⁶ Pronunciamento ver. Antônio Cândido.MDB.10/01/1979. CMPA(Câmara Municipal de Porto Alegre).

⁷⁷ Pronunciamento ver. Vicente Dutra. ARENA. CMPA.

⁷⁸ Relatório Azul. 1999/2000. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

deputados da ARENA negavam o seqüestro, mas acabaram cedendo e aprovaram um relatório condizente com os fatos, concordando com a versão da oposição.⁷⁹

No Brasil do período da redemocratização as acusações que pesavam sob o governo de casos de torturas e prisões provocadas por motivos políticos eram partilhadas por outros países da América Latina como a Argentina e o Chile. Os jornais locais da época traziam reportagens que muitas vezes colaboravam na divulgação dos dados, como noticiou o jornal *Correio do Povo*: “*documento da Anistia Internacional divulgado hoje acrescenta que a incidência das violações dos Direitos Humanos compreende desde 15.000 mortos ou desaparecidos na Argentina desde 1976, até os 1.500 desaparecidos no Chile desde 1973.*”

Em março de 1980 a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresenta uma proposta de Constituição através de um anteprojeto elaborado pelo jurista Ivair Nogueira Itagiba que declarou ter dedicado uma atenção especial à questão dos direitos humanos. Para tanto, os dividiu em cinco categorias: direitos públicos, direitos privados, direitos políticos, direitos econômicos e direitos sociais, como uma forma de evitar que o arbítrio pudesse sacrificá-los.

⁷⁹ Relatório Azul. Op.cit.

Em abril desse ano, estabelece-se um novo regimento para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde se prevê a criação de duas comissões permanentes- a de Direitos Humanos e Segurança Social e Defesa do Consumidor.

39 Relatório Azul. Op.cit.

Em abril de 1981 os jornais locais noticiavam uma das atividades da Comissão, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, com base em denúncias feitas pela advogada Glecy Fogliatto de que presos estariam sendo maltratados na Ilha do Presídio, localizada no Guaíba, próximo à cidade de Porto Alegre. Foram até ao local os deputados Antenor Ferrari e José Fogaça, ambos do PMDB, além de representantes da OAB. Entretanto, agentes penitenciários, armados de revólveres, impediram que os deputados e outras 25 pessoas componentes da comitiva desembarcassem na ilha.⁸⁰

O debate nacional em torno da questão dos direitos humanos começava a tomar uma orientação pró-regime democrático. Em Manaus, foi iniciada a VIII Conferência Nacional dos Advogados. Entre outras teses que começaram a ser debatidas figuraram as dos juristas Sobral Pinto e Miguel

⁸⁰ Correio do Povo, 03/4/1981. Porto Alegre.

Reale Júnior. A primeira relacionava-se com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; e a segunda, com a doutrina de segurança nacional. Na Conferência estava ainda presente o representante do Presidente da República, o ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, que reafirmou seu compromisso com o restabelecimento do regime democrático no país. Já o presidente do Conselho Federal da OAB, Eduardo Seabra Fagundes, definiu o tema central- a liberdade- como o produto final que tem como componentes imprescindíveis vários direitos entre os quais avultam a liberdade sindical, o direito de greve, e o direito de livre expressão dos pensamentos.⁸¹

Em 1980 o Papa João Paulo II visita o Brasil, em uma época em que o Estado tratava de deportar religiosos estrangeiros particularmente ativos entre índios e camponeses sem terra. O Papa recomendou ao clero não envolver-se com política.⁸² No entanto, houve setores da Igreja Católica que não concordaram com o discurso de João Paulo II e participaram de muitas discussões e projetos relativos à política.

O bispo Dom Cláudio Hummes, do ABC paulista, veio a Porto Alegre em agosto de 1980 para a inauguração da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia

⁸¹ Correio do Povo, 20/5/1980. Porto Alegre.

⁸² VIZENTINI, Paulo. A política externa do regime militar brasileiro. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

Legislativa. Ao falar durante a solenidade, o bispo defendeu o papel da Igreja e sua opção preferencial pelos pobres. Ao comentar a greve dos metalúrgicos, lembrou que a Igreja foi acusada de incentivar o movimento, “*mas quem fez isso foi o salário mínimo, esta é a verdade*”. Segundo Dom Hummes, uma das raízes principais dos movimentos reivindicativos é o desrespeito ao artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que defende o direito de todos tomarem parte no governo de seu país e afirma que a vontade do povo é a base do poder público, uma vontade expressa pelas eleições.⁸³

Em janeiro de 1982, noventa e quatro pessoas, membros de centros e comissões de justiça e paz, de onze estados brasileiros, incluindo o Rio Grande do Sul, estavam reunidos em Petrópolis, participando do 1º Encontro Nacional dos Direitos Humanos. As reuniões era realizadas com palestras e painéis, apresentadas por dirigentes e convidados especiais. O Encontro fora promovido pela Comissão de Justiça e Paz de Petrópolis, com o apoio do Centro Ecumênico de Salvador. Objetivou reunir entidades para estabelecer reflexões cristãs, como foi o Concílio Vaticano II (1962-65), a Conferência de Medellín(1968)e a de Puebla (1979), e de opiniões do episcopado brasileiro. Este encontro reforçava a posição da Igreja Católica em promover, na época, debates sobre os direitos humanos.

Um dos casos que também evidenciam o envolvimento da Igreja nesse período da história brasileira foi na questão do sistema penitenciário. Em São Paulo, numerosos organismos ligados à Igreja- entre eles a Comissão de Justiça e Paz e a dos Direitos Humanos- pediram o apoio do povo e da própria Secretaria de Segurança para a criação de um Conselho Comunitário integrado por elementos representativos da comunidade, dos presidiários e de suas famílias, que se propusesse promover e acompanhar “ a

⁸³ Correio do Povo, 16/8/1980. Porto Alegre.

execução de uma política carcerária eficaz, humana e inovadora’. O Conselho ensinaria um contato assíduo com os presos e seria uma válvula de escape para as suas queixas e reivindicações. A nota oficial, divulgada por essas entidades, advertia ainda que a negação dos direitos aos detentos gerava neles “ *um crescente sentimento de desamparo e angústia, sem qualquer esperança de vida nova. Parece imperar uma guerra mais contra a pessoa do criminoso do que contra o crime.* ”⁸⁴

Um destaque também importante, que embora mereça estudo particularizado, e é necessário expor aqui alguns aspectos, foi a organização das mulheres, que vinham conquistando espaços e buscando alterações sociais. Os grupos feministas que atuavam em Porto Alegre como Costela de Adão, Movimento da Mulher pela Libertação, Ação-Mulher e Liberta tinham diferenças formais porém todos possuíam, em linhas gerais, a mesma pauta de questões. Acompanhavam suas concepções temas que se tornariam quase obrigatórios como planejamento familiar, sexualidade, creches, discriminação e educação. A luta pela conscientização se ratificou a partir de 1975, quando a ONU definiu que aquele seria o Ano Internacional da Mulher.

⁸⁴ Correio do Povo, 13/4/1982. Porto Alegre.

Com o propósito de tornar efetiva a participação feminina nos debates sobre o projeto de Constituição, a OAB seção Rio Grande do Sul nomeou uma comissão formada por duas advogadas para colher a manifestação dos diferentes segmentos da sociedade brasileira acerca da problemática da mulher e o seu regramento constitucional.

Na Ordem dos Advogados começou no final do ano de 1980 um movimento para que as advogadas pudessem compor o Conselho da Instituição, realizando uma campanha para eleger candidatas inscritas em três chapas oficiais. O grupo de mulheres advogadas relembra que enquanto a ONU constituiu uma comissão mista para a década do estudo da situação social da mulher no mundo, o Instituto dos Advogados estava exercendo discriminação contra advogadas, algumas das quais juristas. Individualmente, em Porto Alegre, as advogadas Rejane Brasil Filippi e Mercedes Moraes Rodrigues obtiveram o maior número de votos em relação aos dezesseis outros candidatos.⁸⁵

Na passagem do 33º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1980), deputados gaúchos da oposição assinalaram o dia com pronunciamentos na tribuna, como o de observar que, embora o artigo 1º da Declaração sustente a tese de que todos somos iguais, sabemos que as deformações, que são resultados de estruturas sociais iníquas e injustas, terminam por contrariar a tese⁸⁶, e que embora a “abertura” dê uma brecha, há muito ainda que esperar.⁸⁷

⁸⁵ Correio do Povo, 26/11/1980. Porto Alegre.

⁸⁶ Correio do Povo, 11/12/1980. Pronunciamento dep. Américo Copetti-PDT

⁸⁷ Correio do Povo, 11/12/1980. Pronunciamento dep. Caetano Peruchin(PMDB).

Importante papel teve a OAB no que se refere às lutas pelas liberdades democráticas. No período da “abertura”, Eduardo Seabra Fagundes assume a presidência da OAB, em 1979, reconhecendo as conquistas obtidas na gestão anterior (Raymundo Faoro) e ressaltando que ainda faltava muito à plena restauração do Estado de Direito. Começou pregando a anistia ampla, geral e irrestrita, e sem gradualismos; a convocação de uma Assembléia Constituinte que restaurasse as eleições diretas em todos os planos, assegurasse a liberdade de organização partidária e sindical e estabelecesse uma justa distribuição de renda.

Em fevereiro de 1981, o presidente da OAB, ao propor um projeto de Constituição para o Brasil, declarou que a defesa intransigente do princípio programático da OAB era a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que a Ordem exerce um poder de advertência semelhante ao da Igreja. ”
Podemos conscientizar, chamar a atenção da opinião pública para os problemas.”⁸⁸

No início dos anos 80 a imagem do Brasil no exterior começava a melhorar tendo em vista o processo de democratização, declarou Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980, em visita ao Brasil.⁸⁹ Lembrou que a sua luta em defesa dos direitos humanos deve ser entendida no seu sentido mais amplo, pois direitos humanos não significam apenas denunciar situações de injustiças, prisões e torturas, mas também

⁸⁸ Correio do Povo, 05/02/1981.Porto Alegre.

⁸⁹ Correio do Povo, 10/02/1981.Porto Alegre.

a fome, o abandono de crianças, enfim, a situação estrutural, pois quando defendemos os direitos humanos estamos defendendo a necessidade de dar à sociedade condições para que ela possa se desenvolver em todos os sentidos. Esquivel denunciou a situação dos direitos humanos nos últimos anos na América Latina em geral, como a mais grave nos últimos tempos. Também declarou estar preocupado com o governo de Ronald Reagan, por ter incrementado o seu poderio militar:

“Hoje, os Estados Unidos sob o governo Reagan destinaram 178 milhões de dólares à compra de armamentos, o que equivale a cerca de 12,4 bilhões de cruzeiros (...) Estes gestos vão propiciar que os Estados Unidos possam tornar internacional a luta na América Central, desrespeitando a consciência internacional.”⁹⁰

De acordo com a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), as torturas e desaparecimentos de pessoas apresentadas como subversivas diminuíram no hemisfério sul em 1981. No entanto, ao mesmo tempo, a comissão assinalou que se acentuaram as condições de extrema pobreza de milhões de latino-americanos, o que constitui uma forma de violação dos direitos humanos.

No início dos anos 80 discutia-se um novo modelo de constituição para o país. A OAB/RS elaborou um anteprojeto onde havia fortes apelos democráticos quanto ao direito de greve. Ele deveria ser direito fundamental do homem, ao contrário do que estabelecia a Constituição vigente na época (desde 1967) . Nas disposições transitórias constava a seguinte proposição: *“ficam expressamente revogadas as leis ou decretos restritivos dos direitos das pessoas ou das liberdades democráticas”*. Em consequência,

⁹⁰ Correio do Povo, 10/02/1981 e 17/02/1981. Porto Alegre.

segundo explicou o advogado Honório Severo, um dos integrantes da comissão da OAB/RS, ficariam extintas a Lei Falcão, o Estatuto dos Estrangeiros e a Lei de Segurança Nacional.⁹¹

Em 1981, quando ocorre a onda de atentados terroristas de direita no Brasil, atingindo principalmente instituições e imprensa que criticavam o regime político brasileiro, o colégio presidencial da OAB/RS distribuiu o seguinte manifesto:

“ No momento em que, na capital do Estado, se reúne o Colégio Presidencial da Seccional da OAB/RS, representando as 44 subseções regionais, é imperativa uma manifestação que se some a tantas vozes que se fazem ouvir na defesa da ordem, do direito individual e coletivo, e do próprio regime democrático preconizado pelo chefe da nação.

Os advogados rio-grandenses, que sempre defenderam os direitos do cidadão, vêm a público emprestar sua solidariedade ao Governo da República no combate ao terrorismo e a quantos se interponham entre o Presidente da República e a democracia que ele jurou instaurar no país.

Esta manifestação não traz qualquer colorido político-partidário, mas o pensamento livre de quem, como a classe, sempre se postou na vanguarda do direito e da justiça, como é de sua essência.”

⁹²

Os atentados que ocorreram em grande evidência no centro do país comoveram as instituições de todo o país preocupadas com a liberdade de expressão, como no caso a OAB/RS. Com os extremismos, cada vez mais os entraves da censura tornavam-se elementos de difícil aceitação social.

II.5 Movimento Ecológico em Porto Alegre

⁹¹ Correio do Povo, 11/06/1981. Porto Alegre.

Surgidos inicialmente das manifestações de contestação aos sistemas políticos, principalmente entre os “hippies” da década de 60, os movimentos ecológicos deixam aos poucos de ser uma simples moda e passam a ser preocupação dos governos, assumindo claramente uma função política. Essa absorção da “onda” ecológica pelos governos atingiu seu clímax com a realização da I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, que se realizou a 5 de junho de 1972, em Estocolmo, Suécia, e veio a tornar-se o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Durante o encontro de Estocolmo foi aprovado pelos 113 participantes, entre os quais o Brasil, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que tinha como objetivos a orientação e promoção de atividades para preservar o ambiente em todos os países do mundo.

No Brasil, esses projetos foram quase que imediatamente absorvidos pelo Governo, que criou dentro do Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), a qual se incumbia de elaborar leis e fiscalizar a atividade potencialmente poluidora na área industrial e de serviços. Depois do passo inicial foram surgindo secretarias estaduais e municipais que seguiram as diretrizes federais. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a possuir secretaria municipal do meio ambiente, em Porto Alegre, 1976.

Para tratarmos do movimento ecológico em Porto Alegre no período da “abertura” seria interessante voltarmos um pouco no tempo, mais precisamente a 1971, com a fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural(AGAPAN), em Porto Alegre. Não que as lutas anteriores não fossem importantes, porém eram esparsas e individuais, como o caso do naturalista Roessler nos anos 40 e 50.

⁹² Correio do Povo, 10/5/1981. Porto Alegre.

A AGAPAN envolveu-se, no final dos anos 70, na questão da poluição da atmosfera, causada pela fábrica de celulose Borregaard, e pedia medidas emergenciais de mobilização para combater um problema que prejudicava a qualidade de vida da população. Sua atividade, junto com a pressão popular, resultou na iniciativa do Governo Federal em estabelecer um órgão responsável pelo meio ambiente, a Secretaria Especial de Meio Ambiente.⁹³ Não foi somente um problema urbano isolado que fez o governo brasileiro tomar tal iniciativa. A pressão internacional decorrente da tomada de posição brasileira na Conferência de Estocolmo fazia imperiosa a criação de algum órgão responsável pelo meio ambiente no país.

Em 1979 estavam em discussão nacional os contratos sobre exploração madeireira na Amazônia. Em São Paulo ocorreram vários atos públicos e a campanha contra os contratos de risco. Estavam presentes preservacionistas de todo o país, inclusive do Rio Grande do Sul, que foi representado pelo ecologista e agrônomo José Lutzenberguer e pelo advogado Caio Lustosa, ambos de Porto Alegre. No final do mês de janeiro, idêntica campanha foi lançada na capital gaúcha. O movimento contava com a adesão de entidades como a Ação Democrática Feminina, Associação Nacional de Apoio ao Índio, Instituto dos Arquitetos do Brasil e Ordem dos Advogados do Brasil. A posição da AGAPAN foi definida por seu presidente José Lutzenberguer: “*considero os contratos de risco para exploração madeireira o último golpe dos devastadores contra a última grande floresta do mundo*”. Houve inclusive coleta de assinaturas para a ação popular que a AGAPAN pretendia ajuizar contra as autoridades federais, caso fossem efetivados contratos de risco para exploração madeireira na Amazônia.⁹⁴

⁹³ GUIMARÃES, Roberto P. *Ecologia e Política na Formação Social Brasileira*. Dados, Rio de Janeiro, v.31, n.2,p.243-277.1988

⁹⁴ Correio do Povo, 12/01/1979. Porto Alegre.

O ano de 1979 também trouxe para vários setores sociais a questão da ecologia. O tema da campanha da Fraternidade daquele ano da Igreja Católica falava em poluição da miséria e da riqueza, da destruição das florestas, da especulação imobiliária, da poluição dos carros, dos inseticidas, dos resíduos radioativos e de muitas outras formas de destruição do meio ambiente. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Curso de Pós-Graduação em Ecologia iniciava em abril de 1979. A Secretaria da Saúde do estado reforçou a equipe de funcionários para controlar a poluição, criando um barco-laboratório para pesquisar “in loco” a bacia hidrográfica do Guaíba. A preocupação com os parques e praças danificadas começou a ser uma constante, a ponto de a Secretaria Municipal do Meio Ambiente elaborar uma Campanha de Arborização, com 71.855 mudas de diversas espécies de árvores para o plantio e replantio em ruas, avenidas, parques, praças, jardins e áreas reservadas.⁹⁵

Um amplo movimento ocorreu na cidade em 1979, reunindo a AGAPAN e a Ação Democrática Feminina Gaúcha(ADFG) no Auditório da Assembléia Legislativa na campanha “Alimentos sem Veneno”, como parte das cerimônias do Dia Mundial do Meio Ambiente (05 de junho). José Lutzenberguer trouxe da Europa um plano de “agricultura ecológica” com experimentos agrícolas que não utilizam adubos químicos, inseticidas ou herbicidas.⁹⁶

O Plano Diretor da cidade de Porto Alegre a partir de 1979 passa a ser denominado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental(PDDUA). Incorporou novidades. Não se tratava apenas de um plano viário e de zoneamento

⁹⁵ Correio do Povo, 27/05/1979. Porto Alegre.

⁹⁶ Correio do Povo, 06/06/1979.

urbano. O 1º PDDUA(1979) planejou globalmente a cidade, preocupando-se de forma científica, sistemática e metodológica com as estruturas da vida social. Teve a participação de sociólogos, historiadores e ecologistas, em um debate ampliado que trouxe melhorias à qualidade de vida da cidade.⁹⁷

Como contribuição do movimento ecológico que eclodiu nos anos 70, o Plano consagrou aspectos de conservação e preservação ambiental. Trouxe o princípio da densidade populacional boa- uma concentração máxima de 150 habitantes por hectare, índice considerado ideal ainda hoje. A partir de 1979, cresce a preocupação com os níveis de insolação e de ventilação dos prédios. Os limites de altura foram reduzidos em algumas situações e houve afastamento das divisas dos terrenos - os chamados recuos viários e laterais. Ou seja, a construção não ocuparia todo o terreno.⁹⁸

Quanto à imprensa, os canais de televisão exibiam programas que tratavam do meio ambiente, ressaltando a grande repercussão que os assuntos sobre ecologia estavam despertando no momento. O canal 2 (TV Guaíba) exibiu em dezembro de 1979 a seguinte programação, às 8 horas da noite: “Ecologia sem lei, em busca da verdade. Tema: A legislação sobre o meio ambiente, as indústrias poluentes da Grande Porto Alegre. Seria possível o tombamento do Rio Guaíba?”.

Em 15 de janeiro de 1980 Porto Alegre tornou-se sede de debates ecológicos. O Encontro sobre Áreas Naturais Preservadas da Região Neotropical, promovido pelo Ministério do Interior, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente, teve como

⁹⁷ *História Ilustrada de Porto Alegre*. Porto Alegre: CEE/ Já Editores, 1997.p.172-173.

⁹⁸ *História Ilustrada de Porto Alegre*. Op.cit.

colaboradora a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). O objetivo do encontro era trocar idéias entre os representantes de países neotropicais, os países situados abaixo dos Estados Unidos, não só os sul-americanos. Os poderes Executivo e Legislativo da cidade comemoravam o Ano do Meio-Ambiente, objetivando, especialmente, a busca de medidas concretas com vistas à preservação dos recursos naturais existentes, de tal forma a sustar a crescente devastação dos morros e bosques naturais, evitar a poluição hídrica, aérea e sonora, e mobilizar a opinião pública.⁹⁹

O debate sobre ecologia foi tema nacional do Encontro em Brasília em 1980 com mais de 400 representantes de organismos oficiais e não-oficiais de preservação da natureza, buscando uma estratégia mundial para a conservação dos recursos naturais. Entre as estratégias estava manter os processos ecológicos essenciais; preservar a diversidade genética e assegurar o uso sustentável dos ecossistemas. Os fundamentos desse encontro foram preparados com a participação e assistência financeira do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA). O professor José Cândido de Mello Carvalho, membro da União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais (UICN), ao fazer o lançamento do programa, informou que o mesmo ato estava ocorrendo simultaneamente em cinquenta países e a estratégia demandava o trabalho de três anos, envolvendo mais de mil cientistas em uma centena de países.

A questão de existirem leis que proporcionassem um maior cuidado no tratamento com o meio ambiente estava em pleno desenvolvimento no período da

⁹⁹ Correio do Povo, 16/01/1980.

“abertura” política. Em abril de 1980 o advogado gaúcho José de Souza Lobo elaborou projeto de lei, enviado à Assembléia Legislativa, composto de 21 artigos, que incluíam penas e multas a quem prejudicasse o equilíbrio ecológico, como denota o artigo 1º:

“Aquele que, por ato ou omissão de ato ou fato, concorrer para destruir, infectar alimentos ou de qualquer forma poluir o meio ambiente com ruídos, lixo, detritos, fogos, e poluentes físico-químicos de qualquer espécie, capaz de alterar a pureza do ar, terra, praias e águas, com o efeito de acarretar danos irreparáveis à saúde pública e prejuízos biológicos ao homem, vegetais e animais, fica sujeito às penas como, por exemplo, multas correspondentes a vinte salários mínimos, cominada, diariamente, enquanto durar o ato infrator. “¹⁰⁰

Em junho de 1980 o movimento de Justiça e Direitos Humanos, a AGAPAN e a ADFG entregaram ao governador Amaral de Souza uma carta em que manifestavam suas apreensões quanto à ausência de uma política efetiva com relação ao controle ambiental. Ao mesmo tempo, lamentavam não se terem transformado em realidade os propósitos do Plano Estadual de Proteção ao Meio Ambiente, lançado no início do governo Amaral, tendo como um dos objetivos o saneamento da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

No entanto, os jornais noticiavam que até o final da administração Amaral de Souza estava programado o investimento de 11 bilhões e 700 milhões de cruzeiros para implantar na Região Metropolitana um sistema de coleta e tratamento de esgotos, destinado a impedir a contaminação do estuário do Guaíba.¹⁰¹

De um total de 230 projetos industriais analisados pelo Departamento do Meio Ambiente da Secretaria da Saúde do Estado, em 1980, somente cinqüenta foram

¹⁰⁰ Correio do Povo, 27/4/1980. Porto Alegre.

aprovados totalmente pelos técnicos. Em razão disso, o Departamento desencadeou um processo de atuação sistemática junto a fontes poluidoras industriais, para que fossem tornadas mais dinâmicas as ações de tratamento de resíduos.

*No final de 1980 uma comissão gaúcha visitou na Europa centros de preservação ambiental. Em três cidades da Holanda verificaram, sob a chefia do vice-governador Otávio Germano, as inovações tecnológicas no tratamento de dejetos industriais e dos mecanismos adequados e seguros à proteção ambiental. Na Alemanha, a comissão visitou área de refinarias de petróleo e estações de tratamento d'água, em Munique, entre outros complexos ligados à petroquímica, conhecendo as inovações técnicas na defesa do meio ambiente e no reaproveitamento dos dejetos industriais, evitando o lançamento em rios, lagos e mar. De Amsterdam, o vice-governador informou aos jornalistas que até aquele momento as observações serviram para avaliar “que realmente o pólo petroquímico do Rio Grande do Sul contava com inovações técnicas na proteção ambiental sem precedentes no mundo”.*¹⁰²

Quanto mais se aproximava a data de entrada em funcionamento do III Pólo Petroquímico, localizado no município de Triunfo, mais se questionava a qualidade da água consumida pela população da Região Metropolitana de Porto Alegre. Urgia que todos se preocupassem com a qualidade da água, pressionando o Pólo a equipar-se de mecanismos eficazes ao controle da emissão de detritos, para que não contaminassem mais ainda as águas dos rios que formam o estuário do Guaíba, atentando também para a preservação do Parque Estadual das Ilhas do Delta do Jacuí.

¹⁰¹ Correio do Povo, 02/7/1980. Porto Alegre.

¹⁰² Correio do Povo, 15/11/1980. Porto Alegre.

O governador Amaral de Souza anunciava nos jornais que estava entre as suas prioridades o saneamento do Guaíba:

“ O Projeto Guaíba representa o primeiro passo para despoluir o grande manancial da região metropolitana.(...) A tarefa de despoluir o Guaíba, através de um convênio Dmae-Corsan- integra-se em plano da região metropolitana com obras em execução em Canoas e Novo Hamburgo”.¹⁰³

Também estavam previstas estações de tratamento de esgoto em Porto Alegre.

O governo federal através do Banco Nacional de Habitação(BNH) e do Ministério do Interior, estava disposto a alocar recursos, num financiamento sob a responsabilidade e encargo do Estado.

Os debates sobre o Projeto Rio Guaíba levantaram grandes discussões na época. O líder do PDT na CMPA, Glênio Peres, manifestou em plenário sua estranheza pelas colocações feitas pela representação governista quanto ao Projeto Rio Guaíba. O vereador estranhava as anunciadas emendas e substitutivos dos vereadores governistas, pois isto, segundo ele, provava que o Projeto chegou à Câmara sem uma “harmoniosa coligação”. O Projeto, mesmo com fortes posicionamentos contrários à sua implantação, foi aprovado no Legislativo Municipal com 11 votos contra 10. Em fevereiro de 1981 foi assinado o convênio entre a Companhia Rio-Grandense de Saneamento e o Departamento Municipal de Água e Esgotos com a construção de mil quilômetros de rede de esgoto cloacal e estações de tratamento em Porto Alegre.¹⁰⁴

Outro projeto ligado à proteção do Guaíba, foi o Padrão de Qualidade dos Mananciais Hídricos de Porto Alegre. O objetivo era o conhecimento da realidade da

¹⁰³ Correio do Povo, 04/01/1981. Porto Alegre.

¹⁰⁴ Correio do Povo, 04/01/1981. Porto Alegre

bacia do Guaíba, para serem estabelecidas normas eficientes para a recuperação e manutenção do rio e arroios afluentes em boas condições de saúde pública e preservação ecológica.

Em 1981, o Departamento de Meio Ambiente da Secretaria da Saúde realizou levantamento em 3.079 indústrias que jogavam seus efluentes nas bacias hídricas do Estado, concluindo que apenas 178 destas fábricas eram responsáveis por 80% da poluição dos rios do Rio Grande do Sul.

Desde 1980 o estado do Rio Grande do Sul vinha tratando a questão da implantação do III Pólo Petroquímico.¹⁰⁵ Em 1981 já haviam sido iniciadas as obras para a implantação do Sistema de Tratamento dos Efluentes Líquidos (Site) do Pólo Petroquímico do Sul. Quanto à destinação dos efluentes, se a jusante dos pontos de captação de água de Porto Alegre ou através de um emissário oceânico, o Governo aguardaria a decisão a respeito da Assembléia Legislativa, em virtude de uma lei que proibia o lançamento de efluentes no rio ou na lagoa.

Um ano depois de sua criação (1980), o Projeto Rio Guaíba não saíra do papel. O Departamento Municipal de Água e Esgotos(DMAE) anunciava que estava sem recursos e esperava verbas do Plano Nacional de Saneamento (Planasa),via Companhia Rio-Grandense de Saneamento(CORSAN).

Durante o processo do Projeto Rio Guaíba, desenvolve-se a discussão sobre o que fazer com os resíduos (efluentes) do Pólo Petroquímico, que ainda não estava em funcionamento. No entanto, para os políticos opositoristas e algumas entidades

¹⁰⁵ Os outros dois ficam em Cubatão (São Paulo, o I) e Camaçari, Bahia.

ligadas ao meio ambiente, como a AGAPAN, a preocupação era atender a critérios de preservação ambiental e obedecer a padrões estabelecidos por organismos específicos. O governo salientava os benefícios que o Pólo traria ao Estado, principalmente quanto a geração de empregos.

Outros grupos que debatiam a questão dos efluentes do III Pólo era a população da região sul do Estado, que temia que, se os efluentes do Pólo fossem despejados no Guaíba, poder-se-ia comprometer o potencial pesqueiro da Lagoa dos Patos e ainda prejudicar a atividade turística dos municípios banhados por ela.

Líderes da oposição e dirigentes de entidades de defesa do meio ambiente manifestavam-se contrários ao lançamento no Guaíba, por entenderem que os dejetos, apesar de tratados, contribuiriam para poluir as águas do rio. Para os técnicos da CORSAN, no entanto, os efluentes não causariam nenhum dano ao Guaíba ou à Lagoa dos Patos.

Havia na época visões diferenciadas sobre sustentabilidade de implantação do Pólo no Rio Grande do Sul. Em 1981, segundo o secretário da comissão nacional sobre

problemas ambientais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o Pólo era um exemplo de planejamento centralizado e que “hoje mostra-se tão inadequado quanto a Transamazônica”. Ele ainda citou o que vinha ocorrendo no Pólo de Camaçari, na Bahia: “ opera, no momento, com apenas 30% de sua capacidade por falta de mercado para os produtos. Os resultados são desemprego e nenhuma vantagem para a região.” A AGAPAN condenava o III Pólo como demonstravam estas afirmações em nota distribuída à imprensa:

“Há total falta de informações, populares e técnicas, sobre a construção do III Pólo Petroquímico, para onde estavam sendo canalizados recursos obtidos através de empréstimos no exterior. Os recursos investidos no Pólo deveriam ser canalizados para

atender às reais necessidades da população, como a promoção da reforma agrária.”¹⁰⁶

Além da discussão sobre impactos ambientais, foi aprovado no Congresso Nacional, em agosto de 1981, um projeto que criava o Conselho do Meio Ambiente. Previa que o poluidor ficaria obrigado a indenizar e reparar danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Além disso, estabelecia multa simples ou diária nos valores correspondentes, no mínimo a dez e, no máximo, a mil obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, agravada em caso de reincidência específica, conforme dispusesse o regulamento. Da mesma forma prescrevia a possibilidade da perda ou restrição dos incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo poder público.

Cercada por um forte aparato militar realizou-se na Praça da Alfândega de Porto Alegre uma manifestação contra a implantação do Pólo Petroquímico e despejos dos efluentes na Lagoa dos Patos. Falando para aproximadamente 500 pessoas, mais de 10 oradores pediram a suspensão das obras do Pólo para discussão, devido à grande

desinformação que existia em torno dos efluentes. Representando a AGAPAN, Caio Lustosa lembrou o que acontecia em Cubatão, onde existiam quatro vezes mais doenças respiratórias do que em qualquer outra cidade da país, devido aos complexos industriais como o Pólo Petroquímico: “ Apesar do grande aumento da renda do município, a média de vida vem diminuindo e 35% das crianças morrem antes de completar um ano de vida”.

Em outubro de 1981, a Comissão de Obras Públicas da Assembléia Legislativa aprovou parecer do relator Rospide Neto (PMDB), favorável ao projeto do deputado

¹⁰⁶ Correio do Povo, 06/8/1981.Porto Alegre.

Lélio Souza que proibia o lançamento de dejetos industriais em qualquer ponto do estado, inclusive na Lagoa dos Patos: “ O lançamento dos efluentes do Pólo Petroquímico pode ser embargado por qualquer cidadão ou entidade, havendo dispositivos na lei federal que garantem a iniciativa.” Esta era a opinião do presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, Paulo Affonso Leme Machado, em palestra no Instituto dos Advogados abordando a ‘Nova Lei da Política Nacional do Meio Ambiente’.

Segundo o presidente da sociedade, a lei nº 6803 de 02 de julho de 1980 estabelecia que a implantação de pólos - sejam petroquímicos, carboníferos -devia ser precedida de estudos alternativos que versassem sobre o impacto da poluição no meio ambiente. Se não fossem feitos esses estudos, ou eles não merecessem a necessária confiabilidade, qualquer cidadão ou instituição poderá suspender a realização do projeto, uma vez que cabe à sociedade a defesa do bem-comum.¹⁰⁷

A questão dos produtos ou compostos químicos usados pelas indústrias dos pólos petroquímicos era preocupante também porque eram desconhecidos no Brasil e seus efeitos precisavam ainda ser devidamente analisados.

A decisão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul proibindo o lançamento de efluentes industriais nas águas superficiais gaúchas gerava uma

¹⁰⁷ Correio do Povo, 21/10/1981. Porto Alegre.

“polêmica eleitoral”¹⁰⁸ (expressão do vice-governador Octávio Germano), que seria a reação das oposições contra o lançamento dos efluentes do Pólo na Lagoa dos Patos.

No final de 1981 o ministro do Interior, Mário Andreazza, e o governador Amaral de Souza assinaram o protocolo que estabelecia as condições gerais para a execução do Projeto Rio Guaíba. O programa, destinado à despoluição, demandaria obras de saneamento e esgotos sanitários em quase toda a região metropolitana de Porto Alegre. A rede de esgotos prevista ultrapassaria mil quilômetros de extensão e as obras, já em fase de anteprojeto, com a primeira etapa estimada em 2 bilhões e meio de cruzeiros.

Em fevereiro de 1982 foram autorizados os editais do Projeto Rio Guaíba. Constituído de 11 cláusulas, o convênio firmado pelo presidente da CORSAN e diretor-geral do DMAE previa a execução de obras do Projeto Rio Guaíba num prazo de cinco anos, prorrogáveis por igual tempo, devendo, quando concluídas, passarem à propriedade da CORSAN.

O empreendimento estava sendo orçado em 140 milhões de dólares, com a concomitante construção de quatro Estações de Tratamento correspondentes aos quatro sistemas em que fora subdividida a cidade: Ponta da Cadeia, São João, Navegantes, Sarandi e Zona Sul.

A questão da divulgação dos editais de concorrência para as primeiras obras gerou críticas. O vereador pedetista Valdir Fraga achava muito demorado o processo. “ somente um ano e quatro meses da aprovação daquele projeto é que se anunciam

¹⁰⁸ Correio do Povo, 20/11/1981. Porto Alegre.

os editais de concorrências das primeiras obras, cuja conclusão prevê para dentro de cinco anos”¹⁰⁹

Ninguém esperava que o Projeto Rio Guaíba ficasse tanto tempo inerte, uma preocupação da comunidade. “Permite-nos acreditar que dentro de um lustro o Guaíba não será balneável”. Assim se pronunciara o líder do PT na Câmara Municipal, vereador Antônio Cândido.

As obras do Projeto Rio Guaíba iniciaram em julho de 1982, implicando mil quilômetros de redes de esgoto em Porto Alegre. O vereador Elói Guimarães(PDT), que votou favoravelmente ao projeto, analisava a situação: “ se ele (o projeto) é insuficiente, muito pior seria sem ele”. Membro do partido governista (PDS), Jorge Goularte defendeu o projeto, dizendo que “em breve a população porto-alegrense começará a receber os benefícios do convênio assinado”. O diretor do DMAE, Lázio Bohm, afirmava que os resultados surgiriam nunca antes de cinco anos, mas certamente após dez anos.¹¹⁰

Em abril de 1982, em meio às discussões sobre o Projeto Rio Guaíba e a construção do III Pólo Petroquímico, a AGAPAN fez um balanço dos dez anos de luta em defesa da ecologia. O secretário-geral da entidade, Augusto Carneiro, no encontro promovido pela AGAPAN, disse: “ Somos os únicos conservacionistas brasileiros conhecidos em todo o país e também no estrangeiro”. Porém, Augusto Carneiro considerava que o movimento podia ser classificado como pobre e mal

¹⁰⁹ Pronunciamento ver. Valdir Fraga(PDT). CMPA.

¹¹⁰ Correio do Povo, 05/8/1982. Porto Alegre.

organizado, necessitando de ampliação, reuniões estaduais, nacionais, internacionais e de apoio de outras entidades civis:

“Pedimos o apoio de todos, através de iniciativas realizadas mesmo periodicamente, conforme as necessidades do movimento, como secas, inundações, tragédias ecológicas, problema atômico, a partir de discussões, protesto e apoio. As soluções ecológicas para os problemas sociais são suaves e justas e o movimento é essencialmente pacífico, a favor do municipalismo e pela descentralização do poder”.

Em 29 de junho de 1982 a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou na ordem do dia projeto substitutivo à proposição do deputado Roberto Cardona, que determinava a utilização dos efluentes do III Pólo Petroquímico na área do próprio Pólo.

O projeto, aprovado em primeira votação em dezembro de 1981, determinava que o “Poder Executivo ficaria obrigado a dispor os efluentes líquidos do Pólo Petroquímico na área do mesmo, após tratamento primário, secundário e terciário, observadas as obrigações legais e constitucionais vigentes, sendo vetado o lançamento direto ou indireto em cursos de águas naturais, fluviais ou lacustres.”

O atual projeto acabou com a polêmica entre os parlamentares e entidades de defesa do meio ambiente, surgido após a decisão do executivo em lançar os efluentes líquidos do III Pólo Petroquímico na Lagoa dos Patos.

Para finalizar este capítulo, podemos argumentar que o início da década de 80 apresentou muitas mudanças no cenário político a partir da reforma partidária e suas articulações. No Rio Grande do Sul, as eleições para governador foram bastante movimentadas e, apesar da maioria oposicionista, venceu o partido da situação, por aproximadamente 20 mil votos. A economia do país estava em recessão, após o

término de um período de euforia com o “milagre brasileiro”. As greves de várias categorias de profissionais demonstraram grande poder de organização e resistência, como a do magistério estadual e a dos bancários de Porto Alegre. O clima de “abertura” contribuiu para que o movimento pelos direitos humanos fosse encontrando espaço para se desenvolver. O movimento ecológico, que anteriormente poderia estar relacionado a grupos de naturalistas e excêntricos, foi se institucionalizando, buscando reconhecimento para suas preocupações e medidas, como na sua contribuição ao Projeto Rio Guaíba e implantação do III Pólo Petroquímico.

CAPÍTULO III

O movimento pelas diretas, a campanha por uma nova constituição e os novos rumos (1983-85)

Este capítulo tem como objetivo estudar o período da chamada “abertura” entre 1983 e 1985, salientando o desenvolvimento dos movimentos sociais .

Em março de 1983 foi apresentada a emenda constitucional que previa eleições diretas para presidente da República proposta pelo deputado federal do PMDB de Mato Grosso, Dante de Oliveira, e não teve grande repercussão imediata. Em abril, o cardeal D. Evaristo Arns e D. Ivo Lorscheider, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), manifestaram total apoio ao movimento e as adesões começaram a crescer. Até novembro a campanha atrairia praticamente todos os setores da sociedade não comprometidos diretamente com a ditadura militar, coordenados por um comitê suprapartidário (definido em setembro) formado pelo PT, PDT, PTB e PMDB.¹¹¹

Para novembro de 1984 estavam marcadas as eleições indiretas para a escolha do sucessor de Figueiredo. As primeiras manifestações para a campanha das diretas, instrumento para impedir a perpetuação dos militares no poder, não reuniram mais que dez mil pessoas. Em janeiro de 1984 já eram cinquenta mil no comício pelas diretas em Curitiba e trezentos mil na Praça da Sé em São Paulo; em Teresina (Piauí) , 25 mil; em Belém (Pará), sessenta mil; trezentos mil em Belo Horizonte. No dia 10 de abril de 1984

¹¹¹ BARROS. Edgar de. Op. cit.

já eram um milhão na Candelária, no Rio de Janeiro. No dia 16 de abril, mais de um milhão no Anhangabaú, em São Paulo.¹¹²

O clima proporcionado pela tentativa de que a emenda Dante de Oliveira fosse aprovada, que estabelecia a eleição direta para presidente da República, levou multidões às ruas, concentradas por organizações de comitês suprapartidários. Esses acontecimentos não podem ser enquadrados em movimentos classistas ou de categorias profissionais específicas. A campanha pelas diretas gerou um ímpeto próprio. Desde os anos sessenta os brasileiros não escolhiam o presidente e a busca por novas esperanças levou milhares de pessoas aos comícios. Com a infra-estrutura montada pelos governadores de oposição, os quatro primeiros meses de 1984 foram bastante agitados. Dezenas de comícios aconteceram em todas as partes, desde pequenas cidades do interior até as principais capitais estaduais. Ao se aproximar a data da votação, o número de comícios triplicou. No início de abril, cerca de um milhão de pessoas se reuniram no maior ato político jamais realizado no Rio de Janeiro, exigindo o direito de eleger livremente o presidente da República. Em seguida, realizaram-se comícios em Goiânia e Porto Alegre, ambos com um comparecimento superior a duzentas mil pessoas.¹¹³

No entanto, não bastou toda essa demonstração de inconformidade com o regime militar. No dia 25 de abril de 1984, a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada no Congresso Nacional. Porém, a campanha chegara mais perto da vitória do que alguém teria ousado prever um ano ou seis meses atrás.

¹¹² KOSHIBA, Luiz, PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1987. 5ª ed.

¹¹³ BARROS, Edgard Luiz de. *Os Governos Militares. O Brasil de 1964 a 1985. Os Generais e a Sociedade. A luta pela democracia*. São Paulo: Contexto, 1998.

Mas como repercutia a situação brasileira em Porto Alegre?

III.1 Movimento dos trabalhadores e a articulação pelas diretas

A capital do Rio Grande do Sul estava saindo de uma acalorada disputa eleitoral que envolvia todo o estado. A vitória de Jair Soares (PDS) na eleição para governador do estado em 1982 repousou basicamente na divisão da oposição, principalmente entre PMDB e PDT.

O Rio Grande do Sul, terminada a euforia da produção da soja, entrava numa recessão econômica, somada à crise financeira do país, com a crescente dívida externa e pública.¹¹⁴

Em julho de 1984 o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) defendia a volta de uma lei salarial de 1979, a lei n.6708, que garantia 10% de aumento acima do INPC para a faixa salarial de até três salários mínimos mensais. As modificações da política salarial desde 1979 foram feitas apenas por decretos. O primeiro deles, o 2012, foi o que retirou os 10% acima do Índice Nacional de Preços (INPC) para os assalariados de baixa renda. Depois, o 2045 concedia reajustes de no máximo 80% do INPC para todos.

Dentro do clima de buscar alterar o ordenamento do governo quanto às políticas em prol dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul ocorreu em agosto de 1984 o IV Encontro

Estadual da Classe Trabalhadora com sede no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. Cerca de mil trabalhadores de base e dirigentes sindicais participaram do encontro, que debateu a situação nacional e os principais problemas da classe trabalhadora, como o arrocho salarial e o desemprego.

A política salarial adotada pelo governo alarmou os trabalhadores do país. Um decreto- lei anunciaria que quem ganhasse de um a três salários mínimos receberia 100% do INPC, os que recebessem de sete a quinze salários mínimos ficariam com 80% e para os empregados na faixa de 15 a 20 salários mínimos apenas 50% do INPC.

Em março de 1983 as lideranças sindicais do setor metalúrgico do estado reuniram-se na sede do sindicato dos metalúrgicos para tratar da organização da grande concentração prevista para o dia 19 de março. A concentração tinha por objetivo pressionar o governo a retirar do Congresso Nacional o decreto que alterava a política salarial e que, segundo os sindicalistas, provocaria a redução de salários.

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio Grande do Sul, foi solidária com os trabalhadores sobre a política salarial. O presidente da Ordem dos Advogados/RS, José Mariano Beck, juntamente com o advogado Hélio Alves Rodrigues, recebeu os

¹¹⁴ História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre:CEE, JÁ Editores, 1998.

integrantes da Comissão Intersindical Estadual de Trabalhadores, que vieram convidá-lo para a grande concentração que a Comissão realizaria no dia 19, no Auditório Araújo Viana, para debater o problema da política salarial. A Ordem esteve presente na concentração.

A edição de um pacote econômico estava determinando a precipitação de vários acontecimentos na área sindical. Em junho de 1983 foi programada uma reunião conjunta entre Federações e a Comissão Estadual de Trabalhadores na sede da Federação dos Trabalhadores do Vestuário do Rio Grande do Sul. A idéia era convocar um congresso dos assalariados rio-grandenses, tendo em vista os problemas que vinham sendo enfrentados.

De um modo geral, as entidades sindicais acreditavam que os problemas sociais aumentariam principalmente com a idéia de expurgar do INPC os reajustes de preços.

Em virtude de pressionar o governo para não aprovar o que seria o Decreto-Lei 2045, que reajustava os salários abaixo dos índices nacionais de preços, trabalhadores de todo o país planejavam uma greve geral para julho de 1983. Sobre a legalidade, a oposição manifestou-se: *“ a legalidade da greve é um fato tão inequívoco que o próprio regime, através do Conselho de Segurança Nacional, decidiu que não reprimiria o movimento.”* Este vereador acrescentou que o previsto decreto-lei demonstrava a tendência da política econômica de concentração de renda.¹¹⁵

Já os políticos da base governista (PDS), como o vereador Però Job, eram contrários a greve geral, dizendo que *“ estava sendo apoiada pelo MR-8, um grupelho que prega a luta de classes e uma greve assim organizada e apoiada não pode ser um*

movimento pacífico.”. Outro pedessista, vereador Jorge Goularte, afirmara que a greve geral era determinada pela incompetência das oposições, que eram incapazes de apresentar opções para resolver os problemas da população.¹¹⁶

Quando o secretário do Tesouro dos Estados Unidos declarou ser essencial a aprovação do decreto-lei, os sindicalistas brasileiros condenaram a intervenção norte-americana, pois feria o princípio de autonomia nacional.¹¹⁷ Em 30 de setembro de 1983, dias após o pronunciamento norte-americano, foi organizado um Dia Nacional de Protestos contra o decreto-lei .

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil acolheu por unanimidade moção do delegado por São Paulo José de Castro Bigi, que deliberou manifestar publicamente :

“ a nossa inconformidade e o nosso repúdio à indevida intromissão nos assuntos brasileiros e a inusitada tentativa de coagir o Congresso Nacional, face à manifestação do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, que criticou o Congresso Nacional por haver rejeitado o decreto-lei .”

Com a presença de oito das quinze federações de trabalhadores no estado, foi realizada reunião para examinar a nova lei salarial do país. Além de medidas judiciais que seriam adotadas (como arguição de inconstitucionalidade do decreto-lei), as entidades resolveram convocar todos os presidentes de sindicatos filiados para uma reunião ampla na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre.

¹¹⁵ Pronunc. ver. Antônio Holfeldt (PT). 05/07/1983. CMPA.

¹¹⁶ Correio do Povo, 25/9/1983. Porto Alegre.

¹¹⁷ Idem nota anterior.

Segundo Edir Inácio da Silva, sindicalista da Federação dos Trabalhadores do Vestuário (Fetrave), seriam cinquenta mil assalariados que ficariam sem o acréscimo dos 10% do INPC quando se verificaria o aumento semestral. O sindicalista declarou à imprensa: “ *se não tivessem gasto tanto com obras faraônicas, não precisariam ter imposto esta esdrúxula medida.*”¹¹⁸

Um documento foi entregue ao governador do estado em 22 de julho de 1983, em nome dos trabalhadores gaúchos. Tal documento dava ênfase à política salarial, tratava da economia do país, desemprego, inflação, alta do custo de vida e a dívida externa. Um dos trechos dizia:

“ para os trabalhadores gaúchos, o agravamento da situação brasileira, a incapacidade de pagar empréstimos vencidos, mostra a imperiosidade de uma reformulação do que foi feito até aqui em matéria de política e de economia. E, como a alteração dos rumos da economia tem que passar, necessariamente, pela via política, mais do que nunca se torna indispensável a eliminação do arcabouço legal do aparelho repressivo do estado, como a Lei de Segurança Nacional, a Lei Anti-greve e todos os demais instrumentos de um período de exceção que se afirma haver acabado.”

Em janeiro de 1983, uma comissão Pró-CUT convocou e coordenou o Dia Nacional de Luta contra o Arrocho Salarial, sendo realizadas manifestações em praticamente todas as capitais e em algumas cidades importantes. Para 21 de julho, decidiram convocar um Dia Nacional de Protesto e Paralisações contra os pacotes, a recessão, o desemprego, a inflação e o arrocho salarial. Na verdade, o que aconteceu foi uma greve geral que assumiu rapidamente um caráter político de confronto com o regime militar.

¹¹⁸ Correio do Povo, 26/01/1983. Porto Alegre.

A greve contou com intensa adesão dos trabalhadores e o governo reagiu severamente demitindo muitos deles, intervindo em sindicatos e ameaçando decretar Estado de Emergência. A greve geral contou com o apoio da população, inclusive de alguns governadores (São Paulo, Goiás) e parlamentares da oposição, que, em entrevistas, declararam simpatia pelo movimento e condenaram a política econômica do governo militar. Políticos do PMDB se manifestaram a favor da greve:

“ greve geral que os trabalhadores decretaram, através de seus comandos sindicais, para o próximo dia 21 de julho,(...) foi falado, aqui, ontem, nesta casa (Câmara de Vereadores) que a decretação desta greve representava uma ameaça à Nação e que, no momento da crise, os trabalhadores realizam a sua greve e põem em risco a própria Nação. Isto é uma jóia do pensamento conservador. É típico do pensamento conservador, quando os trabalhadores se mexem, dizer que o País está ameaçado.”¹¹⁹

O movimento grevista de julho formou-se no período de dificuldades ocasionado pela política governamental, em especial a questão salarial. No início do mês de julho, o governo decretou um pacote econômico em função de atender aos acordos que o FMI exigia, quando deveria pagar em torno de quase quinhentos milhões de dólares aos bancos internacionais. A exigência foi de que para haver uma reavaliação deste acordo se endurecesse a política salarial. Tão logo saiu o pacote econômico, imediatamente o Secretário do Tesouro Norte-Americano manifestou seu otimismo em relação ao Brasil. Assim se manifestou o vereador André Forster (PMDB) sobre o pacote:

“No último pacote econômico, 90% da população brasileira perdeu valor significativo de seu poder aquisitivo. Uma massa de renda de alguns bilhões de cruzeiros que deixou de circular nas mãos das famílias trabalhadoras e concentrou-se nas mãos dos empresários.”¹²⁰

¹¹⁹ Pronunciamento ver. André Forster, PMDB, 14/07/1983. C.M.P.A.

¹²⁰ Pronunciamento ver. André Forster, PMDB, 20/7/1983.C.M.P.A.

A repercussão do Dia do Protesto teve diferentes pontos de vista. Segundo Paulo Paim, sindicalista, coordenador da Central dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, dois terços do estado pararam na greve geral do dia 21 de julho de 1983. No entanto, o vereador pedessista Jorge Goularte, único do partido do governo presente na Comissão Representativa da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre (CMPA) no dia do protesto, argumentou que a greve foi realizada por uma minoria¹²¹.

III.2 Movimento pelas diretas em 1984

Em 1984 o movimento em prol das eleições diretas para presidente ganhava mais vibração. No Rio Grande do Sul, já em janeiro daquele ano foi realizada a “Grande Caminhada Democrática” no centro de Porto Alegre. Presentes na Caminhada estavam o deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB e propulsor da Campanha nacionalmente, e o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, além de Pedro Simon, Paulo Brossard e outras lideranças partidárias. O trajeto se desenvolveu pelas principais ruas centrais da cidade, numa passeata que foi concluída com um comício na esquina da Av. Borges de Medeiros com a Rua dos Andradas. Acompanhavam a “caminhada democrática” promovida pelo PMDB artistas gaúchos como os cantores Kleiton e Kledir, a atriz e deputada estadual Ruth Escobar, o compositor Martinho da Villa e o ator Raul Cortez.

O clima eufórico da campanha Diretas Já parecia não se alterar com os avisos do governo. Um trecho extraído da nota divulgada pela casa civil da Presidência da República após a reunião do presidente com os “presidenciáveis do PDS”- Aureliano

¹²¹ Zero Hora, 12/06/1983. Porto Alegre.

Chaves, Paulo Maluf, Mário Andreazza e Marco Maciel- reafirmou a posição do Governo a respeito da sucessão: não aceitava sequer discutir o restabelecimento imediato das eleições diretas como desejavam as oposições e inclusive políticos do PDS

122

No entanto, os políticos oposicionistas podiam contar com o apoio de importantes instituições brasileiras. A quase totalidade dos presidentes dos Institutos dos Advogados do país confirmaram a sua presença no encontro que seria realizado em Porto Alegre no dia 28 de março com o objetivo de elaborar a “carta de Porto Alegre” pela adoção das Eleições Diretas para Presidente da República.

Na Câmara de Vereadores de Porto Alegre o assunto das diretas mobilizava discursos:

“Está ocorrendo um fato interessantíssimo no nosso País que, no meu entender, representa, exatamente, o que é o povo brasileiro, esse povo que tem conseguido, durante esses últimos vinte anos não viver mas sobreviver, esse povo que se ergue de uma maneira histórica na conquista dos seus direitos. E usa todas as suas formas culturais, toda a sua imaginação na luta por eleições diretas. Em Porto Alegre diversas formas de luta, de organização, de atividades estão se realizando e se realizarão para culminar, tenho a certeza, com um grande ato pelas eleições diretas em 24 de março.(...) Iniciaremos às 14 horas de sábado, junto com a Banda de Cá, tradicional no Carnaval de Porto Alegre, em frente à Zero Hora. O Carnaval da Santana, dos bairros, o povo na rua.

Se nos impedirem de desfilar na Perimetral, o Bloco das Diretas tem diversos locais para os quais está sendo convidado.”¹²³

¹²² Correio do Povo, 16/2/1984

13 Pronunc. ver^a Jussara Cony. PMDB19/01/1984.

Em abril de 1984 houve um plebiscito promovido pela Câmara de Vereadores sobre eleições diretas para presidente da República e prefeitos de capitais. A programação incluía a colocação de uma faixa no prédio onde funcionava a Câmara, convocando a população a participar do plebiscito.

Porto Alegre teve seu comício pelas diretas em 13 de abril de 1984, no Largo da Prefeitura, com a participação de governadores da oposição. Estavam definidos 62 pronunciamentos de políticos e artistas, sendo ocupada a primeira hora e meia por apresentação de músicos gaúchos.

Leonel Brizola, arrancando aplausos do público desde o momento em que chegou ao palanque, por volta das 19 horas, foi a figura central do comício. Em seu pronunciamento, elogiou o presidente do PT, Luiz Inácio da Silva, o Lula, que o antecederia e que fizera referência ao ex-presidente João Goulart: *“O que ele reconhece é que não se pode desenvolver lutas sociais sem conhecer o passado”*, afirmou Brizola. Porém, logo a seguir criticou com veemência o líder nacional do PT: *“Mas quando ele diz que havia corrupção antes de 64,*

*pode ficar certo que não éramos nós. Vasculharam todas as nossas vidas e não encontraram nada”.*¹²⁴

No dia 25 de abril de 1984, data da instalação de emenda constitucional Dante de Oliveira, que previa eleições diretas para presidente, foi convocado um protesto que consistia em bater panelas e buzinar em todas as cidades brasileiras. No entanto, àquela noite, a emenda, embora obtendo a maioria dos votos, não foi aprovada por falta de “quorum” parlamentar. Foram 298 votos favoráveis, 65 contra, 3 abstenções e a ausência de 112 deputados do PDS e um da oposição; ficaram faltando apenas 22 votos para a soma exigida.¹²⁵

No dia 25 de abril de 1984, a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada no Congresso Nacional. À medida que as candidaturas de Tancredo Neves e Paulo Maluf avançavam em direção ao Colégio Eleitoral, consolidando posições em suas bases e acrescentando apoios em outros setores partidários, mais longe ficava a possibilidade de mudar a regra do jogo em relação à forma de escolha do sucessor de João Figueiredo. Não bastou a grande demonstração de inconformidade do povo com o regime militar. Não adiantou a união dos partidos de oposição. O PDS, presidido por José Sarney, manteve-se coeso e fiel ao regime e derrotou a emenda.

A partir de então, a liderança do PMDB, tendo Tancredo Neves como candidato à presidência, passou a concentrar toda a sua força política no Colégio Eleitoral para derrotar Paulo Maluf, candidato do PDS. O vice-presidente da República, Aureliano Chaves, não estava disposto a suportar a situação criada pela obstinação de Maluf, passando a comandar uma poderosa dissidência do PDS, à qual veio se juntar José

¹²⁴ Correio do Povo, 14/4/1984.

¹⁵ BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto, 1998. Série Repensando a história.

Sarney. Em julho de 1984 formalizou-se a Frente Liberal, congregando alguns dos mais expressivos chefes políticos do PDS, então dispostos a apoiar a candidatura Tancredo Neves.

Foi realizado em Porto Alegre um enterro simbólico dos deputados federais gaúchos do PDS que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira, em 03 de maio de 1984, com exceção do deputado Augusto Trein que votara a favor da emenda. O cortejo, promovido pelo setor jovem do PMDB e outras entidades oposicionistas, saiu da Assembléia Legislativa por volta das 17 horas, seguindo pela Rua da Praia, passando pela Praça XV de Novembro, concentrando-se finalmente na esquina da Av. Borges de Medeiros com Rua dos Andradas, centro de Porto Alegre. As manifestações dos participantes do “enterro simbólico do PDS” tiveram o sentido de pregar a necessidade de continuação da luta popular por eleições diretas.

O presidente nacional da OAB, mesmo depois da derrota da emenda Dante de Oliveira, levou aos deputados e senadores a posição da entidade sobre a matéria que enfatizava a necessidade de diretas já e de uma Assembléia Nacional Constituinte. Sérgio Garcia salientou que tal posição não constituía lirismo ou intransigência, indicava coerência com as posições assumidas pela Ordem nos últimos anos, revelando que seus integrantes, contrariando a tradição, foram à praça pública e ouviram o clamor popular por tais medidas. Além disso, destacou que *“advogado é povo, vive um processo de proletarização e está vitimado pela fome, pelo desemprego, cansado de corrupção, escândalos administrativos e, portanto, quer mudanças na estrutura do país.”*¹²⁶

¹²⁶ Correio do Povo, 25/5/1984.

O acordo entre o PMDB e a Frente Liberal deu origem à Aliança Democrática que se expressaria na candidatura de Tancredo Neves à presidência e de José Sarney à vice-presidência. Esta súbita transformação do antigo presidente do PDS em candidato a vice-presidente na chapa do partido de oposição, o PMDB, foi visto com estranheza por muitos setores da sociedade. Seja como for, graças à cisão do PDS, Tancredo conseguiu reunir maioria no colégio Eleitoral, batendo Maluf na eleição indireta de novembro de 1984.

Em Porto Alegre, no plenário da Assembléia Legislativa, foi realizado um simpósio sobre a Constituinte, um mês antes das eleições presidenciais. O ex-promotor público paulista Hélio Bicudo, um dos palestrantes, analisou a questão da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte:

“ Há uma exigência indispensável a ser atendida antes da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte: a real representação popular no país, seja através dos partidos políticos existentes ou de canais não tradicionais como as associações comunitárias. O grande problema do Brasil é a falta de representação popular, desde o Executivo à Assembléias e às Câmaras onde um grupo de pessoas assume a liderança em nome da maioria da população.”¹²⁷

Na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a discussão sobre como seria elaborada a nova Constituição também era levantada:

“ os jornais de ontem, de todo o Brasil, colocaram a listagem dos 50 nomes que serão encarregados de delinear os rumos da nova Constituição Brasileira a partir de janeiro de 1987. O que me preocupa, particularmente, é o elevado número de juristas em detrimento da essencial orientação, isto é, do segmento social da Nação. Pensava-se que seria natural acolher nomes ilustres no campo jurídico, mas que também todos os setores ou pelo menos uma grande gama desses setores da sociedade estariam representados por esses nomes. Qual não foi a surpresa, que dos 50 nomes, 30 são de juristas.(...) O empresariado, por exemplo, ficou muito bem representado pelo Sr. Antônio Ermínio de Moraes, um grande nome

¹²⁷ Zero Hora, 17/10/1984. Porto Alegre.

*acima de qualquer suspeita. Mas aí vem o Sr. Bueno Vidigal, que é presidente da poderosa Federação das Indústrias de São Paulo. E os trabalhadores? E a orientação política dessa nova constituição, qual será? O centro do país ficou com muita influência na nova constituição.(...) O que falta na comissão é o equilíbrio entre o capital e o trabalho, entre o econômico e o social(...)*¹²⁸

Interessante observar como o processo popular da campanha pelas eleições presidenciais diretas aconteceu quase que paralelamente aos debates para o estabelecimento de uma nova Constituição para o país; estes debates, inclusive, contagiaram-se pelo folêgo da campanha pelas diretas.

III.3 Movimento Ecológico

No início de 1983 a empresa de celulose Riocell, antiga Borregaard, estava procurando modificar sua imagem. Para o projeto de branqueamento da celulose, matéria prima para confecção de papel, foram gastos 248,3 milhões de dólares, sendo 12% deste total destinados à proteção ambiental. Quanto ao mau cheiro que exalava de suas chaminés, o engenheiro diretor-superintendente, Aldo Sani, afirmava que antes a concentração de enxofre era de 1200 partes por milhão, sendo naquele momento de apenas uma parte, o que a reduziu sensivelmente.

No entanto, outros locais, como o Jardim Botânico, pareciam estar ameaçados. Em setembro de 1983 pessoas ligadas à Botânica e à Zoologia denunciavam as propostas de localizar no Jardim Botânico de Porto Alegre um centro de convenções. Para o professor José Lewgoy, então presidente da AGAPAN, *“a projetada construção de um centro de convenções, o também projetado estacionamento para centenas de*

¹²⁸ Pronunciamento ver. Nereu D' Avila(PDT).CMPA, 21/08/1984.

carros, na mesma área, era algo que caberia dentro do espírito ufanista e desenvolvimentista das décadas de 50 e 60.” Na década de 80, com toda a conscientização ecológica que existia, era para o professor Lewgoy um absurdo clamoroso. Um outro professor, Mozart Soares, via no Jardim Botânico uma das suas funções didáticas:

“O Jardim proporciona a possibilidade de estudar os vegetais. Finalmente, há nele também uma mensagem transcendente de paz, pois se podemos acomodar em um bosque representantes vegetais de todos os cantos do mundo, quem sabe não estará aí o exemplo de fraternidade vegetal, anunciando a fraternidade do homem?”¹²⁹

Em 1984 grupos que defendiam o meio ambiente tinham um plano de unificação, a fim de obter mais eficiência na defesa do meio ambiente e até a idéia da criação de um partido ecológico, nos moldes do Partido Verde alemão. Esses propósitos foram lançados em Piracicaba, no interior paulista, no encerramento de um encontro de entidades ambientalistas do Estado de São Paulo. No entanto, o Partido Verde brasileiro só seria fundado em 1986, sendo mais expressivo no Rio de Janeiro.

Dentro do processo de discussão em torno dos mecanismos para se elaborar um plano mais democrático para o país, como a elaboração de uma nova constituição nacional, os ecologistas questionavam a formação de um Partido Verde brasileiro. Para o presidente

19 Correio do Povo, 13/9/1983. Porto Alegre

da AGAPAN, Flávio Lewgoy, dentro da realidade brasileira, um partido de “verdes” representaria, acima de tudo, *“um constrangimento para que políticos de outras entidades viessem a atrelar-se às nossas causas”*. Lembrou que nos Estados Unidos, onde surgiram os primeiros movimentos ecológicos do mundo, a estratégia

¹²⁹ Correio do Povo, 13/9/1983. Porto Alegre.

adotada é da ploriferação de entidades preservacionistas e o não atrelamento a partidos políticos. No Brasil, existiam em 1985 mais de 200 associações de ecologistas.¹³⁰

Com a Nova República e o processo de redemocratização do país, a questão ambiental ganhou um ministério específico, o Ministério do Meio Ambiente. No entanto, o fato de as aspirações fundamentais deste movimento não poderem ser efetivamente atendidas pelo sistema vigente inseriu a questão ecológica no contexto de um projeto alternativo de sociedade. A questão ecológica assume assim uma dimensão essencialmente política, não estando à margem das relações de classe. Nos países subdesenvolvidos, onde os fenômenos negativos ligados ao processo industrial atingem sobremaneira as populações empobrecidas, ela implica além disso um desafio aos interesses do capital multinacional.

Um dos grandes riscos- e uma das grandes seduções também- do movimento pela ecologia parecia ser o representado pela proposta de criação de um partido ecológico. Circunstâncias políticas determinadas podem eventualmente justificar a criação de um partido ecológico, inclusive para forçar os partidos tradicionais a assimilarem a ecologia. No entanto, a proposta da criação do partido poderia acarretar efeito contrário, levando ao isolamento da questão.

Ao lado do projeto de programa político-partidário, havia preocupações em torno do regulamento do uso e comércio de venenos químicos utilizados na agricultura e na pecuária. José Lutzenberguer, líder ecologista, denunciava a “máfia dos pesticidas”, traduzida na possibilidade de exportação européia a vários países- inclusive Brasil- de produtos agrotóxicos, sem o menor controle.

¹³⁰ Zero Hora, 30/3/1985. Porto Alegre.

Em outubro de 1984 entidades ecológicas realizaram uma passeata, ao longo da Av. José Bonifácio, em bairro central de Porto Alegre, em defesa da lei estadual nº 7747/82, que regulamentava o uso e o comércio de venenos químicos utilizados na agricultura e na criação de gado. Várias associações ecologistas estavam presentes na manifestação: Associação Ecologista em Nome do Amor à Natureza, Movimento Ecológico Integrado, Ação Democrática Feminina Gaúcha, Grupo Ecológico Kaa-eté, Coolméia, Associação de Preservação da Natureza do Vale do Gravataí, AGAPAN e Grupo Ecológico Deite na Grama.

O programa de ação dos grupos ecologistas em meados da década de 80 trazia algumas questões novas, mais preocupadas com outras problemáticas além de ecologia, também voltado para a participação de movimentos de cunho social e comunitário, como apoio à luta pelo ensino gratuito em todos os níveis; extinção da Lei de Segurança Nacional; em defesa dos direitos humanos e pela convocação de uma assembléia constituinte. A AGAPAN se propunha, também, a integrar-se cada vez mais na luta contra o racismo, pela defesa dos índios e suas culturas, pela emancipação da mulher, ampliando assim suas linhas de ação.¹³¹

Na década de 80 entraram em cena as mobilizações massivas, principalmente nos países do chamado “primeiro mundo”, obrigando governos a tomarem posições em defesa da ecologia. O grupo ecologista internacional Greenpeace necessitou em muitos momentos, utilizar a tática de “guerrilha” para impedir testes atômicos franceses no

¹³¹ Zero Hora, 04/11/1984. Porto Alegre.

Pacífico. A Floresta Amazônica tornou-se no mundo inteiro símbolo de preservação da vida.

No entanto, em Porto Alegre o Projeto Rio Guaíba andava em ritmo lento. Até novembro de 1984, três anos e meio após seu início, o projeto implantara 52 quilômetros de rede de esgoto, num custo de 22 bilhões de cruzeiros. Buscando dinamizar-se, o projeto Rio Guaíba foi retomado, depois de uma injeção de 40 bilhões de cruzeiros, emprestados pelo Banco Mundial e liberados em novembro de 1984 através do Banco Nacional de Habitação (BNH).

A busca pela conscientização ecológica e preservacionista se fez viva e atuante em todos os continentes na década de 80, e se tornou um dos fatores mais ponderáveis de qualquer planejamento econômico ou administrativo. As empresas já não podiam dispensar cálculos de custos sobre a proteção do meio em que trabalhavam nem abster-se de efetivas medidas de resguardo ambiental. E as administrações públicas, de todos os níveis, estariam obrigadas a encarar a preservação da natureza, o equilíbrio ecológico e a defesa do bem-estar cotidiano como elementos importantes de qualquer projeto.

A questão ambiental, fator que surgia como preocupação social, teve em 1985 em Porto Alegre um episódio bastante ilustrativo dos danos causados pelos supostos “milagres” produzidos pela agricultura química, quando 20 mil aves e 370 mil ovos contaminados por milho tratado à base de organoclorados¹³² tiveram de ser destruídos. Tais agentes estavam ligados à multiplicação de toxicoses, de moléstias degenerativas e de câncer, numa clara demonstração de que os prodígios de produtividade gerados pelos agrotóxicos têm sua contrapartida em insuportáveis agressões ao organismo humano.

No final de 1985 foi encaminhada à aprovação no Congresso Nacional o anteprojeto sobre a nova legislação federal dos agrotóxicos. Entre os “avanços” mencionados pelos ecologistas gaúchos, existia um entusiasmo especial pela cláusula que garantia aos municípios o direito de legislar mais rigidamente que a União e de acordo com as necessidades da região.¹³³

O movimento ecológico cada vez mais se institucionalizava, como denota sua participação freqüente nas discussões de projetos governamentais, como o Rio Guaíba e a implantação do III Pólo Petroquímico. Quanto mais os ecologistas interessavam-se pela política, mais suas preocupações se diversificavam. Assim, o cidadão emérito de Porto Alegre em 1985, o engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro, que se destacou nas denúncias sobre uso de agrotóxicos, se posicionou:

“a principal luta do movimento ecológico nesse momento é a resolução do problema dos 300 mil favelados de Porto Alegre. A situação ecológica do Brasil não pode ser comparada com a dos países desenvolvidos da Europa. Sem desmerecer a luta em defesa de uma figueira de 300 anos, os ecologistas têm que se preocupar com questões mais vitais para a sociedade.”¹³⁴

A política nacional do Meio Ambiente é consolidada com a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDUMA) em 1985, onde são definidas as estratégias e as políticas governamentais na área ambiental. Em 1988 o MDUMA foi extinto e as atribuições da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) voltaram ao Ministério do Interior.¹³⁵

¹³² Zero Hora, 20/10/1985. Porto Alegre.

¹³³ Zero Hora, 19/12/1985. Porto Alegre.

¹³⁴ Correio do Povo, 20/6/1985.p35. Porto Alegre.

¹³⁵ A SEMA ficou vinculada ao Ministério do Interior até 1989 quando, juntamente com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), formaram o Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Florestais.

A legislação ambiental brasileira culminou com o capítulo sobre o meio ambiente na Constituição Federal de 1988. Esse capítulo consolidou os princípios da Política Nacional de Meio Ambiente e estabeleceu:

*“ a política de preservação do patrimônio genético e controle de pesquisa e monitoração de material genético; a caracterização da floresta amazônica, da mata atlântica, da Serra do Mar, do pantanal mato-grossense e da zona costeira como áreas de patrimônio nacional; controle de risco ambiental.”*¹³⁶

Complementarmente, a questão ambiental aparece também em outros capítulos da Constituição de 1988, referentes ao uso dos recursos naturais (energia, solo, mineração, propriedade fundiária, programa nuclear). A Constituição de 1988 é marcadamente caracterizada por uma política ambiental conservacionista, pois o meio ambiente é considerado apenas um patrimônio a ser conservado e sua utilização não está prevista nos planos de desenvolvimento.

III.4 Os debates sobre a Constituinte- 1984/85

Em 1984 os debates sobre a elaboração de uma nova constituição ficavam mais acalorados. O jurista Miguel Seabra Fagundes, *honoris causa* do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, declarou na comemoração de seu título:

*“ São duas as exigências fundamentais para o Brasil atual: o reencontro com sua vocação democrática, através de uma Assembléia Nacional Constituinte e da convocação de eleições diretas para a Presidência da República, e a compreensão dos próximos governantes e legisladores de que a humanidade vive novos tempos e exige direitos adequados à época, como, por exemplo, o direito à proteção do meio ambiente”.*¹³⁷

No I Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores em 1984 em São Bernardo, São Paulo, estavam reunidos 5.267 participantes que se posicionavam, entre

¹³⁶ MONOSOWSKI, Elisabeth. *As políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil*. Cadernos Fundap. São Paulo, v.9, n.16., p.15-24, jun.1989.

outras questões, favoráveis à Convocação de uma Constituinte exclusiva, com a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN). Defenderam a liberdade de organização partidária e sindical; o direito de greve e o controle dos gastos de campanha. A Constituição de 1988 não incorporou muitas das reivindicações das centrais dos trabalhadores como, por exemplo, a não-intervenção das forças armadas no processo político. No entanto, outras importantes reivindicações foram atendidas, como a redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais.

A Campanha da Constituinte levantou vários aspectos em prol dos direitos humanos: a denúncia da formalidade da Constituição de 1967 e a questão das diferenças sociais- questões de gênero, etnia, condição econômica e outros deveriam ser enfrentadas.

O Conselho Federal da OAB, em conjunto com outras entidades como a Associação Brasileira de Imprensa e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil elaborou em abril de 1985 uma cartilha para divulgar, em termos populares, sua campanha em favor da Assembléia Nacional Constituinte. A cartilha denominada “Eu Constituinte” pretendia “*ser o B-A-BA da Constituinte*”, segundo o presidente da OAB/RS, Luis Carlos Madeira, que estivera no Rio de Janeiro acompanhando os delegados do Rio Grande do Sul na eleição do novo presidente da Ordem, Hermano Baeta. Juntamente com sua defesa da Constituinte, que na cartilha seria estudada inclusive na forma de história em quadrinhos, a OAB pretendia fazer valer outros princípios, como a amplitude do voto ao analfabeto e o reconhecimento dos partidos clandestinos.

Os trabalhadores organizados criaram oportunidades de discutir a nova constituição. Os da indústria do Rio Grande do Sul iniciaram um trabalho que seria desenvolvido nacionalmente. Dia 31 de maio, na sede da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação, em Porto Alegre, deram início a I Reunião do Simpósio pró- Constituinte que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) promoveu em todo o país até outubro de 1985. As discussões

¹³⁷ Zero Hora, 15/8/1984. Porto Alegre.

ficaram em torno do que é uma Assembléia Nacional Constituinte e a importância de uma participação efetiva dos trabalhadores no processo.

Em junho de 1985, no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, a CUT fez uma plenária com a seguinte pauta: formação do Comitê Unitário Classista pela Assembléia Constituinte; os trabalhadores e a Constituição e as formas de mobilização e participação para a Constituinte. *“Neste momento em que se fala tanto na elaboração da nossa Lei Maior- a Constituição- os trabalhadores não poderão, novamente, ser deixados de lado, na condição de espectadores, como tantas vezes aconteceu”*, ressaltou Paulo Paim, secretário-geral da CUT.¹³⁸

O governo Tancredo Neves iniciou com um plano de pacto social. O objetivo seria definir uma política de desenvolvimento econômico que culminaria, entre outros itens, com o fim do arrocho salarial, através de um real aumento pela nova política de distribuição de rendas. A idéia era reunir empresários e assalariados e propor autonomia sindical, com negociação dos dispositivos legais que autorizam a intervenção nos sindicatos e a cassação de mandatos de dirigentes sindicais.

Segundo o governo, o combate ao desemprego aconteceria com a criação de frentes de trabalho e medidas formuladas, como seguro- desemprego.

O ano de 1985 foi marcado pelas campanhas salariais dos sindicatos de trabalhadores, com greves e mobilizações de categorias profissionais até então sem

¹³⁸ Zero Hora, 10/6/1985. Porto Alegre.

experiência de movimentos reivindicativos. O avanço da CUT somente foi possível com o clima de liberdade política.

No Brasil, o processo de institucionalização política, tradicionalmente, tem contrariado a condição do governo constitucional. Na *praxis autoritária*, ocorre uma sistemática concessão de monopólio do poder constituinte, seja ao poder executivo, no caso das Constituições outorgadas e Atos Institucionais, seja ao Legislativo Federal, no caso das Assembleias Nacionais Constituintes. Também ao Congresso se concedeu, na carta de 1988, a exclusividade da aprovação de emendas constitucionais.¹³⁹

A emenda de convocação da constituinte, em outubro de 1985, para os políticos que a aprovaram, foi um avanço. Porém, para vários setores da sociedade- expressos nos pronunciamentos de entidades como Associação Brasileira de Imprensa(ABI), CNBB e OAB, entre outras, a emenda tal como foi elaborada, foi muito criticada. Para esses setores, venceu a visão conservadora segundo a qual a Constituição seria discutida e aprovada por parlamentares aos quais se daria poderes constituintes. A opção derrotada, da Constituinte exclusiva, os membros designados teriam incumbência única e limitada à aprovação da nova Carta.

III.5 Movimento Direitos Humanos e Constituinte

Com a presença de trinta pessoas, entre deputados, vereadores e representantes de entidades diversas, foram instalados, na Assembleia Legislativa, os trabalhos da segunda gestão da Comissão de Direitos Humanos, Defesa do Consumidor e Segurança

¹³⁹ AYDOS, Eduardo Dutra. *Democracia Plebiscitária. Utopia e Simulacro na Reforma Política no Brasil*. Porto Alegre/ Canoas: Ed. da Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1995.

Social, em 1983. A Comissão, que seria presidida pelo deputado José Ivo Sartori(PMDB), tinha ainda como membros efetivos os deputados Jauri Oliveira, vice-presidente, e Dilamar Machado(PDT). O PDS não indicou representante.

Enquanto se instalava a Comissão de Direitos Humanos, a questão sobre a sucessão do presidente Figueiredo era debatida. Em 1983, o ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Faoro, destacou que primeiro deveria vir a Constituinte para então se decidir a forma de sucessão.

Analisando a deflagração pela oposição de um movimento popular, Faoro declarou:

“Para que a eleição para a sucessão do Presidente da República seja direta há alguma dúvida sobre a oportunidade. Eleger um presidente pela via direta obviamente é uma aspiração do povo brasileiro. Mas eleger um presidente que lá na presidência tenha os mesmos poderes que este, me parece que apenas se troca a guarda. A eleição direta, me parece, é uma questão de profundidade maior. Acho que ela deve ser conjugada a uma Constituinte de modo que o presidente eleito tenha na estrutura do seu cargo outros poderes e responsabilidades. Resultando que é a Constituinte que deverá decidir se a eleição será direta ou indireta para a presidência.”¹⁴⁰

Em maio de 1983 formou-se uma Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Segurança Social. Como havia uma proposta de revisão da lei pelo governo, o presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Sérgio Garcia, anunciou na

¹⁴⁰ Correio do Povo, 06/4/1983. Porto Alegre.

imprensa que discordava da proposta do governo e posicionou-se na luta pela revogação completa da lei ou eventualmente a sua substituição por uma "Lei de Segurança do Estado democrático". Esses pronunciamentos e declarações provenientes de setores "chaves" do sistema institucional, assim como os documentos das entidades sindicais- que pediam a eliminação do arcabouço legal do aparelho repressivo- forjavam as bases que sustentavam o estado até aquele momento durante anos de exceção.

Dentro da perspectiva de busca de novos rumos para a orientação política brasileira, a Ordem dos Advogados do Brasil defendeu eleição direta para presidente.

Miguel Seabra Fagundes, presidente da OAB, declarou em janeiro de 1984:

*"Já tivemos a oportunidade de dizer, alhures, que se numa constituição votada pela representação do povo estará a base máxima da legitimidade do poder entre nós, esta não será plena enquanto a escolha do presidente da República se processar por eleição indireta, meramente homologatória de imposições de cúpula."*¹⁴¹

A Ordem dos advogados do Brasil/RS também posicionava-se quanto aos caminhos mais eficazes para a transição política, defendendo três providências fundamentais: a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a realização de eleições diretas e a eliminação de toda a legislação excepcional ainda existente. Inclusive quanto à Assembléia Nacional Constituinte, o presidente da OAB/RS, Mariano Beck, lembrou que ela é a

¹⁴¹ Zero Hora, 07/01/1984. Porto Alegre.

principal meta da OAB, porque *“temos hoje apenas um frangalho de constituição, uma verdadeira colcha de retalhos e de difícil interpretação até para os especialistas.”* A Constituição brasileira, observou, pela sua origem e pelas mais de duas dezenas de emendas que sofreu, não merece o acatamento da população e por isso deve ser substituída por um novo texto, elaborado com a participação de representantes qualificados para esse fim e representando a sociedade.¹⁴²

No início de 1984, a situação dos direitos humanos continuava melhorando no Brasil, segundo um relatório apresentado no Congresso norte-americano sobre o estado dos direitos humanos na América Latina e no mundo.¹⁴³

O relatório, que dedicava quase 300 de suas 1500 páginas à América Latina, afirmava que entre 1976 e 1980 somente houve eleições no Equador para substituir um regime militar por um governo civil. Mas desde então, nove países realizaram eleições ou manifestaram a intenção de realizá-las em breve: Argentina, Brasil, El Salvador, Guatemala, Honduras, Panamá, Peru e Uruguai. Para o departamento de estado dos EUA, o governo do presidente Reagan teria tido “um papel considerável nesse processo”, ao apoiar publicamente a abertura política em países dominados por regimes militares, como a Argentina, o Chile e o Uruguai. Dessa forma, ficava evidente que o governo norte-americano não buscava apoiar mais as ditaduras na América latina e, ao contrário, com um discurso que incluía a defesa dos direitos humanos, promovia um apoio às democracias.

¹⁴² Correio do Povo, 13/12/1983 Porto Alegre.
¹⁴³ Correio do Povo, 11/02/1984.

Internamente, a abertura política que se discutia no final de regime militar passava por um debate sobre como seriam definidos os parâmetros para a democracia. E as buscas de soluções para vários problemas brasileiros estavam constantemente ligadas ao debate sobre a nova constituição. Não podia mais a Constituinte limitar-se ao enunciado plano de liberalismo formal e sem eficácia, de “igualdade perante a lei”, o qual é desmentido a todo instante, nas diferenças de oportunidade nos planos social e econômico.

Um aspecto polêmico, e que dividia as opiniões em torno da elaboração da nova constituição, seria quem iria elaborá-la. Uma opinião, comum entre sindicalistas, era de que a Constituinte deveria ser autônoma, isto é, os eleitos teriam a delegação exclusiva de elaborar a nova Constituição. A outra forma seria o congresso-constituente, no qual os eleitos em 1986 acumulariam as funções de constituintes com as atribuições normais de deputados e senadores. No entanto, a primeira forma foi vencida pelo motivo de que, se fosse uma Constituinte autônoma, a legislação ordinária ficaria sem legisladores e caberia ao Presidente da República, através de decretos-lei, instrumentos autoritários repelidos pela democracia, cumprir esse papel de legislador. Outro aspecto negativo da constituinte autônoma, segundo o deputado gaúcho Ivo Sartori (PMDB), seria o de que realizar duas eleições simultâneas- uma para o Congresso Nacional (deputados e senadores que deteriam o poder legislativo ordinário) e outra para a constituinte, com delegação específica de elaborar a nova Constituição, parecia impraticável sob todos os aspectos.¹⁴⁴

¹⁴⁴ SARTORI, José Ivo. *Constituinte e Direitos Humanos*. Separata da Comissão de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor. 1985.

Paralelamente às discussões governamentais sobre a constituinte, eram realizados encontros sobre questões que deveriam ser analisadas com cuidado pela sociedade. Em outubro de 1985 ocorria em Porto Alegre o 1º Encontro Nacional de Investigação sobre a Mulher. Também a Anistia Internacional inaugurava seu escritório em Porto Alegre, paralelamente a abertura dos escritórios do Rio de Janeiro e de São Paulo. Com isso, o Brasil somava-se aos 123 países que permitem a atuação dessa entidade, que na época contava com mais de quinhentos mil voluntários em todo o mundo.

No entanto, conforme avalia Sílvio Costa ¹⁴⁵ constata-se que muitas reivindicações dos trabalhadores não foram incorporadas à Constituição. O presidente José Sarney, com a derrota das diretas, manteve o mandato de cinco anos. A estrutura sindical, em que pese algumas modificações, não garantiu a ampla liberdade de organização. As Forças Armadas continuavam como tuteladoras da sociedade, permitindo e legitimando, a priori, as intervenções militares no processo político. Mas, por outro lado, incorporados à Constituição, alguns direitos sociais, entre os quais destacam-se: direito de greve; redução da jornada de trabalho para 44 horas semanais; salário-férias de um terço; extensão para cinco anos do prazo de prescrição de ações trabalhistas; licença-paternidade; ampliação da licença-maternidade; turno de seis horas ininterruptas; e igualdade de direitos trabalhistas para trabalhadores urbanos e rurais. A essas conquistas somam-se outras de caráter político, como liberdade de organização partidária; ampliação dos poderes do Legislativo e redução dos do Executivo; mandato de injunção; e iniciativas legislativas aos movimentos populares.

¹⁴⁵ COSTA, Sílvio. Op.cit.p.108-109.

CONCLUSÃO

O período da “abertura” foi bastante rico. Este trabalho trouxe um levantamento bibliográfico e jornalístico sobre o período e ainda uma fonte de pesquisa pouco conhecida e divulgada: os pronunciamentos e apanhados taquigráficos da Câmara Municipal de Porto Alegre. Com fontes referentes ao legislativo municipal, o trabalho teve o intuito de, além de dar maior suporte documental ao tema, trazer à tona pronunciamentos de políticos da cidade de Porto Alegre, não como forma de enaltecer suas atuações e sim verificar alguns argumentos e posições do legislativo municipal, que também buscava maior espaço com a redemocratização.

Muitos setores da sociedade brasileira durante a “abertura” foram capazes de demonstrar que buscavam mais espaço dentro do sistema institucional vigente. Assim aconteceu com os metalúrgicos do ABC paulista. O caso desses trabalhadores foi tão marcante na história do Brasil contemporâneo, que é costume mencioná-los como importante grupo atuante no período da redemocratização .

No entanto, sabemos que em todo o país surgiram vários movimentos reivindicativos, com forte poder de representação. Em Porto Alegre, várias entidades socioprofissionais- como os professores estaduais, os bancários e trabalhadores da construção civil - buscaram romper com o arbítrio dos empregadores, embora a repressão continuasse muitas vezes implacável.

Os movimentos sociais reivindicativos tratados aqui, tais como as greves do magistério estadual e dos bancários de Porto Alegre, como a própria denominação refere, reivindicavam medidas imediatas perante o governo ou seus patrões, tais como a problemática de reajuste salarial. No entanto, seus propósitos extrapolaram as lutas particulares, compondo com as outras mudanças do período da “abertura”, como a reforma partidária, um momento novo para a sociedade. Trazia no seu âmago as mudanças que ocorriam dentro do sindicalismo, que buscava cada vez mais autonomia e negociações mais diretas entre empregados e patrões.

A trajetória do movimento dos professores estaduais contou com muitas reivindicações que significaram vitória para os professores estaduais gaúchos mas o desenvolvimento dos acontecimentos (manobras administrativas, legislativas e, no limite, também repressivas) consubstanciou-se numa tentativa permanente do governo de não cumprir o acordo.¹⁴⁶

Sobre a categoria dos bancários, a última greve anterior a 1979 havia ocorrido em 1966 e só durou dois dias, uma vez que as condições políticas existentes na época não permitiam sustentar o movimento por mais tempo. A greve de 1979 foi decretada ilegal e os dirigentes do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários de Porto Alegre foram presos. Mas o significado político manteve-se, constituindo fator importante de questionamento do regime político vigente.

Os trabalhadores da construção civil conseguiram através da greve de 1979, que durou 14 dias- uma das mais longas do período- ver atendidas parte das suas

¹⁴⁶ SILVA, Lorena Holzmann da. Op. cit. p.80. A concessão, por exemplo, de 2,5 salários mínimos reivindicados como referência salarial básica do quadro de carreira, acrescido de abonos sobre o qual não incidiram as vantagens- significou a perda real de um dos pontos centrais do acordo.

reivindicações. Já os movimentos dos trabalhadores do vestuário teve repercussões negativas para a categoria, com inclusive perdas de conquistas anteriores.

A política foi outra questão fundamental na “abertura”. A reforma partidária extinguiu os dois tradicionais partidos do regime militar, ARENA (situação) e MDB(oposição). O intuito dos governistas era dividir a oposição e assim continuar dominando o sistema político. Mas a estratégia não promoveu o resultado esperado pelos situacionistas. Em grandes centros urbanos do país, a oposição conseguiu eleger seus candidatos ao governo, a começar por São Paulo, que escolheu o peemedebista Franco Montoro. Tancredo Neves elegeu-se governador de Minas Gerais, também pelo PMDB. No Rio de Janeiro venceu Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista(PDT). No entanto, no Rio Grande do Sul não se verificou a mesma vitória para a oposição. A fragmentação partidária somada a uma campanha “apática” pelo PMDB e a grande votação para o PDT na capital gaúcha, contribuiu ainda mais para que Jair Soares do PDS ganhasse as eleições.

No início dos anos 80 o movimento pelos direitos humanos acompanhou o clima de redemocratização e começou a adquirir um forte caráter organizacional. As acusações que recaíam sob o governo de casos de torturas e prisões eram partilhadas por vários países latino-americanos, como Argentina e Chile. A OAB foi uma instituição bastante atuante nas questões que envolviam os direitos humanos. Em abril de 1980 foi criada a Comissão Permanente de Direitos Humanos, Segurança Social e Defesa do Consumidor, da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. As preocupações eram com a crítica ao modelo econômico vigente, ao regime ditatorial-, no Brasil e em países

da América Latina- e com a concentração de poderes do Executivo- em detrimento do Judiciário e do Legislativo.

Paralelamente ao crescimento do movimento pelos direitos humanos, os debates sobre a Constituinte se desenvolviam. E, através deles, surgiam na pauta das discussões várias questões que o país deveria enfrentar: lei antigreve, liberdade de organização partidária e sindical, discriminação da mulher, reforma de leis trabalhistas, melhoria da distribuição de renda e muitas outras questões. O mais interessante é perceber que o clima de renovação da política contaminava amplos setores da sociedade. Associações profissionais como a OAB, Associação Brasileira de Imprensa(ABI), entidades sindicais, intelectuais, políticos de todos os níveis (vereadores, deputados, senadores).

O movimento ecológico, juntamente com movimento pelos direitos humanos, representam neste trabalho os novos movimentos sociais (NMS). A ecologia foi tema que bastante se desenvolveu ao longo da “abertura”. Desde a I Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente em 1972, a ecologia passou a ser cada vez mais preocupação dos governos. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a possuir secretaria municipal do meio ambiente, em Porto Alegre, 1976. A AGAPAN foi uma associação do movimento ecológico gaúcho que esteve presente em vários importantes momentos, como quando a fábrica de celulose Borregaard prejudicava a qualidade de vida da população com seus poluentes. Vários encontros foram realizados no início dos anos 80 para debater a ecologia, como o Encontro sobre Áreas Naturais Preservadas da Região Neotropical, em Porto Alegre .

Aos poucos o movimento ecológico deixaria de ser preocupação apenas de naturalistas e excêntricos para buscar caminhos de aproximação com o sistema institucional. As manifestações públicas, também através da imprensa e a união de várias pequenas associações tiveram grande poder de interferência nos assuntos governamentais que envolviam o meio ambiente diretamente, como a implantação do III Pólo Petroquímico e o Projeto Rio Guaíba.

Importante frisar a expansão das lutas do movimento ecológico. A AGAPAN quanto mais interferia nos assuntos governamentais mais ampliava suas bandeiras, promovendo a luta em prol dos direitos humanos; luta contra o racismo; pela emancipação da mulher, pelo ensino gratuito em todos os níveis, e pela convocação de uma assembléia nacional constituinte.

Esse período da história brasileira possui como características, além dos anseios populares por mudanças, uma grande discussão em torno dos caminhos que o Brasil iria seguir. A possibilidade dos movimentos sociais expressivos no período da redemocratização articularem-se e elaborarem seus objetivos projetando-os nos assuntos políticos foi determinada pelo surgimento de centrais de trabalhadores como CUT e CGT, pela organização de partidos de esquerda, pelo apoio de vários setores da igreja e de várias instituições que contribuía para legitimar os movimentos, como a OAB, ABI, instituições ecológicas e em prol dos direitos humanos.

Os NMS analisados neste trabalho- o movimento pelos direitos humanos e o ecológico- tinham como diferencial básico em relação aos movimentos reivindicativos a descentralização. Por exemplo, podia se falar de vários movimentos ecológicos, porém todos reuniam características comuns, lutavam por objetivos comuns, sendo que o mais

generalizado era a sobrevivência da vida no nosso planeta. Os movimentos reivindicativos eram mais particularizados por categorias socioprofissionais. Apenas com o surgimento das centrais é que eles iriam buscar projetos mais abrangentes.

O estudo do processo de redemocratização (1979-85) com ênfase regional tem sido pouco estudado e merece atenção especial, já que foi um período de importantes modificações. Elas podem não ter sido realizadas como a sociedade esperava, no entanto ocorreram, mesmo em processo conturbado e vítimas de análises distorcidas. Cabe aos historiadores e cientistas sociais em geral oportunizarem espaços de reflexão do período denominado “abertura”, fértil na promoção de discussões de temas sérios e dinâmicos: direitos humanos, ecologia, processo constituinte e reforma político-partidária.

Os movimentos sociais- “novos” ou reivindicativos- apresentaram-se como propagadores, no cenário político, de anseios de grupos e setores da sociedade, que, no período anterior da história brasileira- no regime militar - pareciam estar “adormecidas”. Poderia ser simples e cômodo associar ao “silêncio” desses grupos apenas o regime militar em si, com suas práticas repressivas. No entanto, e aqui se tentou demonstrá-lo, outros fatores contribuíram para que só no final do regime militar ocorresse a agitação de trabalhadores e entidades associativas. Tais fatores são: a desaceleração do crescimento econômico brasileiro com o “fim do milagre”; o surgimento de um sindicalismo mais combativo; o crescimento de uma oposição mais atuante, inclusive nas eleições para governador em 1982, onde ganharam o governo de vários estados do país; os apelos da política externa, principalmente referentes às relações com os EUA, para desmontar a idéia de um espaço político e econômico próprio (governo Geisel) e

voltar a concentrar suas relações econômicas com os países desenvolvidos. Nessa questão, o principal para a “abertura” foi o desgaste das ditaduras latino-americanas perante o governo norte-americano.

Finalmente, é importante frisar que embora os objetivos dos movimentos sociais estudados não tenham sido realizados integralmente, houve uma ampliação da participação da sociedade civil nas discussões políticas, como os debates de projetos para a Constituição de 1988, a legislação referente ao meio ambiente e aos direitos humanos. E essa ampliação não se deu meramente pelo abrandamento das práticas repressivas do Estado, e sim pelos vários fatores mencionados que definiram os rumos dos acontecimentos.

ANEXOS

FIGURA 1- Greve do magistério estadual.09/4/1979 Assembléia no Auditório Araújo Viana/Porto Alegre./Autor: Paraguassu/Bancode dados ZH (fila)

FIGURA 2- Greve do magistério estadual.09/4/1979.Assembléia no Auditório Araújo Viana/Porto Alegre. Autor: Armênio/Banco de dados ZH(chapéu)

FIGURA 3- Greve do magistério estadual. Assembléia no Auditório Araújo Viana/Porto Alegre.09/4/1979.Autor:Paraguassu/Banco de dados Zero Hora.(Julinho)

FIGURA 4- Greve dos Bancários de Porto Alegre. Olívio Dutra em destaque.06/9/1979. Autor: Fernando Gomes/Banco de dados ZH.

FIGURA 5- Comício pelas diretas em Porto Alegre.13/4/1984.Autor: Daniel de Andrade./Banco de dados ZH.

FIGURA 6: Queima de arquivos do DOPS gaúcho segundo o jornal Coojornal, Porto Alegre, junho de 1982.

FIGURA 7: Desenho publicado no jornal Coojornal, Porto Alegre, edição de junho de 1982, representando Lilian Celiberti e Universindo Dias.

FIGURA 8: Passeata(ocorrida em 22/09/1979) de um movimento ecológico em Porto Alegre pela preservação da Floresta Amazônica. Correio do Povo, 23/9/1979.

ANEXOS

130

131

132

133

134

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Porto Alegre (AHCMPA):

- 1) Apanhados taquigráficos de todas as sessões da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) de 1979-85.
- 2) Resumo dos pronunciamentos dos vereadores da CMPA do período de 1979 a 1985.

Periódicos

Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa:

Jornais Correio do Povo e Zero Hora (Porto Alegre), todos os números de 1979 a 1985 (exceção para o período de 16/6/1984 ao final de 1985 quanto à pesquisa do Correio do Povo, pois este encontrava-se fechado).

Bibliografia

ARTURI, Carlos S. *As eleições no processo de transição à democracia no Brasil*. IN: BAQUERO, Marcello. Brasil. Transição. Eleições. Opinião Pública. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1995.

AYDOS, Eduardo Dutra. *Democracia Plebiscitária. Utopia e Simulacro na Reforma Política no Brasil*. Porto Alegre/ Canoas: Ed. da Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1995.

AZEVEDO, Sérgio e PRATES, Antônio A P. *Planejamento Participativo, movimentos sociais e ação coletiva*. In: Ciências Sociais Hoje, São Paulo: Vértice, 1991.

BAQUERO, Marcello(org.). *Abertura Política e Comportamento Eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1984.

BARCELLOS, Jorge et al. *CÂMARA conta a sua história (1773/1997)*. Porto Alegre: CMPA, 1997.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Movimentos sociais ontem e hoje*. In: REIS, Elisa et al (orgs) Pluralismo, espaço social e pesquisa. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARROS, Edgard Luiz de. *Os Governos Militares. O Brasil de 1964 a 1985. Os Generais e a Sociedade. A luta pela democracia*. São Paulo: Contexto, 1998.

CADERNOS de Ciência Política. Série Relatos de Pesquisa. Eleições Municipais em Porto Alegre (1947-1992). Porto Alegre: UFRGS; PPG em Ciência Política, nº 4, 1996.

CALDERÓN, Fernando. *Movimentos sociales y política. La década de los ochenta em Latinoamérica*. México: Siglo XXI editores, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/USP, 1988. Col. Repensando a História.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL, 1984.

CATTANI, Antônio David. *Trajetórias Sindicais- O Esgotamento de um Padrão de Militância*. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, v.15, p.187-209.1992

COSTA, Sílvio. *Tendências e Centrais Sindicais*. O Movimento Sindical Brasileiro de 1978 a 1994. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás; São Paulo: Editora Anita Garibaldi Ltda, 1995.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e, MARTINS, Carlos Estevam. *De Castello Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura"*. IN: SORJ, Bernardo, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs). *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997, 4ª edição.

DIAS, Maria Esther Barbosa. *A Travessia dos Movimentos Sociais na Construção das Políticas Públicas*. Educação em Debate, Fortaleza, ano 20, n.35, p.45-50.1998.

ELMIR, Cláudio Pereira. *As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica*. Cadernos do PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, nº 13, p.19-29, dez.1995

EVERS, Tilman. *Os movimentos sociais urbanos: o caso do movimento do custo de vida*. In: SOUZA, Herbert José de. et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FRANZOM, Carmem Marília D. *Partidos, Representação Política e Grupos Sociais*. In: BAQUERO, Marcello(org.). *Abertura Política e Comportamento Eleitoral nas eleições de 1982 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1984.

GUIMARÃES, Roberto P. *Ecologia e Política na Formação Social Brasileira*. Dados, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p.243-277.1988

HISTÓRIA Ilustrada de Porto Alegre. Porto Alegre: CEE, 1997.

HISTÓRIA do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CEEE, 1998.

KOSHIBA, Luiz, PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História do Brasil*. São Paulo: Atual Editora, 1987.5ª ed.

LACLAU, Ernesto. *Tesis acerca de la forma hegemónica de la política*. IN: DEL CAMPO, Julio Labastida Martín(coord) *Hegemonía y alternativas políticas en América Latina*. México: Siglo XXI, 1985.

LOPEZ, Luis Roberto. *História do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOISÈS, José Álvaro. “Qual é a estratégia do novo sindicalismo?” In: SOUZA, Herbert José de et al. *Alternativas Populares da Democracia: Brasil Anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MONOSOWSKI, Elisabeth. *As políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil*. Cadernos Fundap. São Paulo, v.9, n.16., p.15-24, jun.1989.

MOURE, Telmo Remião. *Os militares e a Abertura Política: Discurso e Continuidade no poder (1974-1988)*. Porto Alegre, 1994. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

NOLL, Maria Izabel. *Partidos e eleições no Rio Grande do Sul*. IN: BAQUERO, Marcello. *Brasil. Transição. Eleições. Opinião Pública*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1995.

PEDROSO, Elizabeth M. K. *Movimento Sindical Urbano no Brasil (1850-1997)*. Trajetória, Características e Desafios. Porto Alegre: Ed. Evangraf, 1998. p.67

PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. *Movimentação grevista no RGS(1980-1983)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. IESPE-PUC/RS, 1984.

QUEIROZ, Imar Domingos. *Movimentos sociais: esboço de uma reflexão*. In: Revista Educação Pública, Cuiabá, v.4, n.6, p.377-393, jun./dez.1995.

RELATÓRIO Azul 1999/2000. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos. Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

RÉMOND, René. *Por que a história política?* IN: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro:FGV, 1994.

_____ *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1996.

RIECHMANN, Jorge, Buey, Francisco Fernández. *Redes que dan Libertad. Introducción a los nuevos movimientos sociales*. Barcelona: Paidós, 1999.

RODRIGUES, Gerson Luis de Almeida. *O movimento ecologista e as políticas ambientais no estado do Rio Grande do Sul (1980-1990)*. Porto Alegre, 1993. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1988.

SADER, Emir. *A transição no Brasil. Da ditadura à democracia?* São Paulo, Atual Editora, 1991.

SCHERER-WARREN, Ilse. *O caráter dos novos movimentos sociais* IN: SCHERER-WARREN, Ilse, KRISCHKE, Paulo J. (orgs) *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.35-53.

SILVA, Lorena Holzmann da et al. *Rio Grande do Sul: organização, lutas e debates atuais no movimento sindical*. IN: SARTI, Ingrid et al. *Sindicatos em uma época de crise*. Petrópolis: Vozes, 1984.p.74-88.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo(1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOARES, Glaúcio Ary Dillon, D'ARAUJO, Maria Celina (orgs). *21 anos de regime militar. Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SOARES, Marcos Flávio. *Relatório de Pesquisa: anotações preliminares sobre os movimentos grevistas no RGS*. Projeto banco de dados sobre sindicalismo no RGS. Mestrado em Sociologia. IESPE-PUC/RS, 1980.

SONDEREGUER, Marc. *El movimiento de derechos humanos en Argentina(1976-1983)*. Madrid, 1985.

TOURAINÉ, Alain. *El post-socialismo*. Madrid: Editorial Planeta, 1982b(1980).

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A Política Externa do Regime Militar Brasileiro*. Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres. Tutela Militar ou Controle Civil?* São Paulo, Ed. Ática, 1994.

CRONOLOGIA

1979:

- várias categorias profissionais entram em greve. Exemplos significativos: movimento dos professores estaduais, greve dos bancários de Porto Alegre, trabalhadores da construção civil e do vestuário.
- o movimento pelos direitos humanos em Porto Alegre reage ao seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias ocorrido em 1978.
- A Campanha da Fraternidade de 1979 promovidas pela CNBB denuncia problemas relacionados à ecologia: destruição de florestas, especulação imobiliária, poluição dos carros, etc.
- O Plano Diretor da cidade de Porto Alegre a partir de 1979 passa a ser denominado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

1980:

- em janeiro de 1980 Porto Alegre torna-se sede de um Encontro sobre Áreas Naturais Preservadas da Região Neotropical, que teve colaboração da UNESCO.
- em março de 1980 a OAB apresenta uma proposta de Constituição com atenção especial aos direitos humanos.
- em abril é criada na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.
- o Prêmio Nobel da Paz de 1980, o argentino Adolfo Perez Esquivel ,visita o Brasil .
- em junho o movimento de Justiça e Direitos Humanos, a AGAPAN e a ADFG entregam ao governador uma carta pedindo medidas efetivas em relação ao controle ambiental.
- começam as discussões sobre a implantação do III Pólo Petroquímico na Grande POA.

1981:

- a OAB propõe um projeto de Constituição para o Brasil declarando que se deveria defender a declaração Universal dos Direitos Humanos.
- onda de atentados terroristas de direita no Brasil atingindo principalmente instituições e imprensa que criticavam o regime político brasileiro.
- iniciam-se as obras para a implantação do sistema de Tratamento dos Efluentes Líquidos (Site) do Pólo Petroquímico do sul.
- em agosto de 1981 é criado o Conselho do Meio Ambiente brasileiro.
- no final de 1981 foi assinado protocolo que estabelecia as condições gerais para a execução do Projeto Rio Guaíba.
- manifestação na Praça da Alfândega (POA) contra a implantação do Pólo Petroquímico e despejos dos efluentes na Lagoa dos Patos.

1982:

- eleições para governadores dos estados. Em estados como SP e RJ ganha a oposição. No RS, o PDS ganha por aproximadamente 20 mil votos.
- em janeiro, ocorre o 1º Encontro Nacional dos Direitos Humanos, em Petrópolis(RJ).
- em fevereiro foram autorizados os editais do Projeto Rio Guaíba, orçado em 140 milhões de dólares.
- em junho foi aprovado projeto da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul que determinava a utilização dos efluentes do III Pólo Petroquímico na área do próprio Pólo.

1983:

- em março houve uma concentração dos metalúrgicos gaúchos. O objetivo era pressionar o governo a alterar a política salarial. A OAB/RS foi solidária ao movimento.
- em setembro de 1983 foi organizado um Dia Nacional de Protestos contra o Decreto-Lei que registrava os salários abaixo dos índices nacionais de preços.
- em março é apresentada a emenda constitucional que previa eleições diretas para presidente da República.
- em maio formou-se uma Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul promovida pela Comissão de Direitos Humanos.
- A empresa de celulose Riocell destinou 12% de seu investimento no branqueamento de celulose à proteção ambiental.

1984:

- em janeiro 50 mil pessoas se reuniram no comício pelas Diretas em Curitiba e 300 mil na Praça da Sé em São Paulo.
- em abril cerca de 200 mil pessoas se reuniram no Largo da Prefeitura de Porto Alegre para reivindicar eleições diretas para presidente.
- no dia 25 de abril a emenda Dante de Oliveira que previa eleições diretas foi rejeitada no Congresso Nacional.
- ocorre I Congresso Nacional da CUT em São Bernardo(SP).
- fortifica-se um plano de unificação do movimento ecológico em torno da criação de um partido verde brasileiro(que só se oficializaria em 86).
- em outubro é realizada uma passeata em Porto Alegre em defesa da lei que regulamentava o uso e o comércio de venenos químicos utilizados na agricultura e na criação de gado.
- o Projeto Rio Guaíba foi incrementado com uma injeção de 40 bilhões de cruzeiros emprestados pelo Banco Mundial.

1985:

- inicia o governo da chamada “Nova República”, pondo fim ao ciclo militar.
- foi encaminhada à aprovação no Congresso Nacional o anteprojeto sobre a nova legislação federal dos agrotóxicos.
- é criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.
- Ocorre o 1º Encontro Nacional de Investigação sobre a Mulher.
- O Conselho Federal da OAB em conjunto com outras entidades como a Associação Brasileira de Imprensa e a CNBB elaboraram em abril de 1985 uma cartilha para divulgar, em termos populares, sua campanha em favor da Assembléia Nacional Constituinte.
- em outubro de 1985 foi aprovada a emenda de convocação de uma constituinte, que seria discutida e aprovada por parlamentares. Foi derrotada a opção de constituinte exclusiva.